Inclusão

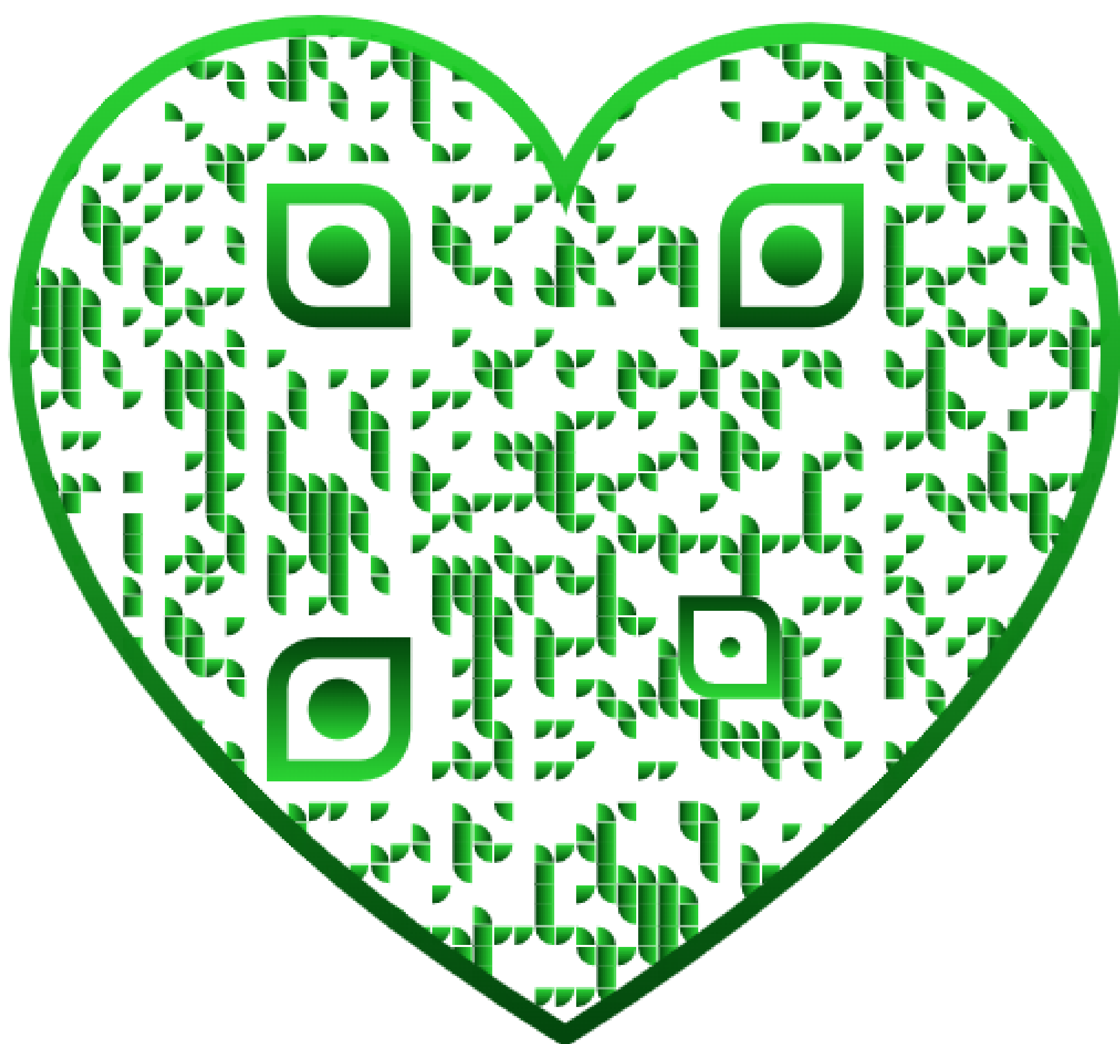
Construindo uma sociedade para todos

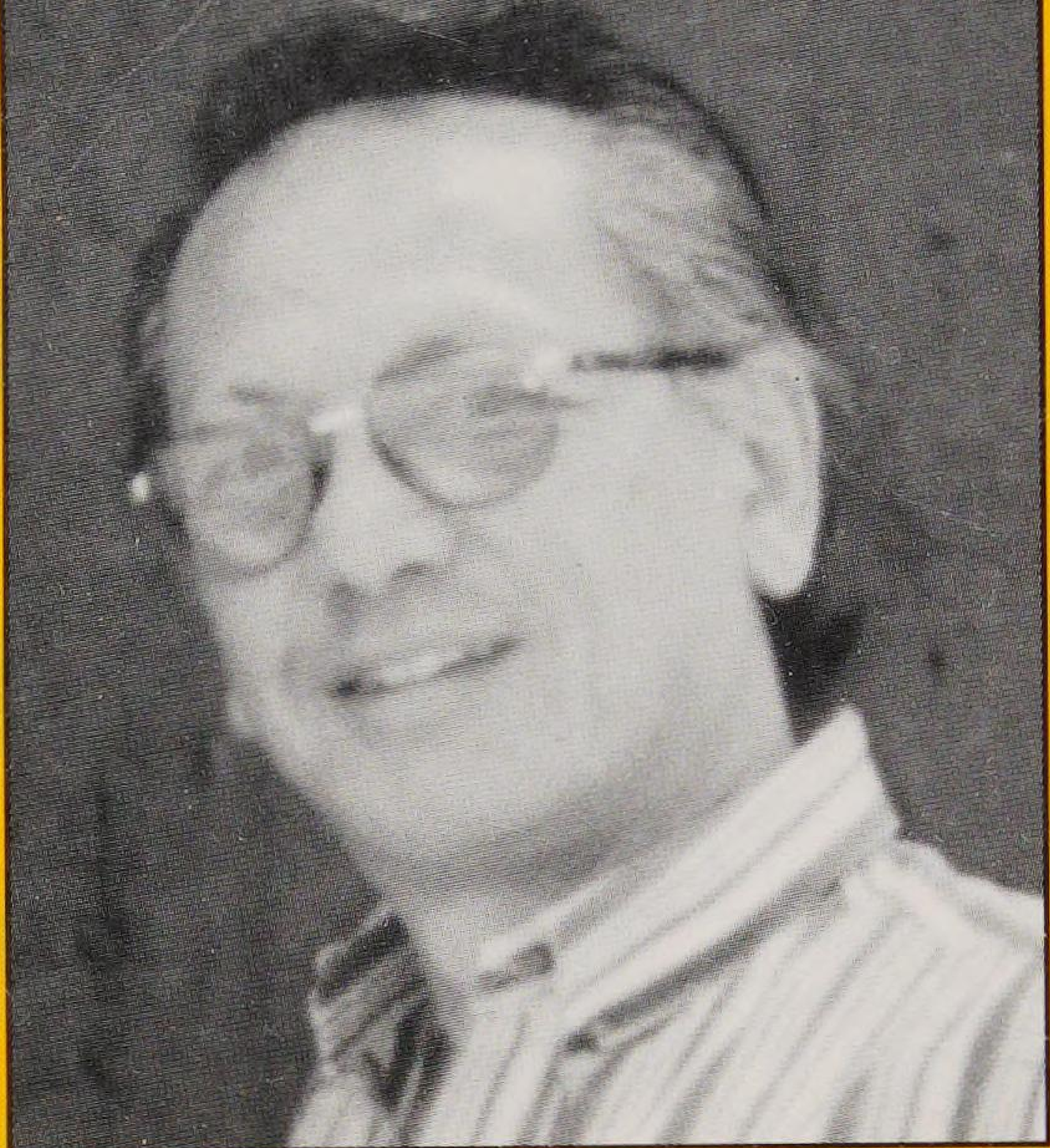
Romeu Kazumi Sassaki



3ª Edição

WVA





Em ***Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos,*** o assistente social e consultor de reabilitação Romeu Kazumi Sassaki compartilha com o leitor sua experiência profissional adquirida em mais de 50 cursos e congressos no Brasil, Estados Unidos, Japão, País de Gales e na Grã-Bretanha ao longo dos seus 37 anos de atuação contínua nas áreas de reabilitação, integração e inclusão de pessoas com deficiência. Atualmente Romeu Sassaki é coordenador do Projeto de

Inclusão

Construindo uma sociedade para todos

Romeu Kazumi Sassaki

WVA

Digitized by the Internet Archive
in 2022 with funding from
Kahle/Austin Foundation

https://archive.org/details/inclusaoconstrui0000sass

Inclusão

Construindo uma sociedade para todos

Romeu Kazumi Sassaki

3ª Edição

Rio de Janeiro

WVA

1999

© de Romeu Kazumi Sassaki, 1997.

Reservados todos os direitos de publicação à

WVA® Editora e Distribuidora Ltda.
Av. Rio Branco, 185 - salas 2103/2104
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.040-007
Tel: (021) 533.1605 Fax: (021) 262.3593

Editor: Alberto Arguelhes
Supervisão e produção editorial: Alberto Arguelhes
Capa: Beto Werneck
Diagramação de Capa: Vivian Stival
Editoração eletrônica: André Luis Oliveira
Fotolito: Margio Gráfica Ltda.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme o Decreto n° 1825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*printed in Brazil*

Sassaki, Romeu Kazumi, 1938 -
S252- Inclusão./ Construindo uma sociedade para todos
Romeu Kazumi Sassaki. - Rio de Janeiro: WVA, 1997.
Rio de Janeiro
176 p.
1. Deficientes – Reabilitação. 2. Reabilitação - Estudo de casos. I. Título

ISBN 85.85644-11-7

CDD 616.858.8

Dedico este livro
às pessoas que acreditam
no paradigma da inclusão social
como o caminho ideal para se construir
uma sociedade para todos
e que por ele lutam
para que possamos
— juntos na diversidade humana —
cumprir nossos deveres de cidadania
e nos beneficiar dos direitos
civis, políticos, econômicos, sociais,
culturais e de desenvolvimento.

Romeu Kazumi Sassaki

Agradecimentos

Eu não teria conseguido escrever este livro sem a participação de pessoas que me forneceram idéias, textos e, principalmente, o apoio solidário tão necessário nos momentos mais difíceis deste trabalho.

São pessoas amigas que residem na cidade de São Paulo, em outras partes deste imenso país e até no Exterior. A lista de nomes seria por demais longa para caber nestas páginas. A todas elas desejo expressar aqui minha profunda gratidão.

Meus filhos Diane e Roger merecem um agradecimento especial pela compreensão e pela paciência que demonstraram nas muitas horas em que me afastei deles para escrever o livro.

Sumário

Apresentação 13

—Prof. Dr. Antonio S. Clemente Filho

Introdução 15

—O primeiro contato 18
—Exemplos concretos 18
—A inclusão captada em livros 19
—Duas palestras contundentes 20
—A influência canadense 20
—Bibliografia: uma janela aberta 21
—Lazer inclusivo 22
—Educação inclusiva e transição escola-trabalho 23
—Educação inclusiva no Brasil 24
—Concluindo 24

1. Os novos paradigmas 27

—Conceitos pré-inclusivistas 28
• Modelo médico da deficiência 28
• Integração social 30

—Conceitos inclusivistas 36
• Autonomia, independência e *empowerment* 36
• Equiparação de oportunidades 39
• Inclusão social 41
• Da integração à inclusão 42
• Modelo social da deficiência 47
• Rejeição zero 50

• Vida independente 51

2. A inclusão no mercado de trabalho 59

—Batalhas numa página da história 59
—A empresa inclusiva 65
—Um desejável sistema de colocação em empregos 71
—O novo perfil dos candidatos a emprego 76
—Opções de trabalho para pessoas com deficiência 77
—Vantagens do portador de deficiência 79
—Emprego apoiado: Principais aspectos 82

3. A inclusão nos esportes, turismo, lazer e recreação 91

—Esportes 92
—Turismo 93
—Lazer e recreação 95
—A integração de forma segregativa 96
—Da integração à inclusão 98

4. A inclusão nas artes, cultura e religião 105

—Nas artes e na cultura 105
—Na religião 107

5. Os desafios da inclusão à educação 111

—Fases de desenvolvimento da educação 111
—Transição da escola para o trabalho 115
—As sementes do conceito de educação inclusiva 118
—Anexo I: Trechos da Declaração de Salamanca 119
—Anexo II: Idéias sobre educação inclusiva 122

6. Inclusão: Desenho universal em ambientes físicos 137

—Desenho 137
—Desenho acessível 138
—Desenho universal 140

7. O ideal das leis e políticas inclusivas 145

—Leis integracionistas e inclusivas 145
—Políticas integracionistas e inclusivas 150

8. Mídia, o grande aliado pró-inclusão 153

—Como era no passado 153
—Os dias de hoje 156
—A aliança pró-inclusão 157

9. Somando tudo: Uma sociedade inclusiva 163

—Referências ao conceito de sociedade inclusiva 163
—A evolução do conceito de sociedade inclusiva 165
—O imperativo de uma sociedade inclusiva 167

Posfácio 173

Apresentação

O longo processo do reconhecimento pela sociedade dos direitos das pessoas deficientes tem seus paladinos e entre eles, sem dúvida, se encontra Romeu Sassaki. É por isso que, situando-me entre aqueles a quem o Autor dedica o livro, sinto-me jubiloso de poder escrever estas palavras de apresentação.

O Autor descreve a luta contra a exclusão a que estavam e, em muitos casos, ainda estão sujeitas as pessoas deficientes e o surgimento das idéias-força de "integração" e de "normalização" que pareciam levar à inclusão social mas que ficavam aquém dela, porque não havíamos atentado para o essencial.

Há pouco mais de uma década, difundiu-se a constatação de que todas as tentativas de "normalização" das vidas das pessoas deficientes se baseavam na modificação da própria pessoa deficiente, como premissa para o seu ingresso na sociedade. Depois foi se generalizando a compreensão de que a deficiência, qualquer que ela seja, tem como referência a "norma", o ambiente psicossocial e físico em que vive a pessoa deficiente e que seria necessário modificar esse ambiente, a atitude psicossocial e/ou o espaço físico, para que a pessoa deficiente pudesse desenvolver ao máximo suas capacidades.

O Autor historia muito bem essa passagem do enfoque "médico" da deficiência para o enfoque "social" que, no caso da deficiência mental, se estende até a classificação médica dessa deficiência, aos chamados "apoios ou suportes" necessários para a qualidade de vida e para a inclusão das pessoas deficientes.

Não tenhamos dúvida, a luta pela inclusão apenas começou. Acolho **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**, de Romeu Kazumi Sassaki, como valiosa contribuição ao conhecimento e discussão do tema, que enriquece a minguada bibliografia do assunto em língua portuguesa e, seguramente, muito contribuirá para que a inclusão se torne realidade entre nós.

São Paulo, 5 de julho de 1997.

Prof. Dr. Antonio S. Clemente Filho
Titular da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
Presidente do Conselho Diretor do IAPEDM - Instituto da APAE de Pesquisas e Estudos em Deficiência Mental

Introdução

Este livro aborda a questão da inclusão social de pessoas que — em caráter temporário, intermitente ou permanente — possuem necessidades especiais decorrentes de sua condição atípica e que, por essa razão, estão enfrentando barreiras para tomar parte ativa na sociedade com oportunidades iguais às da maioria da população. Além de necessidades especiais, estas pessoas têm, é claro, necessidades comuns a todo ser humano.

O termo **necessidades especiais** é aqui utilizado com um significado mais amplo do que estamos habituados a supor. Às vezes, encontramos na literatura, em palestras e em conversas informais o uso das expressões ***pessoas portadoras de necessidades especiais***, ***pessoas com necessidades especiais*** e ***portadores de necessidades especiais*** como sendo melhor do que usar as expressões pessoas portadoras de deficiência, pessoas com deficiência e portadores de deficiência, no sentido de que, assim, seria evitado o uso da palavra 'deficiência', supostamente desagradável ou pejorativa. Todavia, 'necessidades especiais' não deve ser tomado como sinônimo de 'deficiências' (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas').

Portanto, aquelas expressões em itálico são corretas se não forem utilizadas como sinônimas das expressões grifadas. Acresça-se que é aceitável que se diga ou escreva 'pessoas deficientes'. O que não se aceita mais é o uso dos vocábulos 'deficiente' e 'deficientes' como um substantivo, exceto quando um ou outro for necessário no contexto de uma explicação, para não cansar o leitor ou interlocutor com repetições das expressões referidas no parágrafo anterior.

Voltando às necessidades especiais, estas então podem resultar de condições atípicas, tais como:

- deficiências mental, física, auditiva, visual e múltipla
- autismo (Gauderer, 1993)
- dificuldades de aprendizagem
- insuficiências orgânicas
- superdotação (Taylor et al., 1990; Machado et al., 1989)
- problemas de conduta
- distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade, distúrbio obsessivo compulsivo, síndrome de Tourette (Santos, 1994; Sassaki, 1995)
- distúrbios emocionais
- transtornos mentais (MIND, p. 4-9)

Por outro lado, algumas das condições atípicas são, com freqüência, agravadas por — ou resultantes de — situações sociais marginalizantes ou excludentes como, por exemplo: trabalho infantil, prostituição e privação cultural, assim como "pobreza, desnutrição, saneamento precário e abuso persistente e severo" contra crianças, e "falta de estímulo do ambiente e de escolaridade" (UNICEF, *in* United Nations, 1995).

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a **exclusão social** de pessoas que — por causa das condições atípicas — não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o **atendimento segregado** dentro de instituições, passou para a prática da **integração social** e recentemente adotou a filosofia da **inclusão social** para modificar os sistemas sociais gerais.

Evidentemente, essas fases não ocorreram ao mesmo tempo para todos os segmentos populacionais. Ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis, em várias partes do Brasil assim como em praticamente todos os outros países. Mas também vemos a tradicional integração dando lugar, gradativamente, à inclusão.

O movimento de inclusão social começou incipientemente na segunda metade dos anos 80s nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países.

Este movimento tem por objetivo a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais se destacam:

- celebração das diferenças,
- direito de pertencer,
- valorização da diversidade humana,
- solidariedade humanitária,
- igual importância das minorias
- cidadania com qualidade de vida.

O conceito e a prática da inclusão são, portanto, muito recentes. Mas partes ou aspectos dessa prática já vinham ocorrendo na fase da integração social simultaneamente com o lento surgimento da inclusão, como será visto nos próximos capítulos. E embora a literatura mundial pertinente à inclusão já tenha se tornado extensa, o que existe em língua portuguesa ainda é pouco, além de ser quase inacessível, mesmo para quem esteja habituado a fazer pesquisas bibliográficas. Esta constatação me persegue há algum tempo e se torna mais evidente pelo número

cada vez maior de pessoas que estão buscando mais informações sobre inclusão social.

Daí para a idéia de escrever um livro sobre inclusão foi um passo, já que isto está sendo uma conseqüência natural de uma trajetória de vida para mim.

O primeiro contato

Tudo começou em setembro de 1989, na cidade de Lafayette, Louisiana, Estados Unidos da América (EUA). Eu estava prestando assessoria técnica ao padre Luiz Carlos Dutra, então diretor do Office for Persons with Disabilities, da Diocese de Lafayette e conselheiro de reabilitação profissional. Ele estava desenvolvendo um projeto de prestação de serviços de vida independente, destinado ao atendimento de pessoas com deficiência múltipla (no caso, surdez-cegueira), projeto esse financiado em parte pelo Governo da Louisiana.

Nessa ocasião, ele comentou sobre a prática da inclusão, uma tendência que começava a tomar impulso naquele país. Foi essa a primeira vez em minha vida que soube do processo de inclusão, muito bem explicado pelo padre Dutra. Lembro-me de que as palavras **inclusão** e **inclusion** (em inglês) soaram como música aos meus ouvidos. E de que o seu processo fazia sentido, mais do que o suficiente para despertar o meu interesse em estudá-lo a fundo.

Exemplos concretos

A partir de então comecei, em meu trabalho, a prestar uma atenção redobrada à dinâmica do processo de integração social para compará-lo ao da inclusão social. Em 1991, retornei a Lafayette e obtive mais informações sobre a inclusão, além de me expor à realidade onde ela vinha sendo praticada. Visitei então

algumas entidades que preparavam pessoas para o emprego apoiado e empresas que tinham empregados apoiados. Esta nova modalidade de emprego competitivo na comunidade é um exemplo de aplicação de um dos princípios da inclusão: a **rejeição zero**, também conhecida como **exclusão zero**.

O mesmo padre Dutra, hoje Capelão do programa Ministry with Persons with Disabilities, procedeu à implementação das medidas de inclusão nas suas atividades profissionais. (Ver detalhes sobre inclusão na religião, no Capítulo 4)

A inclusão captada em livros

No começo de 1994, aconteceu um fato da maior importância em meu trabalho — a jornalista Claudia Werneck me procurou para apresentar seu projeto e livro **Muito Prazer, Eu Existo** (1993, 2.ed.) e para analisarmos juntos a coleção **Meu Amigo Down,** que ela estava escrevendo para publicá-la ainda naquele ano. Logo identifiquei em sua fala uma percepção correta da filosofia da inclusão social. Não só a percepção, mas também, como constatei nos manuscritos da coleção, a habilidade de deixar isso corretamente claro nas suas três histórias e na orientação dada à artista Ana Paula, que ilustrou os referidos livros (1994a, 1994b, 1994c). Mais tarde, Claudia escreveu mais um livro, **Um Amigo Diferente?** (1996), que tem o mesmo esmero na história e nas ilustrações.

Resumindo, considero que os seus quatro livros publicados em 1994 e 1996 são inclusivistas mesmo sem mencionarem a palavra 'inclusão'. Pois, através dos personagens e seus relacionamentos, bem como das ilustrações — tudo numa abordagem inclusiva e de uma forma descontraída e apropriada à idade —, esses livros levam o leitor infantil a apropriar-se da noção de acolhimento à diversidade humana e de aceitação das

diferenças individuais. Eles fazem a sua parte na importante missão de preparar as crianças para o novo tipo de sociedade que está surgindo: a sociedade inclusiva.

E o seu livro mais recente trata, com grande competência, do tema da inclusão social: **Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva** (1997), uma extensa obra para ser lida e estudada por muita gente: pessoas com deficiência, familiares, profissionais de áreas diversas (reabilitação, educação especial, mídia etc.) e dirigentes de instituições, entre outros.

Duas palestras contundentes

O impacto do depoimento de dois especialistas em inclusão me deixou ainda mais desejoso de continuar estudando este assunto. Em janeiro de 1995, esteve na APAE de São Paulo o professor Peter Mittler, da Universidade de Manchester, Reino Unido, para falar sobre três temas interligados — a educação integrada, a educação inclusiva e a reabilitação baseada na comunidade. Sua larga experiência nestas áreas foi decisiva para o esclarecimento de cada um desses conceitos.

Em julho de 1995, foi a vez do educador Forrest A. Novy, Ph.D., diretor da Divisão de Educação Especial, da Texas Education Agency, órgão do governo estadual localizado em Austin, Texas, EUA. O Dr. Novy, que esteve ministrando palestras e assessorias em algumas cidades do Brasil, falou sobre como estavam sendo desenvolvidas em seu Estado a educação regular, a educação especial e a educação inclusiva.

A influência canadense

Participando da equipe do PRODEF - Programa de Atendimento aos Portadores de Deficiência, da FABES -

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, tive o privilégio de conversar por vários dias com a sra. Joan Westland, influente consultora internacional de inclusão e vida independente do Canadá, portadora de deficiência física e ativista nestes assuntos. Ela viera participar do 1° Simpósio Paulista de Acessibilidade Arquitetônica Ambiental - ACESSO 95, realizado em outubro de 1995 pela FABES em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), a Federação de Obras Sociais (FOS), a Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) e a Associação Latino-Americana de Lazer e Recreação (ALATIR).

Da sra. Westland aprendi outras lições sobre o princípio da inclusão, aplicado principalmente ao conceito de **desenho universal** e às atividades de lazer e recreação (Canadá, 1994; Canadá, 1992; Federation, [1993?]). O Canadá está bastante adiantado na implementação de medidas inclusivas nessas áreas e também na educação (Rioux, Crawford & Porter, 1992). As transparências que ela utilizou nas palestras e as publicações que ela trouxe me ajudaram a entender melhor certos detalhes práticos da inclusão.

Bibliografia: uma janela aberta

Em novembro de 1995, quando participava da Câmara Técnica sobre Reabilitação Baseada na Comunidade, realizada no Rio de Janeiro pela CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conversei sobre o tema 'integração/inclusão' com a educadora Ana Maria Frapolla, que naquele evento representava o Instituto Inter-Americano da Criança. Com sua maneira firme e simpática de defender a inclusão, ela me presenteou com um exemplar da publicação **Bibliografía Especializada: Discapacidad, Políticas Sociales, Bienestar Social, Planificación, Educación, Integración, Inclusión** (1995).

Essa bibliografia foi preparada pelo "Proyecto Crecer Juntos en la Vida Comunitaria", projeto este criado por três organizações: a Associação Canadense de Vida em Comunidade, o Instituto Inter-Americano da Criança e a Confederação Inter-Americana, da Inclusão Internacional (ex-Liga Internacional de Associações Pró-Pessoas com Deficiência Mental). Descobri, então, que os temas 'integração' e 'inclusão', juntos, têm 196 referências nessa bibliografia, número que chamou minha atenção.

Lazer inclusivo

Em 1996, uma outra grande oportunidade: o Governo do Canadá me concedeu uma bolsa para participar do Congresso «Lazer e Qualidade de Vida para o Século 21», realizado pela Associação Mundial de Lazer e Recreação (WLRA) em Cardiff, País de Gales. Lá apresentei a palestra «Algumas Considerações sobre a Inclusão no Lazer e Recreação» (Sassaki, 1996b), coordenei uma mesa-redonda sobre lazer inclusivo em vários países e assisti a apresentações feitas por representantes dos EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Senegal. A prática do lazer inclusivo está bastante adiantada nesses países. (Ver este tema e bibliografia no Capítulo 3)

Em minha palestra, além de discutir sobre os rumos da WLRA (um órgão consultivo da ONU), mencionei quatro experiências de inclusão no lazer realizadas pelo Núcleo de Integração de Deficientes (NID) em São Paulo, nos anos de 1981, 1982, 1987 e 1996, das quais participei como organizador dos jogos, cuja descrição foi compilada em apostila (Sassaki, 1997).

Naturalmente, a palavra 'inclusão' ainda não era utilizada na década de 80. Mas o NID usava a palavra **integração** com o mesmo significado que hoje associamos ao conceito de **inclusão.** Pois desde 1980, quando ele foi fundado, seus membros vêm defendendo fortemente a necessidade de não separar pessoas e,

para isso, eles vêm apoiando a mudança da sociedade tanto quanto o desenvolvimento das pessoas deficientes. Diga-se de passagem que o NID se interessa por defender todos os aspectos da questão da deficiência e não apenas do lazer.

Educação inclusiva e transição escola-trabalho

A minha busca por conhecimentos e contatos com experiências em inclusão encontrou novas oportunidades ainda em 1996 e novamente nos EUA. A Goodwill Industries of Acadiana, da Louisiana, e a Goodwill Industries-Manasota, da Flórida, me concederam dois meses de estágio para aprender fazendo, ou seja, atuando em seus programas de treinamento e colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, já permeados com abordagens inclusivistas. (Sassaki, 1996a)

E como parte desse estágio, foi-me dado adquirir um duplo aprendizado significativo. Em primeiro lugar, participei de um evento organizado pelo Departamento Estadual de Educação da Louisiana, cujo tema foi: *«Educação para Todos — Reestruturando para a Educação Inclusiva»*.

As palestras de especialistas em educação inclusiva e os depoimentos de pais cujos filhos, deficientes e não-deficientes, estudam em escolas inclusivas, bem como de professores de educação especial, de ensino regular e de classes inclusivas, colocaram-me definitivamente no movimento da inclusão.

E, em segundo lugar, conversei, em diversas ocasiões, com as educadoras dra. Judith Goodstone, especialista em **inclusão**, e Joy Miguez, especialista em programas de **transição da escola para a vida adulta**. Graças a elas, sou desde então membro da Louisiana Coalition for Inclusive Education. (No Capítulo 5 apresento outros detalhes e as referências do material coletado).

Educação inclusiva no Brasil

A inclusão de pessoas com deficiência na educação geral vem sendo implementada no Brasil há pouco tempo mas já foram realizadas várias discussões sobre este tema. Uma das mais recentes foi a que ocorreu em Brasília dentro do II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down (Federação, 1997), em junho de 1997. Graças ao patrocínio da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, pude assistir a diversas palestras sobre educação inclusiva ministradas por competentes especialistas, o que me possibilitou obter subsídios adicionais para este livro.

Concluindo

Assim, a cada contato com informações e pessoas, fui me convencendo de que, realmente, há uma diferença fundamental entre 'integração' e 'inclusão' de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Voltando à idéia de escrever este livro, o passo decisivo foi dado pelo editor Alberto Arguelhes, da WVA Editora e Distribuidora Ltda., que demonstrou forte convicção de que se faz necessário disseminar estes novos conhecimentos. Fui também grandemente incentivado pela jornalista Claudia Werneck para aceitar este desafio.

REFERÊNCIAS

CANADA. Architecture and Engineering for Parks Canada, Public Works, Government Services Canada. *Design guidelines for accessible outdoor recreation facilities*. [Ottawa]: Minister of Supply and Services, mar. 1994. 74 p.

—. Department of the Secretary of State of Canada. *Disabled Persons Participation Program*. Ottawa: Minister of Supply and Services, 1992. 14 p.

FEDERAÇÃO Brasileira das Associações de Síndrome de Down. II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down. Tema: Da Segregação à Integração: um processo para a construção da cidadania. *Anais do*... Brasília: FBASD/MEC, 1997. 385 p.

FEDERATION of Canadian Municipalities. *A how-to manual on municipal access*. Ottawa: FCM, 1993?. 45 p.

GAUDERER, E. Christian (coord.). *Autismo e outros atrasos no desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. 348 p.

MACHADO, João Bina, RAPOSO, Heloiza Annes Dias et al. *Superdotado*: como identificar, desenvolver, integrar. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1989.

MIND. Mitos e verdades dos transtornos mentais. *MIND*, São Bernardo do Campo, v. II, n. 11, maio/jun. 1997, p. 4-9.

PROYECTO Crecer Juntos en la Vida Comunitaria. *Bibliografía especializada*: discapacidad, políticas sociales, bienestar social, planificación, educación, integración, inclusión. [Montevidéu]: Instituto Interamericano del Niño, 1995. 81 p.

RIOUX, Marcia H., CRAWFORD, Cameron, PORTER, Gordon L. *How it happens*: a look at inclusive educational practice in Canada for children and youth with disabilities. Toronto: The Roeher Institute, 1992. 144 p.

SANTOS, Marcos, FEIJOO, Ana Maria. Síndrome de Tourette. Ver. Neuropsiq. Da Infância e Adolescência, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1994, p. 24-34.

SASSAKI, Romeu K. *Jogos inclusivos*: participantes portadores de deficiência com participantes sem deficiência. 2.ed. São Paulo: PRODEF, 1997. 37 p.

—. *International internship training program*: report. Lafayette: Goodwill, 1996a. 48 p.

—. *Algumas considerações sobre a inclusão no lazer e recreação*. São Paulo: CVI-AN, 1996b. 5 p. apost.

—. *Inclusão social da pessoa portadora da síndrome de Tourette*: aspectos educacionais e profissionais. São Paulo, nov. 1995. 11 p.

TAYLOR, Calvin et al. *Expanding awareness of creative potentials worldwide*. Salt Lake City: Brain Talent-Powers Press, 1990. 752 p.

UNITED NATIONS. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, v.1, p. 2, 1995.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 314 p.

—. *Um amigo diferente?* Rio de Janeiro: WVA, 1996. 24 p.

—. *Muito prazer, eu existo*. 2.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1993. 280 p.

—. *Meu amigo Down, em casa*. Rio de Janeiro: WVA, 1994a. 24 p.

—. *Meu amigo Down, na escola*. Rio de Janeiro: WVA, 1994b. 24 p.

—. *Meu amigo Down, na rua*. Rio de Janeiro: WVA, 1994c. 24 p.

1

Os novos paradigmas

Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações. E nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos, como aqueles em torno da pessoa portadora de deficiência. Portanto, é imprescindível dominarmos bem os conceitos inclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal.

A citação dos conceitos inclusivistas é, a rigor, recente na literatura especializada, porém suas raízes estão ligadas ao passado, como será verificado neste livro. São chamados inclusivistas porque abrangem valores que contemplam a inclusão. Surgiram lentamente a partir dos conceitos que hoje poderíamos chamar de pré-inclusivistas. Aqueles foram lapidados ao longo das duas últimas décadas por todos quantos participaram, em todos os setores sociais, do dia-a-dia de pessoas portadoras de necessidades especiais resultantes, principalmente, de deficiências de vários tipos.

Mas eles continuam sendo debatidos entre pessoas que desejam analisar e conhecer melhor seus respectivos significados.

A seguir, os principais conceitos pré-inclusivistas e inclusivistas

Conceitos pré-inclusivistas

Modelo médico da deficiência

A Cooperativa de Vida Independente de Estocolmo (STIL), que é o primeiro centro de vida independente da Suécia, afirma que "uma das razões pelas quais as pessoas deficientes estão expostas à discriminação é que os diferentes são freqüentemente declarados doentes. Este modelo médico da deficiência nos designa o papel desamparado e passivo de pacientes, no qual somos considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos dos deveres normais, levando vidas inúteis, como está evidenciado na palavra ainda comum 'inválido' ('sem valor', em latim)". (STIL, 1990, p. 30).

Tão arraigado é o modelo médico da deficiência que, note-se, ele tem influenciado fortemente o discurso dos próprios defensores da causa das pessoas deficientes. Por exemplo, a **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, aprovada em 1975, em seu artigo 7, diz o seguinte (grifo meu):

> «As pessoas deficientes têm direito a tratamentos médico, psicológico e funcional, inclusive aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, à assistência, ao aconselhamento, aos serviço de colocação e a outros serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social». (United Nations, 1978).

Dezoito anos após a adoção dessa Declaração pela Assembléia Geral da ONU, foi publicado um importante documento escrito por Agnes Fletcher e traduzido para o português com o título **Idéias Práticas em Apoio ao Dia Internacional das Pessoas Deficientes: 3 de Dezembro**. Na página 10, Fletcher se refere a essa Declaração e repete o referido artigo 7. Observe-se que o documento foi publicado por uma progressista entidade de pessoas com deficiência, a DAA - Disability Awareness in Action, juntamente com a poderosa organização DPI - Disabled Peoples' International.

Fletcher explica o modelo médico da deficiência nos seguintes termos:

> «Tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um 'problema' do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou cura». (1996, p. 7).

Portanto, segundo este modelo,

> «a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações» (Sassaki, 1997).

O modelo médico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa deficiente, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo.

Centros de reabilitação vêm, há muitas décadas, desempenhando rigorosamente o papel de principal agente disseminador do modelo médico da deficiência. Em sua dissertação de mestrado, a psicóloga Araci Nallin fez uma profunda análise da prática institucional no interior de um desses centros de reabilitação. Uma de suas conclusões:

> "Se, por um lado, o discurso dominante em reabilitação enfatiza a necessidade de se incrementar as capacidades restantes do cliente, por outro lado, a sua análise revela um enfoque no distúrbio, na doença, na deficiência. É o modelo médico aplicado à reabilitação. Existe o diagnóstico, o tratamento e a 'cura', como se a complexa questão da integração social das pessoas deficientes pudesse ser resolvida por uma operação, uma prótese, ou seja lá o que for." (Nallin, 1994, p. 171)

O modelo médico da deficiência, segundo Westmacott (1996), "tenta 'melhorar' as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade. [...] É claro que algumas vezes pessoas portadoras de deficiência necessitam, de fato, apoio físico ou médico, porém é importante que isto atenda às suas necessidades e lhes dê maior controle sobre sua vida". E Westmacott acrescenta que isso deve ser feito 'com elas e não para elas'.

Integração social

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por

vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso (Sassaki, 1997, p. 1).

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A idéia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade. A década de 60, por exemplo, testemunhou o *boom* de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais.

Mais ou menos a partir do final da década de 60, o movimento pela integração social começou a procurar inserir as pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Essa nova abordagem teve como molas propulsoras certos princípios e respectivos processos, que examinaremos a seguir.

Normalização. O princípio da normalização "tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura." (Mendes, 1994). A idéia

inicial foi, então, a de normalizar estilos ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de "tornar normais as pessoas deficientes" (Jönsson, 1994, p. 67; Brasil, 1994, p. 22 e 37).

Na década de 70, a normalização passou a significar o processo de normalizar serviços e ambientes (Wolfensberger, *in* Mendes, 1994) e "condições de vida — naturais ou feitas pelo ser humano" (Jönsson, 1994, p. 67) ou ainda "oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhantes possível às formas e condições de vida do resto da sociedade" (Brasil, 1994, p. 22). Segundo Mantoan (1997b, p. 120), "a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade".

Em outras palavras, isto significa criar, para pessoas atendidas em instituições ou segregadas de algum outro modo, ambientes o mais parecidos possível com aqueles vivenciados pela população em geral. Fica evidente que se trata de criar um mundo — moradia, escola, trabalho, lazer etc. — separado embora muito parecido com aquele em que vive qualquer outra pessoa.

Mainstreaming. Adentrando a década de 80 e avançando um pouco mais na tentativa de integração, por exemplo na área da educação especial, desenvolveu-se o princípio de *mainstreaming*, termo que na maioria das vezes tem sido utilizado sem tradução e que significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade. Para a especialista Nancy Mills Costa (*in* Werneck, 1995, p. 176), o *mainstreaming* "pode ocorrer em classes regulares, durante o almoço, em matérias específicas (como música, artes, educação física) e em atividades extracurriculares.", o que já é um significativo avanço em direção à integração. O seguinte exemplo apresentado por Robertson et al. (1995, p. 1) nos ajuda a ver um outro ângulo desse processo: "No passado, o *mainstreaming*

consistia em colocar estudantes [com deficiência] em classes comuns, principalmente classes acadêmicas, para finalidades instrucionais. Com freqüência, o mesmo estudante era colocado em várias classes. Por exemplo, esse estudante poderia estar colocado na aula de matemática da 3ª série, na aula de leitura da 2ª série e na aula de educação física da 4ª série. Assim, ele nunca pertencia realmente a nenhuma turma."

Mas, pelo menos, ele estudava numa escola comum, embora se tratasse de uma simples colocação física dele em várias salas comuns. E sabemos que a prática do *mainstreaming* correspondia ao que hoje consideramos integração de crianças e jovens que conseguem acompanhar aulas comuns sem que a escola tenha uma atitude inclusiva. De certa forma, essa prática estava associada ao movimento de desinstitucionalização.

Vemos, por conseguinte, que tanto o princípio da normalização como o processo de *mainstreaming* foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências de integração que, mais tarde, abriram caminho para o surgimento do paradigma da inclusão e da equiparação de oportunidades. (Ver mais pormenores sobre educação inclusiva no Capítulo 5)

De um modo geral, podemos dizer que, enquanto movimento, a prática da integração social teve maior impulso a partir da década de 80, com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Todavia, diante das novas fronteiras conquistadas e das experiências acumuladas, uma boa parte da comunidade acadêmica, algumas instituições sociais e organizações vanguardeiras de pessoas com deficiência começaram — por volta do final dos anos 80s e início da década de 90 — a perceber e a disseminar o fato de que a tradicional prática da integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia

contra este segmento populacional mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades.

Pois a integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. Isto reflete o ainda vigente **modelo médico da deficiência**.

Hoje entendemos que a tão almejada, a tão defendida prática da integração social ocorria e ainda ocorre de três formas:

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum etc.

2. Pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não-deficientes.

3. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

Nenhuma dessas formas de integração social satisfaz plenamente os direitos de todas as pessoas portadoras de deficiência, pois a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais. No modelo integrativo, a sociedade, praticamente de braços cruzados, aceita receber portadores de deficiência desde que estes sejam capazes de:

- moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados (classe especial, escola especial etc.);
- acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc.);
- contornar os obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc.);
- lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas (Sassaki, 1995a; Amaral, 1994, p. 18, 35-37, 40), e
- desempenhar papéis sociais individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc.) com autonomia mas não necessariamente com independência.

Autonomia, independência e *empowerment*

Embora sejam sinônimas segundo os dicionários convencionais, as palavras 'autonomia' e 'independência' têm significados diferentes dentro do movimento de pessoas portadoras de deficiência.

Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. Esta definição foi adaptada de um conceito formulado por Guimarães (1994). Ter maior ou menor autonomia significa que a pessoa com deficiência tem maior ou menor controle nos vários ambientes físicos e sociais que ela queira e/ou necessite freqüentar para atingir seus objetivos. Daí os conceitos de 'autonomia física' e 'autonomia social'. Por exemplo, as rampas nas calçadas e o manejo das cadeiras de rodas "possibilitam aos deficientes físicos o deslocamento o mais autônomo possível no espaço físico" (Mantoan, 1997c, p. 147).

O grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físico-social do portador de deficiência e a realidade de um determinado ambiente físico-social. Por exemplo, uma pessoa com deficiência pode ser autônoma para descer de um ônibus, atravessar uma avenida e circular dentro de um edifício para cuidar de seus negócios, sem ajuda de ninguém nesse trajeto. Um outro portador de deficiência pode não ser tão autônomo e, por isso, necessitar uma ajuda para transpor algum obstáculo do ambiente físico. Tanto a prontidão físico-social como o ambiente físico-social podem ser modificados e desenvolvidos.

Independência é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família ou profissionais especializados. Uma pessoa com deficiência pode ser mais

independente ou menos independente em decorrência não só da quantidade e qualidade de informações que lhe estiverem disponíveis para tomar a melhor decisão, mas também da sua autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões numa determinada situação. Esta situação pode ser pessoal (quando envolve a pessoa na privacidade), social (quando ocorre junto a outras pessoas) e econômica (quando se refere às finanças dessa pessoa), daí advindo a expressão 'independência pessoal, social ou econômica'. Tanto a autodeterminação como a prontidão para decidir podem ser aprendidas e/ou desenvolvidas. E quanto mais cedo na vida a pessoa tiver oportunidades para fazer isso, melhor. Porém, muitos adultos parecem esperar que a independência da criança portadora de deficiência irá ocorrer de repente depois que ela crescer.

Autonomia e independência. Assim, uma pessoa deficiente poderia não ser totalmente autônoma, por exemplo num certo ambiente físico, mas ao mesmo tempo ser independente na decisão de pedir ajuda física a alguém para superar uma barreira arquitetônica e na decisão de orientá-lo sobre como prestar essa ajuda. Ou numa situação social fechada onde várias pessoas estão conversando, um portador de deficiência poderia não ser suficientemente autônomo, digamos, por não dominar as regras sociais daquele grupo específico; porém, sendo independente, ele saberia tomar uma decisão que o deixará à vontade no meio daquelas pessoas. Já em outros ambientes, essa mesma pessoa poderia agir com autonomia e independência, simultaneamente.

Em relatório sobre atividades em várias regiões do mundo, a ONU relata que representantes de 24 organizações de pessoas com deficiência se reuniram em Bruxelas em outubro de 1994 e salientaram "a importância da autonomia, da liberdade de escolha e da vida independente" (United Nations, 1995b, § 11). Na reunião international, realizada em 1992 no Canadá sob o patrocínio da ONU, peritos em sua maioria portadores de deficiência aprovaram estratégias para implementar o Programa Mundial de Ação

Relativo às Pessoas com Deficiência, dentre as quais a extensão de serviços de reabilitação baseada na comunidade que levem pessoas deficientes "à independência e autonomia" (United Nations, 1992a, § 71, letra i).

Empowerment significa «o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição — por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor — para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida» (Sassaki, 1995b). Neste sentido, independência e *empowerment* são conceitos interdependentes. Não se outorga esse poder às pessoas; o poder pessoal está em cada ser humano desde o seu nascimento. Com freqüência acontece que a sociedade — famílias, instituições, profissionais etc. — não tem consciência de que o portador de deficiência também possui esse poder pessoal (Rogers, 1978) e, em conseqüência, essa mesma sociedade faz escolhas e toma decisões por ele, acabando por assumir o controle da vida dele.

O que o movimento de vida independente vem exigindo é que seja reconhecida a existência desse poder nas pessoas portadoras de deficiência e que seja respeitado o direito delas de usá-lo como e quando bem lhes aprouver. Neste caso, estamos empoderando essas pessoas, ou seja, facilitando o seu *empowerment*. Quando alguém sabe usar o seu poder pessoal, dizemos que ele é uma pessoa empoderada. (Ver mais sobre vida independente na última seção deste capítulo)

O uso das palavras '*empowerment*', 'empoderar', 'empoderando' e 'empoderado' está se tornando comum na literatura mundial, tendo sido iniciado dentro do movimento dos portadores de deficiência (por ex., Dart, 1992; D'Aubin, *in* Ratzka, 1990, p. 10-12; Lord, 1991; Sassaki, 1995c, 1995b; Mittler, *in* United Nations, 1995a; United Nations, 1995d, 1992b, p. 2, 1992a, § 71, letra j; Nações Unidas, 1996; Disability Awareness in Action, 1994, p. 4; Pedlar et al., 1996) e agora estendido ao campo do gerenciamento de recursos humanos (por

ex., Blanchard et al., 1996; Katzenbach et al., 1996; Mills, 1996; Silbiger, 1997).

O termo inglês *empowerment* foi mantido sem tradução porque ele já está consagrado na comunidade empresarial e entre os ativistas de vida independente. Mas, têm havido tentativas no sentido de traduzi-lo como 'empoderamento' (já adotado em Portugal), 'fortalecimento', 'potencialização' e até 'energização'.

Equiparação de oportunidades

A Disabled Peoples' International (DPI), uma organização criada por pessoas portadoras de deficiência, não-governamental e sem fins lucrativos, aprovou a sua **Declaração de Princípios** em 1981. Nesse documento, a DPI define 'equiparação de oportunidades' como:

> «o processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.» (Driedger & Enns, 1987, p.2-3)

Uma definição semelhante consta do documento **Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência**, adotado em 3-12-82 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), através da resolução 37/52 e publicado em 1983 nas seis línguas oficiais da ONU. Diz este documento:

«Equiparação de oportunidades significa o processo através do qual os sistemas gerais da sociedade — tais como o ambiente físico e cultural, a habitação e os transportes, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas — são feitos acessíveis para todos.» (United Nations, 1983, § 12).

Dez anos depois, em 20-12-93, a Assembléia Geral da ONU adotou o documento **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**, que traz a seguinte definição:

«O termo 'equiparação de oportunidades' significa o processo através do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos, particularmente para pessoas com deficiência.» (Nações Unidas, 1996, § 24).

Mais adiante, esse documento acrescenta que:

«Pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer em suas comunidades locais. Elas devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais» (§ 26).

Em todas estas definições, está implícito o princípio da igualdade de direitos, conforme consta nas Normas:

«O princípio de direitos iguais implica que as necessidades de cada um e de todos são de igual importância e que essas necessidades devem ser utilizadas como base para o planejamento das comunidades e que todos os recursos precisam ser

empregados de tal modo que garantam que cada pessoa tenha oportunidade igual de participação.» (§ 25)

É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

Inclusão social

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sassaki, 1997, p. 3)

Os praticantes da inclusão se baseiam no **modelo social da deficiência**. (Ver outras considerações sobre este modelo mais adiante). Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc.) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas "precisassem pagar 'ingressos' para integrar a comunidade" (Clemente Filho, 1996, p. 4).

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem

através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência. No entender de alunos e professores do Instituto de Diversidade Estudantil, da Universidade de Minnesota, nos EUA, a sociedade tem usado esses atributos pessoais como critérios para separar pessoas, o que transforma esses atributos em "tentáculos da opressão humana" (Kolucki, 1995).

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Em várias partes do mundo, já é realidade a prática da inclusão, sendo que as primeiras tentativas começaram há cerca de 10 anos. O processo de inclusão vem sendo aplicado em cada sistema social. Assim, existe a inclusão na educação, no lazer, no transporte etc. Quando isso acontece, podemos falar em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Uma outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos.

Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos — a **sociedade inclusiva**. (Ver outros detalhes sobre este assunto no Capítulo 9)

Da integração à inclusão

Enquanto processos sociais, a integração e a inclusão são ambos muito importantes. O que todos desejamos é atingir a meta de uma sociedade inclusiva. Para tanto, contudo, o processo de

integração social terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas inclusivistas. De fato, nem todas as pessoas deficientes necessitam que a sociedade seja modificada, pois algumas estão aptas a se integrarem nela assim mesmo. Mas as outras pessoas com necessidades especiais não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva.

Neste final de século, estamos vivendo a fase de transição entre a integração e a inclusão. Portanto, é compreensível que, na prática, ambos os processos sociais co-existam por mais algum tempo até que, gradativamente, a integração esmaeça e a inclusão prevaleça. Note-se que, no simpósio sobre "Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro", realizado pela ONU, o professor Peter Mittler, da Universidade de Manchester, Reino Unido, disse diante dos 275 participantes internacionais: "Inclusão é a chave" (Mittler, *in* United Nations, 1995a, p. 2).

E, ainda na fase de transição, é também inevitável que os dois termos sejam falados e escritos com diversos sentidos por diferentes pessoas, a saber:

- Algumas pessoas utilizam as palavras **integração** e **inclusão**, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos — a integração significando 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade' e a inclusão significando 'modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania'.

- Outras pessoas utilizam os termos **integração** e **integração total** ou **plena**, da seguinte forma: o primeiro termo (integração) com o sentido de 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade' e o

segundo termo (integração total) correspondendo ao moderno conceito de inclusão sem, no entanto, usarem a palavra 'inclusão'. Este é o caso da maioria dos trabalhos acadêmicos, científicos ou técnicos publicados até aproximadamente 1994, ano em que saiu o primeiro documento internacional que aborda extensamente o conceito de inclusão — a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, edição em inglês). Mesmo após a publicação desse documento em português, muitas pessoas continuaram não usando o vocábulo 'inclusão' até os dias de hoje pelo motivo explicado na referência bibliográfica "UNESCO, 1994b", no Capítulo 5.

- Ainda outras pessoas utilizam apenas a palavra **integração**, tanto num sentido como noutro (de integração e de inclusão), nunca usando os termos 'inclusão' e 'integração total (ou plena)'.

- Há também pessoas que utilizam indistintamente os termos **integração**, **integração total** (ou **plena**) e **inclusão**, ou seja, como se fossem sinônimos, todos significando uma única coisa — 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade'.

Mesmo a ONU vem utilizando — por enquanto — os dois vocábulos em seus documentos. Por exemplo, sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o item 1 do Relatório E/CN.5/1995/4 (24-3-95), do Secretário-Geral da ONU, diz que a proclamação desse Dia tem três objetivos (grifo meu):

> «(a) Comemorar no dia 3 de dezembro o aniversário da adoção, pela Assembléia Geral, do Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência;

(b) Assegurar a contínua promoção de assuntos de deficiência no período posterior à Década das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência e promover a integração de pessoas com deficiência na sociedade;

(c) Promover uma crescente conscientização na população a respeito dos ganhos a serem obtidos pelos indivíduos e pela sociedade com a integração de pessoas deficientes em cada aspecto da vida social, econômica e política.» (United Nations, 1995b)

Às vezes, quando aparentemente quis dizer **inclusão** no seu sentido atual, a ONU usou o termo **plena integração**. As resoluções 47/88 (de 16-12-92), 48/99 (United Nations, 1993a) e 49/153 (de 7-2-95) têm o mesmo título: «Em Direção à Plena Integração de Pessoas com Deficiência na Sociedade: Um Contínuo Programa Mundial de Ação» (grifo meu). Por exemplo, na resolução 49/153, encontramos a seguinte afirmação:

«[A Assembléia Geral] Reiterando a responsabilidade dos Governos para remover ou facilitar a remoção de barreiras e obstáculos à plena integração e participação de pessoas com deficiência na sociedade e para apoiar seus esforços no desenvolvimento de políticas nacionais para atingir objetivos específicos (...)». (United Nations, 1995c) (grifo meu)

Por outro lado, a palavra **inclusão** também vem sendo empregada cada vez mais nos documentos da ONU. Por exemplo, a resolução 48/95 (de 27-7-93) intitula-se (grifo meu): «Inclusão Plena e Positiva de Pessoas com Deficiência em Todos os Aspectos da Sociedade e o Papel de Liderança das Nações Unidas nesse Sentido» e nela aparecem as seguintes referências (grifos meus):

- «[A Assembléia Geral] Convicta de que esforços intensificados são necessários para se atingir o desfrute total e igual de direitos humanos e plena inclusão e participação de pessoas com deficiência na sociedade; (...)

- «Reconhecendo o papel essencial das Nações Unidas e da Comissão de Desenvolvimento Social no provimento de liderança e orientação positiva para incentivar transformações de âmbito mundial, equiparando oportunidades, promovendo independência e assegurando participação e inclusão plenas de todas as pessoas com deficiência na sociedade; (...)

- «Apela ao Secretário-Geral para manter a integridade e a identidade dos programas referentes a pessoas deficientes, incluindo o Fundo Voluntário das Nações Unidas sobre Deficiência, a fim de promover a equiparação de oportunidades e a plena inclusão de pessoas com deficiência na sociedade; (...)

- «Em cooperação com Países-Membros, agências do sistema das Nações Unidas, organizações não-governamentais e outras agências apropriadas, estender a assistência técnica e disseminar informações a fim de realçar a responsabilidade dos Países-Membros no desenvolvimento, implementação e avaliação de seus esforços para equiparar oportunidades e propiciar a plena inclusão social de pessoas com deficiência; (...)

- «Reafirma que os assuntos de equiparação de oportunidades e plena inclusão social de pessoas com deficiência serão uma parte importante do processo preparatório e agenda final da Cúpula Mundial de

Desenvolvimento Social a ser realizada na Dinamarca em 1995». (United Nations, 1993b)

Modelo social da deficiência

Pelo modelo social da deficiência, os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes **incapacidade** (ou **desvantagem**) no desempenho de papéis sociais em virtude de:

- seus ambientes restritivos;
- suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças;
- seus discutíveis padrões de normalidade;
- seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico;
- seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea;
- sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que têm essas necessidades;
- suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Fletcher (1996, p. 7) explica que o modelo social da deficiência "focaliza os ambientes e barreiras incapacitantes da sociedade e não as pessoas deficientes. O modelo social foi formulado por pessoas com deficiência e agora vem sendo aceito também por profissionais não-deficientes. Ele enfatiza os direitos humanos e a equiparação de oportunidades.»

Para Westmacott (1996), "o modelo social da deficiência diz que são as atitudes da sociedade e o nosso ambiente que necessitam mudar".

E em meados da década de 80, Clemente Filho já afirmava que a comunidade como um todo deveria aprender a ajustar-se às necessidades especiais de seus cidadãos portadores de deficiência. (1985, p. 21-22)

A atual discussão sobre os modelos médico e social da deficiência nos remete para a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980. Esse documento aponta a seguinte distinção entre os conceitos:

> "**Impedimento** — Qualquer perda ou anormalidade da função ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica. **Deficiência** — Qualquer restrição ou falta (resultante de um impedimento) da habilidade para desempenhar uma atividade de uma maneira, ou com variância, considerada normal para um ser humano. **Incapacidade** — Uma desvantagem, resultante de um impedimento ou de uma deficiência, que limita ou impede a realização de um papel considerado normal (dependendo de idade, sexo e fatores sociais e culturais) para um dado indivíduo." (United Nations, 1983, § 6)

Percebe-se na definição de 'incapacidade' a primeira menção à sociedade quando se refere muito superficialmente ao conceito de "papel considerado normal, dependendo de idade, sexo e fatores sociais e culturais".

Essa Classificação foi elaborada por especialistas não-deficientes sem consultar o então incipiente movimento dos portadores de deficiência.

Por sua vez, o documento **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**, aprovado pela ONU em 1993, informa que:

> "Alguns usuários têm expressado preocupação no sentido de que a Classificação, na definição da palavra 'incapacidade', ainda possa ser considerada médica demais e centrada demais no indivíduo, e talvez possa não esclarecer adequadamente a interação entre condições ou expectativas da sociedade e as habilidades da pessoa." (Nações Unidas, 1996, p. 13)

De 1980 a 1991, surgiram muitas sugestões e críticas às definições, o que levou a OMS a realizar, a partir de 1992, reuniões anuais para efetuar uma revisão da Classificação, com a participação de líderes dos movimentos de pessoas portadoras de deficiência. Na reunião de 1994, a seguinte definição foi proposta para o conceito **incapacidade**:

> "É o resultado de uma interação entre uma pessoa com impedimento ou deficiência e o ambiente social, cultural ou físico". (Keer & Placek, 1995)

Relata Hurst (1996) que, na reunião da OMS realizada em 1995,

> "houve concordância em que seriam classificadas quatro áreas: uma sobre impedimento ou condição; uma sobre funcionalidade; uma sobre a dimensão social e uma sobre o ambiente. Foi também concordado que particularmente as duas últimas áreas deverão resultar de plena consulta com pessoas deficientes e precisarão conter o termo pelo qual nós [pessoas com deficiência] nos chamamos, levando em consideração as variações lingüísticas." (p. 3)

A nova Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades deverá estar concluída em 1998 para ser submetida à aprovação da Assembléia Geral da ONU em 1999. (Keer & Placek, 1995; Hurst, 1996)

Rejeição zero

Inicialmente, a rejeição zero, ou exclusão zero, consistia em não rejeitar uma pessoa, para qualquer finalidade — por exemplo: emprego, terapia ou educação — com base no fato de que ela possuía uma deficiência ou por causa do grau de severidade dessa deficiência (Alonso & Río, [1991?]). Mais tarde, o conceito passou a abranger as necessidades especiais, independentemente de suas causas.

Desta forma, o conceito de rejeição zero vem revolucionando a prática das instituições assistenciais, habituadas a utilizarem critérios de elegibilidade que excluem pessoas cujas deficiências ou necessidades especiais não possam ser atendidas pelos programas ou serviços disponíveis, o que é lógico pela ótica tradicional.

À luz do princípio da exclusão zero, porém, as instituições são desafiadas a serem capazes de criar programas e serviços internamente e/ou de buscá-los em entidades comuns da

comunidade a fim de melhor atenderem as pessoas portadoras de deficiência. As avaliações (sociais, psicológicas, educacionais, profissionais etc.) devem trocar sua finalidade tradicional de diagnosticar e separar pessoas, passando para a moderna finalidade de oferecer parâmetros em face dos quais as soluções são buscadas para todos (Sassaki, 1995b). Esta tendência mundial traz de volta a verdadeira missão das instituições — servir as pessoas. E não o contrário –– pessoas tendo que se ajustar às instituições.

Este conceito foi, primeiramente, introduzido dentro do procedimento de emprego apoiado e, com o tempo, passou a ser utilizado também em outras áreas de atendimento às pessoas com deficiência, ampliando assim a abrangência da aceitação frente à diversidade. "Comunidades que rejeitam a riqueza da diversidade continuam a colocar todos nós em risco: pessoalmente e internacionalmente", nos advertem Forest e Pearpoint (*in* Mantoan, 1997a, p. 141). (Mais detalhes sobre a exclusão zero e o emprego apoiado encontram-se no Capítulo 2)

Vida Independente

O conceito de vida independente compreende movimento, filosofia, serviços, equipamentos, centros, programas e processo, em relação aos quais as figuras centrais são os cidadãos portadores de deficiência que se libertaram ou estão em vias de se libertar da autoridade institucional ou familiar (Sassaki, 1995c). Peritos portadores de deficiência recomendaram que um dos alvos da estratégia para promover o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência seja "o estabelecimento de programas e centros de vida independente e de organizações de pessoas deficientes, lá pelo ano 2000, que promovam a participação plena na comunidade e o exercício da autodeterminação por parte das

pessoas com deficiência e as conduzam a um crescente *empowerment*" (United Nations, 1992a, § 70, letra j).

Viver com independência foi a opção mais arrojada que pessoas portadoras de deficiências muito severas fizeram nos EUA no início da década de 70, quando elas ainda estavam isoladas, algumas em instituições terminais e outras literalmente no fundo do quintal, colocadas pelas próprias famílias. Por esta razão, a palavra 'independência' significa **não-dependência em relação à autoridade institucional e/ou familiar** (Sassaki, 1995c). Em outras palavras, viver com independência quer dizer:

> "ter oportunidades para tomar decisões que afetam a própria vida, realizar atividades de própria escolha. (...) Vida independente tem a ver com a autodeterminação. E com o direito e a oportunidade para seguir um determinado caminho. E significa ter a liberdade de falhar e aprender das próprias falhas, tal qual fazem as pessoas não-deficientes." (ILRU, 1990, p. 32)

Os participantes do movimento de vida independente, que nasceu nos EUA em 1972 e no Brasil em 1988, causaram um impacto sem precedentes nas práticas sociais até então vigentes. Ele foi precedido pelo movimento pelos direitos dos portadores de deficiência, iniciado em 1962 nos EUA e em 1979 no Brasil em contraposição à péssima qualidade de atendimento que as instituições especializadas vinham dando às pessoas com deficiência.

Nos EUA, este movimento mudou o rumo das políticas sociais e leis pertinentes a este segmento populacional. Num primeiro momento, havia dois sistemas distintos e paralelos: o dos centros de reabilitação e educação especial e o dos centros e programas de vida independente. Num segundo momento, além dos dois sistemas, muitos centros de reabilitação e educação especial adotaram alguns dos serviços de vida independentes,

assim possibilitando aos clientes já saírem com um bom nível de independência e autonomia.

Exemplos de serviços de vida independente, já praticados em nosso país, são os seguintes: aconselhamento de pares, atendentes pessoais, informação e encaminhamento, aparelhos assistivos, assessoria jurídica, treinamento em habilidades de vida independente, envolvimento com a comunidade, grupos de apoio. Estes e outros serviços de vida independente já foram descritos com detalhes (Sassaki, 1995c).

O estilo de vida independente é fundamental no processo de inclusão, pois com ele as pessoas portadoras de deficiência terão maior participação de qualidade na sociedade, tanto na condição de beneficiários dos bens e serviços que ela oferece como também na de contribuintes ativos no desenvolvimento social, econômico, cultural e político da nação. Em outras palavras, vida independente e exercício da cidadania são os dois lados da mesma moeda. No entender de Glat (1994), "cidadania significa fazer escolhas e ter a coragem de levá-las adiante, mesmo errando. (...) Significa não ser um mero receptáculo passivo de novos serviços especializados, e sim um consumidor consciente e criativo."

REFERÊNCIAS

ALONSO, Miguel Angel V., RÍO, Cristina J. *El empleo con apoyo*: una nueva posibilidad laboral para personas con discapacidad. [Salamanca, 1991?], 12 p.

AMARAL, Lígia A. *Pensar a diferença / deficiência*. Brasília: CORDE, 1994. 91 p.

BLANCHARD, K., CARLOS, J.P., RANDOLPH, A. *Empowerment exige mais do que um minuto*. Tradução por: Ivone Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. 140 p. Tradução de: Empowerment takes more than a minute.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial.* Série Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994. 66 p.

CLEMENTE FILHO, Antônio S. Da integração à inclusão. *Jornal da APAE*, São Paulo, n. 124, mar./abr. 1996.

—. Redução de diferenças: uma nova perspectiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. *O resgate da educação especial.* Brasília: MEC/CCS, 1985. 23 p.

DART, Justin. A man's vision of the road to empowerment. *IDEAS Portfolio IV*, Nova York, p. 20, dez. 1992.

D'AUBIN, April. Power to the people. In: RATZKA, Adolf (ed.). *Tools for power.* Estocolmo: Independent Living Committee of Disabled Peoples' International, 1990. p. 10-12.

DISABILITY Awareness in Action. *Newsletter*, Londres, n. 14, fev. 1994. 12 p.

DRIEDGER, D., ENNS, H. *Declaración sobre equiparación de oportunidades.* Estocolmo: Disabled Peoples' International, jan. 1987. 25 p.

FLETCHER, Agnes. *Idéias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência*: 3 de dezembro. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996. 31 p. Tradução de: Information kit to support the International Day of Disabled Persons: 3 December.

GLAT, Rosana. Cidadania e o portador de deficiência: um novo campo de atuação para os profissionais de educação especial. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 11, p. 16, 1994.

GUIMARÃES, Marcelo P. O papel social ativo através da arquitetura. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico, 1994. Anais do... Brasília: CORDE, 1994. p. 91.

HURST, Rachel. Defining disability: revision of the ICIDH. *DAA Newsletter*, Londres, n. 38, maio 1996.

ILRU. An American definition of independent living. In: RATZKA, Adolf. *Tools for power.* Estocolmo: Independent Living Committee of Disabled Peoples' International, 1990. p. 32.

JÖNSSON, Ture. *Inclusive education.* Hyderabad [Índia]: THPI, 1994, 158 p.

KATZENBACH, Jon. et al. *Os verdadeiros líderes da mudança.* Rio de Janeiro: Campos, 1996. 390 p.

KEER, D.W., PLACEK, P.J. (1995). The international classification of impairments, disabilities and handicaps: progress report. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, p. 17, jan./jun. 1995.

KOLUCKI, B. Disability issues included in conference on conflicts & peacemaking. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, p. 15, jan./jun. 1995.

LORD, John. *Lives in transition*: The process of personal empowerment. Quebec: Disabled Persons Participation Program, 1991. 91 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997a. 235 p.

—. Integração X inclusão: escola para todos. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997b. 385 p., p. 120.

—. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Ser ou estar, eis a questão*: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997c. p. 137-154.

MENDES, Enicéia G. Integração escolar: reflexões sobre a experiência de Santa Catarina. *InterAção*, Brasília, v. 5, n. 12, 1994. p. 5-16.

MILLS, Daniel Q. *Empowerment*: um imperativo - 6 passos para se estabelecer uma organização de alto desempenho. Tradução por: Bazán Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro: Campos, 1996. 152 p. Tradução de: The empowerment imperative.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.* Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI-AN/APADE, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

NALLIN, Araci. *Reabilitação em instituição*: suas razões e procedimentos - análise de representação do discurso. Brasília: CORDE, 1994. 184 p.

PEDLAR, Alison, ARAI, Susan, HUTCHISON, Peggy. *Supporting adults with developmental disabilities*: implications for community life and recreation. [Waterloo: University of Waterloo, 1996. 35 p. Palestra proferida no congresso da Associação Mundial de Lazer e Recreação, em Cardiff., País de Gales, 15-19 de julho de 1996].

RATZKA, Adolf. *Tools for power.* Estocolmo: Independent Living Committee of Disabled Peoples' International, 1990. 108 p.

ROBERTSON, Nancy, BAROUSSE, Melody, SQUIRES, Stephanie. *Answering your questions about inclusive education*. New Orleans: Louisiana Clearinghouse for Inclusive Education, [1995], 14 p.

ROGERS, Carl R. Sobre o poder pessoal. Tradução por: Wilma Millan Alves Penteado. São Paulo: Martins fontes, 1978. 273 p. Tradução de: Carl Rogers on Personal Power.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo: PRODEF, 1997. 16p. apost

—. *Preconceito, discriminação, estigma e estereótipo em relação às pessoas portadoras de deficiência*. São Paulo, 1995a. 3 p. apost.

—. *O novo poder: Seu impacto nas entidades assistenciais*. São Paulo, 1995b. 8 p. apost.

—. *Serviços de vida independente e conceito de vida independente*. São Paulo: PRODEF, 1995c. 15 p. apost.

SILBIGER, Steven. *MBA em 10 lições*: As mais importantes lições das melhores faculdades de administração americanas. Tradução por: Antonieta E. M. Oliveira. Rio de Janeiro: Campos, 1997. 33 p. Tradução de: The Ten-Day MBA.

STIL. Independent living: a Swedish definition. In: RATZKA, Adolf. *Tools for power*. Estocolmo: Independent Living Committee of Disabled Peoples' International, 1990. p. 30.

UNESCO. *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994]. Genebra: UNESCO, 1994. 47 p.

UNITED NATIONS. Intelectual Disability: Programs, Policies and Planning for the Future. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, v.1, p. 2, 1995a.

—. *Monitoring of international plans and programmes of action*. [documento] E/CN.5/1995/4 (24-3-95). [Nova York: United Nations], 1995b.

—. *Towards full integration of persons with disabilities into society: implementation of the Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities and of the Long-Term Strategy to Implement the World Programme of Action concerning Disabled Persons to the Year 2000 and Beyond*. Resolution 49/153 (7-2-95). [Nova York: United Nations], 1995c. 4 p.

—. *Observing the International Day of Disabled Persons*: 3 December 1995. [Nova York: United Nations], 1995d. 2 p.

—. *Towards full integration of Persons with disabilities into society*: a continuing world programme of action. Resolution 48/99 (20-12-93). [Nova York: United Nations], 1993a. 2 p.

—. *Positive and full inclusion of persons with disabilities in all aspects of society and the leadership role of the United Nations therein*. Resolution 48/95 (22-7-93). [Nova York: United Nations], 1993b,. 4 p.

—. [Resolution 45/91 of 14 December 1990]. In: United Nations: Monitoring of international plans and programmes of action. [Documento] E/CN.5/1993/4 (27-10-92). [Nova York: United Nations], 1992a. 16 p., p. 1.

—. *The United Nations Decade of Disabled Persons*: a progress report. [Nova York: United Nations], 1992b. 4 p.

—. *World Programme of Action concerning Disabled Persons*. Nova York: United Nations, 1983.

[Há uma tradução (Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência), feita do original em inglês por Arlinda de Araujo Pereira, do Rio de Janeiro, s/d. e existe a publicação, atualmente esgotada, intitulada «Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência», traduzida da versão castelhana por Thereza Christina F. Stummer e impressa pelo CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, em São Paulo, em 1992].

—. The Declaration on the Rights of Disabled Persons. *International Exchange News*, Washington, D.C., v. 22, n. 3, primavera 1978, p. 6-7.

WERNECK, Claudia. *Muito prazer, eu existo.* 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995. 280 p.

WESTMACOTT, Kenneth. Trabalhando por mudanças. Tradução por: Maria Amélia Vampré Xavier. *CBR News*, Londres, n. 22, p. 4, abr. 1996. Tradução de: Working for change.

2

A inclusão no mercado de trabalho

«Nós trabalhamos porque precisamos do dinheiro para sobreviver. Mas também trabalhamos porque isso contribui para a nossa dignidade, o nosso valor como pessoas. O trabalho nos dá mais controle sobre nossa vida e nos conecta com as outras pessoas. Sinto-me realmente privilegiado em ser remunerado pelo que `adoro fazer. Toda sociedade que exclui pessoas do trabalho por qualquer motivo — sua deficiência ou sua cor ou seu gênero — está destruindo a esperança e ignorando talentos. Se fizermos isso, colocaremos em risco todo o futuro.» — Robert White (MacFadden, 1994)

Batalhas numa página da história

O mercado de trabalho, no passado, pode ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados empenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos; e de outro, os empregadores, praticamente despreparados e desinformados sobre a questão da deficiência, recebendo ataques furiosos por não preencherem as vagas com candidatos portadores de deficiência tão qualificados quanto os candidatos não-deficientes.

Naturalmente, esta comparação é uma caricatura. Mas ela mostra o que sempre tem ocorrido ao longo das fases que vão desde a exclusão, passam pela segregação e chegam à integração. Trata-se de um mundo dividido em dois lados, fazendo diferentes coisas em diferentes épocas. Senão, vejamos:

Fase da exclusão

Nesta fase, a pessoa deficiente não tinha acesso nenhum ao mercado de trabalho competitivo. Ricardo M. Moragas, em seu livro **Rehabilitación: Un enfoque integral** (Barcelona: Vicens-Vives, 1972, p. 176, *in* Sassaki, 1986), nos relembra que a humanidade, num passado não muito remoto, considerava uma crueldade a idéia de que pessoas deficientes trabalhassem. A idéia era incompatível com o grau de desenvolvimento até então alcançado pela sociedade. E empregar deficientes era tido como uma forma de exploração que deveria ser condenada por lei. Tais crenças eram resultantes não só da ideologia protecionista para com os deficientes, mas também do fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais ainda não haviam descoberto as possibilidades laborativas das pessoas com deficiência (p. 17).

Mais recentemente, as pessoas deficientes têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos como, por exemplo: falta de reabilitação física e profissional, falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho.

Quando a pessoa com deficiência não está profissionalmente qualificada, isto gera uma importante barreira para ela obter um emprego, mas há um outro grave problema: "A grande maioria dos projetos que preconizam a qualificação da pessoa portadora de deficiência não logra resultados exitosos por estar distanciada das necessidades do mercado de trabalho, bem

como dos novos processos de transformação do sistema produtivo" (Brasil, Ministério do Trabalho, 1996, p. 61).

Fase da segregação

Esta fase viu empresas oferecendo trabalhos para serem executados por pessoas deficientes no interior das instituições filantrópicas, entre elas as oficinas protegidas de trabalho e também no próprio domicílio (Amaral, 1993, p. 4). Essa oferta de trabalhos, e não de empregos, tinha elos com sentimentos paternalistas e também com um certo objetivo de lucro fácil da parte das empresas, que assim podiam usar uma mão-de-obra barata e sem vínculos empregatícios. Esta prática ainda persiste em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Segundo Correia (1990, p. 124), "na realidade cotidiana dessas pessoas ainda predomina a dependência econômica (uma vez que a grande maioria não possui renda própria), o subemprego e a estagnação profissional — fatores que contribuem para que se mantenham à margem da vida nacional, sem chances de participação social e estigmatizadas."

Fase da integração

Já nesta fase, vemos suas três formas aplicadas da seguinte forma em relação aos trabalhadores portadores de deficiência:

1. Pessoas deficientes são admitidas e contratadas em órgãos públicos e empresas particulares, desde que tenham qualificação profissional e consigam utilizar os espaços físicos e os equipamentos das empresas sem nenhuma modificação. Esta forma é também conhecida como "trabalho plenamente integrado: nenhuma alteração no ambiente" (Amaral, 1993, p. 4-5)

2. Pessoas deficientes, após seleção, são colocadas em órgãos públicos ou empresas particulares que concordam em fazer pequenas adaptações nos postos de trabalho, por motivos práticos e não necessariamente pela causa da integração social. A esta forma pode-se também dar o nome de "trabalho integrado: alguma alteração no ambiente" (Amaral, 1993, p. 4-5).

3. Pessoas deficientes trabalham em empresas que as colocam em setores exclusivos, portanto segregativos, com ou sem modificações, de preferência afastados do contato com o público. Para Amaral (1993, p. 4-5), esta forma chama-se "trabalho semi-integrado: mesmo local mas em diferente força de trabalho - alteração significativa".

Em todas essas formas de integração, pode ocorrer que os empregados ou funcionários com deficiência dificilmente sejam envolvidos em programas de desenvolvimento de recursos humanos e/ou promovidos, seja por motivos de inacessibilidade ambiental seja por ignorância da organização. Pode também acontecer que não haja nas empresas um clima favorável à interação social, em particular com os empregados portadores de deficiência. "Muitas pessoas deficientes estão cercadas por outras pessoas que não reconhecem o que fazem como trabalho. Em um mundo no qual o emprego remunerado para todos nem sempre é possível, é importante que a contribuição das pessoas deficientes seja reconhecida ." (Westmacott, 1996).

Por outro lado, o percentual de pessoas deficientes em idade economicamente ativa que estão fora da força de trabalho é duas vezes superior ao das pessoas sem deficiência, embora todas tenham o mesmo direito de trabalhar. No entanto, do ponto de vista dos direitos, esse percentual precisaria ser o mesmo para ambos os grupos. Como afirma a jornalista Ana Maria Morales Crespo (1995), "sem dúvida, parece quase utópico falar no direito

ao trabalho das pessoas deficientes, num país com milhões de não-deficientes desempregados. No entanto, a verdade é que, se considerarmos os deficientes como cidadãos tão de primeira classe quanto qualquer outro, não podemos nos intimidar com a triste realidade do desemprego atual no País".

Um estudo mostra que no Canadá, de cada 100 pessoas que não são deficientes, 70 estão trabalhando, enquanto que, de cada 100 pessoas com deficiência, 40 estão trabalhando (MacFadden, 1994, p. 3). Estes dados mostram que mesmo em um país desenvolvido a taxa de desemprego das pessoas com deficiência é quase duas vezes maior do que a das pessoas não-deficientes.

Em palestra sobre obstáculos ao emprego de pessoas com deficiência, Scher (1987), Gerente de Serviços de Reabilitação e Colocação Seletiva da Sears, nos EUA, relacionou apenas quatro barreiras sérias que precisam ser removidas: 1) a barreira atitudinal, 2) a falta de ambiente acessível, 3) a não-vontade de efetuar acomodações razoáveis e 4) a falta de informação sobre recursos de reabilitação e técnicas de desenvolvimento de empregos. Todas as demais razões que poderiam ser alegadas pelos empregadores estariam, na realidade, relacionadas àquelas quatro barreiras. Isto nos ajuda a visualizar melhor onde devemos atacar para solucionar o problema da colocação profissional.

No Brasil, um projeto elaborado por Rodrigo Hubner Mendes é, provavelmente, o primeiro no País sobre a inclusão de pessoas deficientes no mercado de trabalho. O projeto, com duração de 11 meses, foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e realizado por Mendes na condição de aluno do Curso de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Após levantar e estudar a bibliografia existente na área, entrevistar um especialista em inclusão social, elaborar

questionário dirigido a empregadores e aplicar o questionário em seis empresas (de telemarketing e comunicação via *pager*), escolhidas aleatoriamente, e na DERSA, todas com mais de 100 empregados, Mendes (1997) constatou o seguinte:

- Todas as empresas disseram ser favoráveis aos direitos das pessoas deficientes ao trabalho, mas somente uma empresa tem empregado com deficiência (assim mesmo só um);

- Uma das empresas tornou acessível um dos andares do prédio (esperando receber pessoas deficientes) mas não tem empregados portadores de deficiência e alegou não saber como e onde recrutá-los e onde obter a legislação pertinente;

- Todas disseram acreditar que as pessoas deficientes compensam suas deficiências com habilidades em outras partes do corpo;

- 40% das empresas disseram que têm acessibilidade arquitetônica;

- Todas disseram ser favoráveis à reserva de vagas.

Quanto a este último item, que se refere à reserva de vagas no mercado de trabalho, o leitor encontrará comentários no Capítulo 7 ("O Ideal das Leis e Políticas Inclusivas"). A pesquisa de Mendes vem a confirmar que o mercado de trabalho e boa parte das pessoas com deficiência continuam em lados opostos de um campo de batalha.

Fase da inclusão

Mas, na atual fase da inclusão, o mundo do trabalho tende a não ter dois lados. Agora, os protagonistas, em geral, parecem querer enfrentar juntos o desafio da produtividade e competitividade. A idéia que começou a vingar timidamente é a de que não mais haverá batalhas e muito menos vencedores e vencidos. Surge, então, no panorama do mercado de trabalho a figura da empresa inclusiva.

A empresa inclusiva

Sempre houve, ao longo da história, empresas com experiências positivas na absorção da mão-de-obra de trabalhadores portadores de deficiência. Hoje mais do que nunca, várias empresas proporcionam as condições necessárias e suficientes para o desempenho profissional de seus trabalhadores que têm necessidades especiais diversificadas.

No Brasil, a inclusão vem sendo praticada em pequena escala por algumas empresas, mesmo sem saberem que estão na realidade adotando uma abordagem inclusivista. Tudo começou com pequenas adaptações especificamente no posto de trabalho e/ou nos instrumentais de trabalho, com o apoio daqueles empregadores compreensivos que reconheciam a necessidade de a sociedade abrir mais espaços para pessoas deficientes com qualificação para o trabalho e desejavam sinceramente envolver suas empresas no esforço de empregá-las modificando suas empresas.

Uma empresa inclusiva é, então, aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão etc. Uma empresa pode tornar-se inclusiva por iniciativa e empenho dos próprios empregadores, que para tanto buscam informações pertinentes ao princípio da inclusão, e/ou com a assessoria de profissionais inclusivistas que atuam em entidades sociais.

São os seguintes os principais fatores internos de uma empresa que facilitam a inclusão do portador de deficiência.

- Adaptação de locais de trabalho (acesso físico)*

- Adaptação de aparelhos, máquinas, ferramentas e equipamentos*

- Adaptação de procedimentos (fluxo) de trabalho*

- Adoção de esquemas flexíveis no horário de trabalho*

- Adoção de programas de emprego apoiado (treinador de trabalho e outros apoios)*

- Revisão das políticas de contratação de pessoal*

- Revisão das descrições de cargos e das análises ocupacionais etc.*

- Revisão dos programas de integração de empregados novos*

- Revisão dos programas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos*

- Revisão da filosofia da empresa*

- Capacitação dos entrevistadores de pessoal*

- Criação de empregos a partir de cargos já ocupados*

- Realização de seminários internos de sensibilização das chefias*

- Cumprimento das recomendações internacionais e da legislação nacional pertinentes ao trabalho*

- Adoção do esquema paralelo de trabalho domiciliar competitivo (extensão da empresa)*

- Adoção de esquemas de prevenção de acidentes e moléstias ocupacionais*

- Informatização da empresa*

- Participação da empresa em conselhos municipais e estaduais pertinentes ao portador de deficiência*

- Aquisição, e/ou facilitação na aquisição, de produtos da tecnologia assistiva que facilitem o desempenho profissional de empregados com deficiências severas*

- Participação da empresa no sistema de colocação em empregos competitivos**

Os fatores assinalados com um asterisco beneficiam todos os funcionários, portadores ou não de deficiência. O fator assinalado com dois asteriscos é explicado mais adiante, no item «Um Desejável Programa de Colocação em Empregos Competitivos».

Eis algumas outras medidas que as empresas podem adotar para se tornarem inclusivas:

1. Filosofia da empresa

- Conhecer e seguir a tendência mundial de se criar oportunidades iguais de emprego para pessoas deficientes.

- Crer que a empresa deve contratar candidatos, deficientes ou não, que possam desempenhar bem as funções essenciais dos empregos em oferta e não necessariamente as funções secundárias também.

2. Recrutamento de trabalhadores

- Informar entidades de reabilitação e associações de pessoas deficientes assim que houver vagas. Dizer às agências de emprego que a empresa está aceitando pessoas deficientes capacitadas.

- Utilizar o mesmo processo para recrutar pessoas com ou sem deficiência (Carreira, 1997, p. 27).

3. Seleção de candidatos

- Treinar pessoal de seleção para que conduza entrevistas com atitudes abertas e justas. Atualizar descrições de cargos para garantir que os requisitos de cada emprego sejam criteriosamente reclassificados. "As descrições de cargo não devem conter requisitos desnecessários que excluam membros das classes protegidas" (Werther Jr., 1983, p. 63).

- Utilizar o mesmo critério para selecionar candidatos com e sem deficiência: qualificação para a função (Carreira, 1997, p. 27)

4. Contratação de mão-de-obra

- Contratar atendendo às necessidades da empresa e ao perfil da pessoa deficiente, não "por aquilo que ela não pode fazer, mas por aquilo que ela *pode* fazer" (Association of the Handicapped, *in* Drucker, 1995).

- Contratar mão-de-obra de pessoas deficientes, em conformidade com políticas sadias de emprego, salários, benefícios etc.

5. Inserção de novos empregados

- Preparar tecnicamente a chefia e os colegas do setor onde a pessoa deficiente recém-contratada trabalhará.

- Realizar programa de integração de novos empregados, portadores ou não de deficiência.

6. Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos

- Realizar reuniões e seminários internos de sensibilização para desenvolver habilidades de lidar com a questão das deficiências e incluir o trabalhador portador de deficiência em planos de promoção na carreira em igualdade de condições com os demais trabalhadores. Treinar em funções compatíveis os empregados que, após um acidente ou doença grave, ficaram com uma deficiência.

- Treinar e desenvolver o trabalhador portador de deficiência junto com os demais empregados (Carreira, 1997, p. 28)

7. Legislação sobre pessoas deficientes

- Inserir pessoas deficientes na empresa por estarem capacitadas e não apenas para cumprir leis.

- Conhecer e seguir as convenções e recomendações aprovadas pela Organização Internacional do Trabalho e outros organismos internacionais no que se refere aos trabalhadores com deficiência (por ex., CORDE/OIT, 1994; Organização Internacional do Trabalho, 1994a, 1994b).

8. Adaptação do trabalho e modificação de máquinas

- Promover ajustamento em alguns dos procedimentos de trabalho.

- Proceder a pequenas modificações em equipamentos e máquinas, considerando estudos já existentes (por ex., International Labour Office, 1984; Elmfeldt et al., 1983).

9. Prevenção de acidentes e moléstias ocupacionais

- Incluir um trabalhador com deficiência na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

- Incluir empregados que usam cadeira de rodas nos treinamentos de escape do prédio em caso de incêndio.

10. Eliminação de barreiras físicas na empresa

- Conhecer e aplicar os dispositivos da Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre a acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos (ABNT, 1994).

- Afixar o Símbolo Internacional de Acesso na entrada da empresa, nos sanitários e demais recintos acessíveis a pessoas com deficiência, de acordo com resoluções oficiais (Sassaki, 1996a).

As empresas inclusivas refletem a tese de que:

a) É eticamente correto incluir pessoas deficientes na mão-de-obra geral;

b) A mão-de-obra da pessoa deficiente é tão produtiva quanto a mão-de-obra constituída só de trabalhadores não-deficientes;

c) A mão-de-obra composta de trabalhadores deficientes e não-deficientes contribui eficientemente para a empresa atingir com sucesso os seus objetivos econômicos e, ao mesmo tempo, ajuda a empresa a cumprir a sua parte no esforço de inclusão a fim de garantir aos portadores de deficiência o direito de trabalhar e a todos os trabalhadores a possibilidade de aprenderem uns dos outros.

As empresas inclusivas participam do esforço internacional, preconizado em 1991 pela Organização das Nações Unidas, no sentido da construção, até o ano 2010, de uma sociedade para todos. (Ver mais sobre sociedade para todos, no Capítulo 9)

Um Desejável Sistema de Colocação em Empregos

No Brasil, foi por volta de 1950 que se iniciou a prática da colocação de pessoas deficientes no mercado de trabalho competitivo. Durante cerca de 30 anos (1950-1980), o caminho principal para a colocação profissional eram os centros de reabilitação profissional, onde geralmente havia um setor específico de orientação profissional. Este setor não só orientava e participava do processo de avaliação do potencial laborativo dos clientes que faziam reabilitação, como também acompanhava a fase de treinamento profissional e finalmente efetuava a colocação em emprego. Nesse mesmo período, foi também importante no esforço de colocação profissional a participação de escolas especiais, centros de habilitação, oficinas protegidas de trabalho e centros ou núcleos de profissionalização.

É oportuno registrar que, em todas as épocas, sempre houve também a prática da autocolocação, ou seja, a colocação conseguida pelo próprio portador de deficiência com ou sem ajuda de instituições.

A partir da década de 80, foram surgindo outros caminhos para a inserção das pessoas com deficiência na força de trabalho. As associações de pessoas deficientes, não só as que já existiam mas também as que surgiram desde então, vêm desempenhando um destacado papel na abertura do mercado de trabalho, sob a égide de seus direitos de cidadania. E, mais recentemente, o surgimento de centros de vida independente vem ajudando a

consolidar a garantia destes direitos, principalmente oferecendo aos portadores de deficiência oportunidades de conquistar o poder de fazer escolhas e de tomar decisões a fim de melhor controlarem as suas vidas.

Assim, a presença da pessoa com deficiência no mercado de trabalho se dá por duas vias principais: Ou a autocolocação direta (o próprio interessado indo buscar empregos) ou a colocação através das instituições especializadas (onde as pessoas deficientes são atendidas) e através de associações de pessoas deficientes e centros de vida independente.

Entretanto, há muito tempo estamos precisando ter, no Brasil, um Sistema de Colocação em Empregos Competitivos (SCEC), de âmbitos local, estadual e nacional. Esse sistema englobaria os serviços de colocação, que sempre funcionaram de maneira desordenada, dispersa e ineficiente no Brasil. Os tais serviços de colocação são aqueles mantidos por entidades filantrópicas ou órgãos governamentais que vêm tentando, de maneira improvisada e cada um por si, fazer a colocação de pessoas deficientes no mercado de trabalho competitivo ao longo dos últimos 50 anos.

Esses serviços, como se sabe, operam com uma estratégia muito simplista. Assim que alguém com deficiência, qualificado para um emprego competitivo, se torna um candidato à procura de colocação no mercado de trabalho, a entidade que o assiste vai abordar empresas que estejam oferecendo vagas supostamente compatíveis com o perfil desse candidato e trata de acompanhá-lo até sua efetiva colocação.

Essa estratégia tem variações, é claro. Mas o maior ponto fraco de todos esses serviços está no fato de que não existe nada que assegure um retorno a tão importante investimento, que é o processo de colocação de pessoas em empregos competitivos. A colocação, quando acontece, ocorre por acaso em boa parte dos

casos. Na maioria dos países, a questão da colocação em empregos é tratada com muita seriedade (por ex., ILO, 1995; LRS, 1996, 1995a, 1995b; LSPLDD, 1993; Miguez, 1993; NVRCD, 1991; Seminário, 1979), investindo-se fortemente em qualificação do pessoal de colocação e em montagem de serviços específicos para colocar pessoas com deficiência.

Por essa razão, proponho que coloquemos em ampla discussão uma proposta de normatização de um Sistema de Colocação em Empregos Competitivos. Esse sistema poderia começar a ser implantado em uma cidade ou um Estado para depois, gradativamente, alastrar-se por todo o Brasil.

As principais organizações participantes deste sistema seriam:

- Empresas de todos os ramos de atividade (agropecuária, indústria, comércio e serviços);
- Órgãos governamentais (federais, estaduais ou municipais) enquanto empregadores;
- Órgãos governamentais (federais, estaduais ou municipais) enquanto encaminhadores de pessoas deficientes ao mercado de trabalho;
- Escritórios federais de reabilitação (a serem criados);
- Entidades particulares que ofereçam, à sua clientela portadora de deficiência, programas profissionalizantes e/ou serviço de colocação (centros de habilitação ou reabilitação, núcleos ou centros de profissionalização, associações de pessoas com deficiência, centros de vida independente, hospitais etc.);

- Escolas comuns e escolas especiais que tenham programas profissionalizantes e/ou serviço de colocação de estudantes portadores de deficiência tanto em estágio como em empregos competitivos;

- Agências de emprego.

O sistema adotaria um único instrumental, uma espécie de Plano Individualizado de Colocação (PLIC), a ser preenchido por um técnico da organização participante em conjunto com a pessoa deficiente (e sua família, em caso de menor de idade). Este plano seria levado ao conhecimento de algumas organizações, que então passarão a ser parceiras no processo de profissionalização e colocação. Enquanto parceiras, as organizações envolvidas prestam todo apoio que o caso exija para conseguir executar o plano individualizado e, em troca, recebem benefícios tais como: apoio no futuro para os planos individualizados, partilha de informações prestadas pelos demais parceiros, facilidade para participar de eventos pertinentes à profissionalização e colocação.

As empresas e os órgãos governamentais, sabedores deste sistema, dariam atendimento prioritário aos candidatos encaminhados pelas organizações participantes do sistema com os respectivos Planos Individualizados de Colocação.

Para custear o desenvolvimento deste sistema, o Governo federal alocaria recursos financeiros (para cada PLIC), materiais (livros, manuais, guias etc.) e técnicos (especialistas) para os escritórios federais de reabilitação instalados nos estados que, por sua vez, repassariam esses recursos às organizações participantes do sistema em âmbito local. Dependendo da densidade demográfica, o âmbito local pode abranger um bairro, um distrito, uma cidade ou várias cidades. Com uma parte dos recursos financeiros, as organizações participantes poderão cobrir custos envolvidos na execução do Plano Individualizado de Colocação de seus clientes.

Muitas vantagens adviriam da implantação deste sistema. Em primeiro lugar, haveria um melhor aproveitamento dos recursos e energias de cada organização participante. Os recursos financeiros governamentais seriam utilizados sem desperdício, ou seja, como um investimento com retorno certo na pessoa de cada pessoa colocada em emprego competitivo. Ocorreria também um *pool* de vagas disponíveis, que seriam racionalmente aproveitadas pelas organizações participantes. Desenvolver-se-ia um sentimento de segurança e esperança nas pessoas envolvidas, principalmente do próprio portador de deficiência e, com certeza, de seus familiares, devido à objetividade do Plano Individualizado de Colocação (PLIC). Cada organização participante se veria mais comprometida com a implementação dos Planos Individualizados, porque ela está vendo o esforço dos demais parceiros do sistema graças à transparência do sistema. Enfim, haveria um clima renovado, saudável, no campo do atendimento a pessoas portadoras de deficiência — desde a fase hospitalar, passando pela educação e profissionalização, até a sua inserção na comunidade através de empregos.

A inclusão no mercado de trabalho competitivo não é um sonho impossível de ser realizado, desde que os empregadores sejam tratados como parceiros. Ou seja, eles receberão nossa ajuda com informações sobre o potencial laborativo das pessoas deficientes, com assessoria na modificação de trabalhos e ambientes e com treinamentos sobre a nova empresa inspirada na filosofia da inclusão social. E, ao mesmo tempo, eles farão a parte deles modificando suas empresas naquilo que for necessário e vantajoso para todos os trabalhadores, incluindo o portador de deficiência. O Sistema de Colocação em Empregos Competitivos (SCEC) seria um meio eficaz de tornar cada vez mais inclusivas as empresas e, por conseguinte, mais inclusiva a nossa sociedade.

Para o empresário Rogério Amato (1997, p. 317), "quando se fala em inclusão social, pressupõe-se um senso de comunidade. É difícil imaginar a inclusão social no caos. É necessário que o

empresário, o local onde se vive, seja de uma certa forma modificado, para que o senso de comunidade apareça." Ao efetuarem essas modificações, as empresas não estão fazendo nenhum favor aos portadores de deficiência, pois elas estão ajudando a si mesmas. É ainda Amato quem afirma: "As poucas experiências de inclusão no trabalho de alguns de nossos jovens, tem demonstrado com absoluta certeza que as empresas que os acolheram se transformaram para o melhor. (...) Nós não estamos pedindo que se inclua um filho nosso com deficiência ou limitações num trabalho. Estamos oferecendo uma oportunidade para essa empresa galgar um patamar de qualidade." (p. 318).

O novo perfil dos candidatos a emprego

Diferentemente do que acontecia no passado em termos de qualidades pessoais, hoje os candidatos portadores de deficiência apresentam um perfil mais completo. Por exemplo, eles são:

1. Mais escolarizados (inclusive com nível superior)
2. Mais autônomos (com ou sem dispositivos tecnológicos)
3. Mais independentes (pelo uso do poder pessoal para tomar decisões)
4. Mais politizados (com consciência de seus direitos e deveres)
5. Mais informados (sobre a vida social em geral)
6. Mais preparados psicossocialmente (sobre relacionamentos no trabalho)
7. Mais socializados (expostos a experiências de grupos formais e informais)

8. Mais capacitados profissionalmente (em funções específicas)
9. Portadores de deficiências de nível mais severo, seja qual for o tipo de deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla).

Opções de trabalho para pessoas com deficiência

Hoje, o leque de opções de trabalho é bem mais amplo do que no passado. Podemos visualizar esse leque da seguinte forma:

Emprego competitivo

1. Via colocação ou autocolocação em empregos comuns.
2. Via programa de emprego apoiado.(ver este assunto mais adiante).
3. Via projeto de reabilitação baseada na comunidade.

Escritório doméstico computadorizado (EDC)

1. Como empregado: Trabalhando no seu EDC, longe da empresa que o contratou porém conectado com ela via computador.
2. Como empresário: Monitorando, do próprio EDC, a sua empresa localizada em outro local. porém conectada com ela via computador.
3. Como empresário: Trabalhando em casa, onde foi instalada a sua empresa e da qual ele se comunica com seus clientes via computador.

Microempresa que não o EDC

1. Fora do domicílio (qualquer ramo de atividade)
2. No domicílio (geralmente, indústria caseira)

Trabalho autônomo

1. Individual (com ou sem computador)
2. Coletivo (com ou sem computador)

Trabalho semicompetitivo

1. Via projeto de reabilitação baseada na comunidade
2. Via oficina protegida de trabalho
3. Via iniciativa própria

Trabalho protegido

1. Via oficina protegida de trabalho
2. Via oficina ocupacional
3. No domicílio

Trabalho rural

1. Via iniciativa própria ou da família
2. Via projeto de reabilitação baseada na comunidade
3. Via propriedades agropecuárias particulares
4. Via programas governamentais no interior

Vantagens do portador de deficiência

Pessoas com deficiência encaminhadas (apresentadas, colocadas, indicadas) por entidades especializadas (tais como: centros de reabilitação, centros de habilitação, associações de pessoas deficientes, centros de vida independente) são geralmente aquelas que foram preparadas para a vida de trabalho. Essa preparação integra o processo de inserção econômica das pessoas com deficiência. O leitor que desejar estudar mais a fundo este processo, poderá encontrar valiosos subsídios no relatório referente ao programa Helios II (1995), escrito em português lusitano.

Uma vez devidamente preparadas, elas apresentam qualidades pessoais que muitas vezes faltam nos candidatos que não são deficientes, simplesmente porque estes não passam por certos programas que, no caso dos portadores de deficiência, podem existir tanto em boa parte das entidades sociais como em algumas organizações de pessoas deficientes. Eis alguns desses programas.

Programa de avaliação para o trabalho

Este programa "consiste de levantamento das potencialidades do portador de deficiência, especificando o grau de capacidade para a execução de uma tarefa ou desempenho de uma função ou emprego (...)" e realiza os seguintes passos: análise dos dados de programas anteriores da pessoa com deficiência, entrevistas, aplicação de técnicas avaliativas, observações diretas (Batista et al., 1997)

Programa de pré-profissionalização

Este programa oferece uma variedade de experiências de trabalho em atividades práticas (limpeza de ambientes, horticultura, jardinagem, cartonagem etc.), complementares (teatro, educação física, música etc.) e acadêmicas (alfabetização, manutenção pedagógica etc.), "para que a pessoa, por meio de suas vivências, possa melhor definir seu interesse e desenvolver suas capacidades e potencialidades para o trabalho" (Batista et al., 1997)

Programa de prontidão para o emprego

Um programa de prontidão para o emprego é constituído por módulos práticos sobre: direitos e deveres do trabalhador, o desenvolvimento de habilidades de procurar emprego, como agir antes, durante e após as entrevistas de seleção, o preenchimento de fichas de solicitação de emprego, a apresentação visual para a entrevista, como reter o emprego e progredir na empresa etc.

Nesse programa são desenvolvidos padrões de desempenho (variáveis do trabalho e variáveis pessoais do trabalhador) que correspondem aos exigidos pelo ambiente de trabalho (a empresa em si, condições físicas do ambiente, horários, procedimentos de trabalho, relações interpessoais etc).

Muitas entidades brasileiras desenvolvem programas ou serviços de prontidão para o emprego (ou trabalho) há décadas. Mas falta uma documentação técnica sobre tais programas; as entidades parecem não dar muita importância ao desenvolvimento de um corpo de conhecimentos sobre prontidão para o emprego. O Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro elaborou um Curso de Prontidão para o Trabalho, com o patrocínio da Fundação VITAE, e desde 1990 vem ministrando esse curso. Um dos melhores livros sobre técnicas de prontidão para o emprego é

o **Succeeding in the Workplace** (Latham & Latham, 1994), escrito em linguagem atual e em conformidade com conceitos mais recentes no mundo do trabalho em relação a candidatos portadores de deficiência.

Programa de treinamento em assertividade

Um outro tipo de programa que ajuda na preparação profissional das pessoas com deficiência é o de treinamento em assertividade. Algumas pessoas, por serem naturalmente introvertidas ou por terem sido inferiorizadas devido à deficiência, ou por ambos os motivos, têm dificuldade de fazer valer a própria opinião. Quando confrontadas, elas acabam cedendo à vontade ou à opinião de outras pessoas. Geralmente, elas dizem «sim» quando queriam dizer «não» ou vice-versa. Isto fere a liberdade de falar, ou seja, "a capacidade de dizer o que você quiser, quando e onde você quiser, a quem você quiser, sem as restrições impostas pelos seus interlocutores, tecnologia, ambiente ou custo" (DEAL, 1994). No treinamento em assertividade, estas pessoas fazem exercícios que lhes permitem adquirir uma nova perspectiva em sua vida, aprendendo a expressar com naturalidade seus pensamentos, seus sentimentos, suas convicções e suas idéias.

Programa de emprego apoiado

Mesmo pessoas portadoras de uma deficiência (física, mental, auditiva, visual ou múltipla) em grau severo podem hoje competir dentro do mercado de trabalho após passar por um programa de emprego apoiado (Sassaki, 1995, 1996b), explicado a seguir.

O programa de emprego apoiado é instalado dentro da instituição (Batista et al., 1997) e através dele o portador de deficiência é colocado na empresa primeiro e é treinado em seguida na própria função — processo este conhecido como "colocar-treinar", que é o inverso do processo tradicional de treinar primeiro e colocar depois. O emprego se chama "apoiado" ou "com apoio" porque o pretendente a esse emprego recebe apoio individualizado e contínuo pelo tempo que for necessário para que ele, devido à severidade da sua deficiência, possa obtê-lo, retê-lo e/ou obter outros empregos no futuro, se for o caso.

Os tipos de apoio variam de caso para caso: orientação, instrução no treinamento, aconselhamento, *feedbacks*, supervisão, aparelhos assistivos, transporte etc. Eles podem ser prestados por várias pessoas: o treinador de trabalho (*job coach*), conselheiro de reabilitação (também conhecido como conselheiro profissional), familiares, colegas de trabalho, chefia e outras. Uma entidade, em mensagem dirigida a empregadores, afirma: "À medida que o seu novo empregado se torna mais competente, o nosso treinador de trabalho comparece cada vez menos até o dia em que vocês nos digam que não somos mais necessários na empresa. Se um treinamento ou adaptação vier a tornar-se necessário, estaremos sempre prontos para retornar à sua empresa" (The Texas Planning Council for Developmental Disabilities, 1993),

No passado, inicialmente concentrados em atender os portadores de deficiência mental e as pessoas com deficiência de desenvolvimento, os programas de emprego apoiado conseguiam mais vagas no setor de serviços (por exemplo, em supermercados, restaurantes, hotéis, lanchonetes, bancos etc.). Mas hoje os empregos apoiados são conseguidos em quase todos os setores e níveis de trabalho. E o movimento de emprego apoiado, ao longo de sua história, foi conquistando espaço para todos os tipos de deficiência, incluindo as deficiências múltiplas.

O emprego apoiado pode ser visto como um movimento recente na história dos movimentos de pessoas deficientes. Ele está voltado, de preferência, ao atendimento às **deficiências mais severas** — exatamente aquelas que a sociedade e instituições assistenciais sempre relegaram à última prioridade. E quanto aos tipos de deficiência, o movimento de emprego apoiado defende a necessidade de atender a **todos eles:** mental, físico, visual, auditivo, múltiplo, os de dificuldade de aprendizagem e as deficiências de desenvolvimento. (Sassaki, 1995)

Um outro aspecto consiste em que ele aponta a **comunidade** como o lugar onde os portadores de deficiência querem e devem viver, trabalhar etc. Portanto, há um **deslocamento de abordagem**, abandonando o ambiente segregado (asilos, oficinas protegidas de trabalho etc.) para conquistar definitivamente o ambiente aberto, integrado, competitivo, na comunidade.

O processo de colocação em emprego apoiado propicia ao portador de deficiência severa a oportunidade de exercer o *empowerment*, ou seja, **fazer escolhas e tomar decisões** quanto ao como, quando, quanto, onde e o que fazer para suas necessidades profissionais, sociais etc., **assumindo assim o controle de sua vida**. (Sassaki, 1995, 1994)

Nos países onde esse movimento já existe há vários anos (por exemplo, Estados Unidos, Canadá, Espanha), seus ativistas conseguiram aprovar **leis e outros instrumentos formais** que garantem a alocação de recursos financeiros necessários à implantação de seus programas e serviços, incluindo custos de treinamento e remuneração de pessoal, aquisição de equipamentos, provisão de transportes, material de consumo, realização de pesquisas etc. (Sassaki, 1997a, 1997b)

A maioria dos programas de emprego apoiado, existentes aos milhares nos Estados Unidos, conseguiu ser implantada

rapidamente graças ao **reaproveitamento** de recintos e parte do pessoal de milhares de oficinas protegidas de trabalho, as quais, nos dias de hoje, não mais correspondem à realidade social atual e à nova filosofia de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Este processo é também conhecido como **conversão** de oficinas protegidas para programa de emprego apoiado (*in* Purgahn, 1994).

Nenhuma pessoa deficiente é rejeitada com base na severidade de sua deficiência. Esta característica se chama **'rejeição zero'** ou **'exclusão zero'** e é o inverso da tradicional prática adotada por entidades assistenciais para determinar a inelegibilidade de uma pessoa deficiente para certos serviços terapêuticos ou à própria instituição. (ver mais sobre rejeição zero no Capítulo 1, "Novos Paradigmas: Os Conceitos Inclusivistas").

Devido à severidade da deficiência de que é portador, o ocupante de um emprego apoiado recebe **apoio individualizado, contínuo,** pelo tempo que for necessário para que ele mantenha esse emprego e, no futuro, outros se for o caso. Os tipos de apoio variam de acordo com as necessidades de cada situação que se apresentar e podem ser providos por diversas pessoas: pela entidade, o treinador de trabalho (especialista em emprego) e o conselheiro de reabilitação, entre outros; pela empresa, os colegas de trabalho e o chefe dele. À família também cabe um importante papel de apoio ao trabalhador com deficiência severa. (Sassaki, 1996)

Por tratar-se de pessoas com deficiência severa, o emprego apoiado precisa utilizar **tecnologia assistiva** (desenvolvida em parceria com a **engenharia de reabilitação**) na maioria dos casos. Com adaptações (dispositivos auxiliares), equipamentos especiais e outros recursos tecnológicos sofisticados ou simples, os trabalhadores severamente deficientes podem ter à sua disposição atividades ocupacionais que melhor atendam às suas aptidões e

preferências. Isto ajuda a evitar que as pessoas sejam colocadas em qualquer emprego disponível.

Ainda devido à severidade de sua deficiência, o ocupante de um emprego apoiado precisa utilizar **transporte individual**, a menos que, coincidentemente, existam transportes coletivos adaptados que fazem o percurso dele entre a casa e o trabalho e vice-versa. Na maioria do casos, portanto, ainda é necessário que as entidades promotoras de programas de emprego apoiado invistam fortemente em esquema próprio de transporte individual, ou em sistema de carona planejado com o portador de deficiência ou seus familiares e vizinhos. Por estes motivos, os programas de emprego apoiado têm procurado empregos próximos à casa de cada deficiente. (Sassaki, 1995, 1994)

No passado, inicialmente concentrados em atender aos portadores de deficiência mental e às pessoas com deficiência de desenvolvimento, os programas de emprego apoiado conseguiam mais vagas no setor de serviços (supermercados, restaurantes, hotéis, lanchonetes, bancos etc.). Mas hoje os empregos apoiados são conseguidos em quase **todos os setores e níveis de trabalho.** E o movimento de emprego apoiado, ao longo de sua história, foi conquistando espaço para **todos os tipos de deficiência,** inclusive as deficiências múltiplas. (Sassaki, 1994)

Atualmente, os principais modelos de emprego apoiado são (Sassaki, 1995): o **individual** (semelhante à colocação individual de pessoas sem deficiência, em empresas de qualquer tamanho); o **enclave** (em que até 8 pessoas com deficiência severa trabalham juntas sob uma única supervisão, em uma empresa de grande porte); a **equipe móvel** (que é um grupo de até 5 trabalhadores com deficiência e um treinador de emprego, que prestam serviços de zeladoria e manutenção de jardins e parques, para governos e empresas); e o **empresarial** (que é uma microempresa gerenciada por uma pessoa portadora de deficiência severa e onde trabalham empregados sem deficiência).

E, por final, registre-se que o movimento de emprego apoiado tem dado **resultados práticos altamente positivos**, refletindo nitidamente na qualidade de vida dos portadores de deficiência e na nova atitude da sociedade para com eles.

À medida que for crescendo o número de empresas que oferecem vagas para emprego apoiado e for aumentando a pressão das organizações de portadores de deficiência pela adoção desta abordagem, as entidades assistenciais (de habilitação, reabilitação, educação especial etc.) passarão por significativas mudanças em sua filosofia de trabalho, agenda de programas e serviços, contratação de pessoal técnico etc. Assim, o **impacto** do movimento de emprego apoiado sobre as entidades assistenciais que desejem sobreviver poderia ser configurado nos seguintes termos (Sassaki, 1994):

- As entidades devem considerar a opção competitiva em vez da opção protegida para o portador de deficiência severa, ou seja, o emprego apoiado no lugar do emprego abrigado.

- As entidades devem buscar assessoria técnica para a implantação de programas de emprego apoiado.

- As entidades devem treinar seu pessoal para a nova realidade proporcionada pelo movimento de emprego apoiado.

- As entidades devem exigir a criação de uma lei específica que garanta subsídios financeiros governamentais e incentivos fiscais às empresas para cobrir os custos dos programas de emprego apoiado.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*: NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. 59 p.

AMARAL, Lígia A. Falando sobre o trabalho da pessoa portadora de deficiência. In: A Questão do Trabalho e a Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo: REINTEGRA, 1993. 22 p. apost.

AMATO, Rogério P.C. A visão do empresário sobre o trabalho da pessoa com síndrome de Down. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 316-318.

BATISTA, Cristina, BORGES, Maria do Rosário, BRANDÃO, Tânia et al. *Educação Profissional e Colocação no Trabalho*. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 1997.

BRASIL. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. *PLANFOR: Plano Nacional de Educação Profissional* / Termos de referência dos programas de educação profissional, nacionais, estaduais, emergenciais. Brasília: FAT/CODEFAT/MTb/SEFOR, 1996. 122 p.

CARREIRA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p. 24-31.

CORDE/OIT. Normas internacionais do trabalho sobre a reabilitação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência. Brasília: CORDE, 1994. 23 p.

CORREIA, C. A integração do deficiente ao mercado de trabalho: uma conquista social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. XI, n. 34, dez. 1990. p. 119-134.

CRESPO, Ana Maria M. *Trabalho*. In: Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. São Paulo: PRODEF, 1995. p. 8-9. apost.

DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos*: princípios e práticas. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1995, p. 109.

DEAL. Empowerment: dignity, education and language for people without speech. *Disability Awareness in Action*, Londres, n. 14, p. 4, fev. 1994.

ELMFELDT, Gerd, WISE, Caroline, BERGSTEN, Hans et al. *Adapting work sites for people with disabilitties*: ideas from Sweden. 3.ed. Estocolmo: The

Swedish Institute for the Handicapped/World Rehabilitation Fund, 1983. 260 p.

HELIOS II. Inserção económica das pessoas com deficiência: actividades de intercâmbio e informação. Relatório de 1994. In: Economic Integration: Vocational guidance, difficulties and opportunities on the open labour market, sheltered employment with a view to transition towards open employment. Bruxelas: HELIOS II, [1995]. p. 307-352.

ILO launches global network on employment & disability research. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, jan./jun. 1995. p. 16.

INTERNATIONAL Labour Organisation. *Adaptation of jobs and the employment of the disabled.* Genebra: International Labour Office, 1984. 112 p.

LATHAM, P.S., LATHAM, P.H. (coord.). *Succeeding in the workplace — attention deficit disorder and learning disabilities in the workplace*: a guide for success. Washington, D.C.: JKL Communications, 1994. 154 p.

LRS. *Strategic plan 1997 update*. [Baton Rouge]: Louisiana Rehabilitation Services, [out. 1996]. 21p.

—. *Advisory Council's annual report 1994-95*. [Baton Rouge]: LRS, 4 dez. 1995a, 33 p.

—. *Vocational rehabilitation policy manual*. [Baton Rouge]: LRS, [revisado em maio 1995b]. 44 p.

LSPCDD. *Emprego apoiado* [1990]. [Baton Rouge]: Louisiana State Planning Council on Developmental Disabilities. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: PRODEF, 1993. 7 p. mimeo

MACFADDEN, J.V. *The right to have a job*: A straightforward guide to Canada's employment-related programs for persons with disabilities. Ontario: Roeher Institute, 1994. 25 p.

MENDES, Rodrigo H. *A inclusão da pessoa portadora de deficiência nas organizações* (por comunicação pessoal, em 30-6-97).

MIGUEZ, Joy. *Will the Americans with Disabilities Act have an impact on hiring persons with disabilities?* [Lafayette]: University of Southwestern Louisiana, 28-4-93. 22 p. apost.

NVRCD. *Vocational rehabilitation services for people with disabilities in Japan*. 3.ed. [Tóquio]: National Vocational Rehabilitation Center for the Disabled, 1991. 48 p.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*: um guia para as organizações de empregadores. Brasília: CORDE, 1994a, 35 p. Tradução de: Job creation for disabled people: a guide for employers' organisations.

—. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*: um guia para as organizações de trabalhadores. Brasília: CORDE, 1994b, 37 p. Tradução de: Job creation for disabled people: a guide for workers' organisations.

PURGAHN, Sandra (org.). Conversion from sheltered workshops to supported employment. In: Supported Employment Advanced Course: A path to the future. [Lafayette: Goodwill Industries of Acadiana, 1994]. 122 p.

SASSAKI, R.K. Oportunidades e opções de trabalho. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997a. 385 p., p. 321-325.

—. *Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo, 1997b. 16 p. apost.

—. *Símbolo Internacional de Acesso*: diretrizes oficiais. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996a. 22 p.

—. *Educação inclusiva e emprego apoiado*. São Paulo, 1996b. 12 p. apost.

—. *Emprego apoiado*. São Paulo, 1995. 5 p. apost.

—. *Desconhecimento: O maior viés na absorção da mão-de-obra do portador de deficiência*. São Paulo, 1994. 12 p. apost.

—. Preparação para o trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório das atividades. In: Anais do Seminário sobre Profissionalização da Pessoa Deficiente: Bolsas de Trabalho. São Paulo: APAE-SP, 1986. p.1-18.

SCHER, Paul L. *Obstacles to hiring persons with disabilities and how to overcome them*. [Palestra apresentada no Simpósio Inter-Americano promovido pela Fundação Legião Brasileira de Assistência e Organização dos Estados Americanos, em março de 1987]. 26 p. mimeo.

SEMINARIO Latinoamericano sobre la Colocación del Lisiado. Manual de procedimientos para la colocación del lisiado. [Três partes]. San Juan de Puerto Rico: Instituto Internacional de las Americas de la Universidad Mundial / Fondo Mundial de Rehabilitación, out. 1979. 123 p.

THE Texas Planning Council for Developmental Disabilities. *Mensagem aos empregadores sobre o emprego apoiado*. Tradução por: Romeu Kazumi

Sassaki. São Paulo: PRODEF, 1993. 4 p. apost. Tradução de: Message to the employers about supported employment.

WERTHER Jr., William, DAVIS, Keith. O desafio da igual oportunidade. In: Administração de Pessoal e Recursos Humanos. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. p. 45-69.

WESTMACOTT, Kenneth. Trabalhando por mudanças. Tradução por: Maria Amélia Vampré Xavier. *CBR News*, Londres, n. 22, p. 4, abr. 1996. Tradução de: Working for change.

3

A inclusão nos esportes, turismo, lazer e recreação

«Os Países-Membros devem garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades nas atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de freqüentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os Países-Membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos nesse sentido. As autoridades de turismo, agências de viagem, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagens devem oferecer seus serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência. Isto envolve, por exemplo, incorporar a informação sobre acessibilidade em suas informações regulares ao público.» (United Nations, 1983, § 134)

Aqui está um conjunto de áreas que, no tocante às pessoas com deficiência, têm ficado tradicionalmente à margem da corrente principal da sociedade: esportes, turismo, lazer e recreação.

Esportes

Devido ao requisito de equipamentos e espaços específicos, os esportes eram pouco praticados no passado por pessoas portadoras de deficiência. No final da década de 40 e nos anos 50s, poucos hospitais e centros de reabilitação física tinham tais condições e raramente podiam separar horários para práticas esportivas. Nos casos de inexistência de espaços físicos, havia algumas iniciativas levadas a efeito fora da instituição por aqueles pacientes portadores de deficiência (geralmente física) que possuíam qualidades atléticas. Às pessoas que não tinham pretensões competitivas, então, as oportunidades de praticarem esporte eram mínimas ou nulas.

Já nas décadas de 60 e seguintes o esporte e também a educação física ganharam reconhecimento e desenvolveram-se bastante (United Nations, 1983, § 137). O papel do esporte e da saúde, hoje, como fator que leva seus praticantes portadores de deficiência à integração social é destacado desta forma por Rezende:

> "Toda criança que demonstra possuir vigor físico e habilidade suficiente para jogar (características imprescindíveis não só para brincar mas para aprender a defender-se) costuma ser não só aceita como solicitada a estar presente nas brincadeiras. (...)
>
> O sentido de espetáculo presente no esporte e na sua máxima de superação dos limites do homem desperta a atenção da sociedade para as pessoas portadoras de deficiência, permitindo, por meio de uma situação informal, que se tome conhecimento do seu potencial, muitas vezes subestimado, para o aprendizado e desenvolvimento de habilidades específicas e, conseqüentemente, desfaça-se a imagem

preconceituosa em relação ao portador de deficiência." (Rezende, 1997, p. 306)

Por sua vez, Gândara enfatiza que o CIAD (Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente, da PUCCAMP)

> "tem assegurado e garantido o esporte à pessoa portadora de deficiência aumentando a probabilidade de realizações pessoais e ampliando o repertório de atitudes sociáveis. (...) É dada a todos a chance de descobrir as suas potencialidades proporcionando incremento da auto-estima, autoconfiança e sobretudo a integração social." (Gândara, 1997, p. 308)

Turismo

Foi somente na década de 70 e assim mesmo em países desenvolvidos que surgiram as primeiras excursões turísticas organizadas por agências de viagem para pessoas deficientes (inicialmente só para as que usavam cadeira de rodas). Eram excursões fechadas, exclusivamente com pessoas deficientes. As dificuldades para organizar essas excursões eram imensas, pois naquele tempo havia muito poucos lugares turísticos no mundo que eram acessíveis a usuários de cadeiras de rodas, sem contar a total inacessibilidade dos aviões, aeroportos, navios, portos etc.

O problema das viagens começou a ganhar espaço na década de 80, acompanhando o movimento pela integração social das pessoas deficientes.

No Brasil, um dos primeiros documentos que tratam da questão dos transportes viário, aéreo, ferroviário e de metrô, **Turismo para Portadores de Deficiência Física**, foi publicado pela Empresa Brasileira de Turismo (Brasil, [1986?]). Em 1987, o

DAC - Departamento de Aviação Civil baixou uma norma de serviço que apenas sugeria uma prioridade para o embarque de passageiros portadores de deficiência. Então, em 1993, o DAC iniciou novos estudos, desta feita com a presença de entidades da área de deficiências a pedido da CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que realizou a **Câmara Técnica sobre Regulamentação da Segurança de Vôo para o Transporte Aéreo de Pessoa Portadora de Deficiência Física em Aeronaves Civis Brasileiras**. A nova norma do DAC entrou em vigor em 1-7-96, dando o prazo de seis meses para que as empresas aéreas se adaptassem para cumpri-la. A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas "está elaborando normas de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência nos aeroportos e aeronaves do País, com peso e tamanho de cadeira" (DAC..., 1996/97). Com texto de José de Jesus e Silva Filho, a Airinform Editora publicou em 1996 o **Manual do Usuário do Transporte Aéreo**, que traz os capítulos "Transporte de passageiros que necessitam de atendimento especial" (Silva Filho, p. 17-21) e "O uso do aeroporto por passageiros que necessitam de atendimento especial" (Silva Filho, p. 39-40).

O governo americano lançou em 1991 o livreto **New Horizons for the Air Traveler with a Disability**, que traz minuciosas recomendações ao viajante portador de deficiência sobre viagens aéreas, aeroportos e aviões (Skinner, 1991). O jornal New York Times publicou e a Folha de S. Paulo reproduziu em português a matéria **Cadeira de rodas e avião não dão rima**, que discute o problema de que os "corredores estreitos, 'check-in' antecipado e burocracia das companhias são percalços para deficientes físicos" (Wade, 1993). O jornal O Estado de S. Paulo publicou em 1995 duas páginas sobre este assunto: **Deficientes poderão viajar com muito mais segurança** e **Associações pedem a regulamentação dos itens propostos** (Gouliao, 1995).

Mais ou menos entre as décadas de 50 e 60, alguns hospitais e centros de reabilitação física começaram a oferecer programas de lazer e recreação para os seus pacientes. Esses programas não chegavam a constituir setores ou departamentos específicos e geralmente eram coordenados por voluntários em conjunto com profissionais (enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros). Era uma coisa muito informal, intermitente, interna (dentro da instituição) e, principalmente, fechada — somente para os pacientes.

Quando os portadores de deficiência começaram a sair de casa ou da instituição para usufruir do seu direito ao lazer e recreação (Sassaki, 1980), descobriram que praticamente todos os lugares eram inacessíveis: cinemas, teatros, restaurantes, museus, hotéis e assim por diante.

Ademais, no passado, não se reconhecia que as atividades de lazer e recreação tivessem a mesma importância, por exemplo, da fisioterapia. Estudos realizados nos anos 80s, como o de Brown et al. (1989, *in* Robertson & Brown, 1992, p. 284-285), indicam que o lazer e a recreação são fatores importantes no processo de reabilitação e que pessoas bem sucedidas no trabalho tinham antes desenvolvido habilidades de lazer. Emes & Ferris (1986, *apud* Brown) têm concluído de seus estudos que a prática do lazer de variados tipos podem melhorar o desempenho numa ampla gama de áreas, tais como a saúde, a resistência física, a motivação e a auto-imagem (*in* Robertson & Brown, 1992, p. 285). Dark et al. (1993) advertem que:

> "É considerada, hoje em dia, responsabilidade da escola preparar o jovem para a vida na comunidade e no mundo e, para tal, **ajudá-lo a fazer planejamento também na área do lazer**. Esta afirmativa talvez surpreenda e até choque,

mas é algo novo que precisa ser pensado, repensado e discutido, principalmente em se tratando da pessoa portadora de deficiências." (p. 254).

A integração de forma segregativa

A partir da década de 80, sob a influência da mobilização mundial em torno do lema "Participação Plena e Igualdade", as atividades esportivas, turísticas, de lazer e recreativas começaram a ter um desenvolvimento maior para todos os tipos de deficiência. Não sem grandes sacrifícios devidos aos preconceitos e às barreiras ambientais, houve nos últimos 20 anos muitas conquistas individuais e coletivas importantes: medalhas, reconhecimento à coragem e tenacidade, maior espaço na mídia, maior contato social, adaptações arquitetônicas, melhoria na qualidade de vida etc.

Por outro lado, porém, todo esse desenvolvimento positivo acabou rumando para uma tendência hoje questionada — a institucionalização de soluções segregadas, apesar de terem estas sido inicialmente criadas para que pessoas com deficiência pudessem ser integradas à sociedade através de esportes, turismo, lazer e recreação:

- programas de lazer e recreação exclusivos para pessoas deficientes. Por exemplo, no campo do escotismo, era comum nos anos 60s e 70s a formação de grupos escoteiros só de pessoas com deficiência. A partir da década de 80, isto já não vem acontecendo, pois se adotou a prática da integração seguindo a filosofia do "Escotismo para Todos" (World Scout Bureau, 1987; Langsch, 1997, p. 373)

- programas de passeios e excursões educativas ou turísticas, organizados exclusivamente para grupos de pessoas deficientes e suas famílias. Esta prática existe desde a década de 70 até os dias de hoje, com o surgimento de empresas especializadas.

- práticas esportivas e campeonatos, exclusivamente com pessoas deficientes e até separadamente para diferentes tipos de deficiência. Um exemplo é o programa Olimpíadas Especiais que, apesar de ser uma prática segregada, tem o mérito de estar estruturado e ser conduzido de maneira que garante a participação de todas as pessoas com deficiência mental, pois "o programa busca o ALTO NÍVEL DE CADA ATLETA e não o ATLETA DE ALTO NÍVEL" (Senatore, 1997, p. 309). Um outro exemplo são as Paraolimpíadas.

Além dessas formas segregadas de participação da pessoa com deficiência, tem ocorrido ao longo das últimas décadas a prática da **integração social**, através da utilização de espaços para a prática de esportes, turismo, lazer e recreação, junto com pessoas não-portadoras de deficiência, desde que:

- o interessado tenha condições físicas e habilidades para se movimentar nesses ambientes geralmente repletos de barreiras arquitetônicas. Neste caso, trata-se de presença individual e não em um grupo composto só de pessoas deficientes.

- esses espaços ofereçam alguma acessibilidade arquitetônica e/ou programática que atenda às necessidades especiais da pessoa deficiente que deseja participar nessas atividades. Trabalhos recentes indicam esta prática visando a integração social (Blascovi-Assis, 1997, p. 303; Januzzi, 1997, p. 304; Souza, 1997, p. 310; Feldman, 1997, p. 311; Crespo, 1995, p. 7-8).

A partir de 1990 tem início uma nova etapa na história da prática dos esportes, turismo, lazer e recreação. A filosofia da inclusão vem exercendo forte influência sobre as abordagens tradicionais a ponto de levar praticantes, pesquisadores e demais interessados a buscarem respostas inclusivistas ao desafio da participação verdadeiramente plena das pessoas portadoras de deficiência nestas atividades (por ex., Sassaki, 1997, 1996).

Em 1992, quando da realização do congresso da Associação Mundial de Lazer e Recreação (WLRA), na Austrália, foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Assuntos de Deficiência da WLRA sob a presidência de Joan Westland, uma especialista em inclusão e vida independente, do Canadá.

Em 24-10-95, este Grupo de Trabalho, após realizar uma extensa compilação bibliográfica, informou que "ela aponta o fato de que existe uma quantidade considerável de pesquisa realizada na área da **recreação terapêutica** para pessoas portadoras de deficiência. Há também significativa atividade nos programas de **esporte** para pessoas deficientes. Em destaque, existem programas esportivos segregados que envolvem competições nas Paraolimpíadas e/ou nas Olimpíadas Especiais". (Westland, 1995)

Mais recentemente, em julho de 1996, as palestras de representantes dos EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e outros países e seus respectivos textos (p. ex.,. Robb, 1996; Borrett, 1996; Bartley, N., 1996; Bartley, J., 1996; Pedlar et al. 1996; Bedini et al., 1996; Matthews, 1996; Beech,1996; Messent et al., 1996) — que tive a oportunidade de receber na condição de palestrante e participante do congresso da WLRA, realizado no País de Gales — apontam a incrível variedade de experiências positivas de inclusão nos esportes, turismo, lazer, recreação comum e recreação terapêutica. Elas mostram também o entusiasmo com que as pessoas têm se empenhado para criar soluções compatíveis com o conceito de

inclusão. Por exemplo, no que se refere-se ao lazer praticado em parques nacionais e locais históricos, o Canadá possui uma das mais avançadas tecnologias para torná-los acessíveis para todas as pessoas (Canadá, 1994).

Mas, o movimento inclusivista está longe de atingir todos os programas de lazer, recreação, esportes e turismo em termos mundiais. É Westland quem, no relatório à WLRA, faz a seguinte denúncia em relação à situação atual do lazer para pessoas com deficiência no mundo todo:

> "Continuam a existir barreiras aos logradouros públicos e aos programas de lazer e recreação. Isto se deve, em grande extensão, às atitudes, aos mitos e aos equívocos a respeito dos interesses, capacidades e necessidades das pessoas que são deficientes. Planejadores não dão a devida consideração a este segmento da população quando do desenvolvimento de políticas e/ou programas. De fato, na maioria dos casos, a inclusão de pessoas com deficiência é considerada uma adaptação ou um ajustamento que poderia ser feito somente quando recursos orçamentários a mais puderem ser encontrados.
>
> A noção de acesso universal e projeto sem barreiras continua a ser vista como um luxo com que muitas vezes não se pode contar. Mas a experiência do programa de acessibilidade dos Parques Canadenses, por exemplo, confirma o fato de que os recintos acessíveis atraem um crescente número de visitantes. Está também evidenciado que os programas e políticas que incluem pessoas portadoras de deficiências beneficiam a comunidade inteira.
>
> Planejadores e promotores de programas não estão convencidos de que as pessoas portadoras de

deficiência desejam e estão aptas não só para participar mas também para contribuir aos programas e políticas. As pessoas deficientes continuam sendo consideradas meras espectadoras e não protagonistas.

A Associação Mundial de Lazer e Recreação tem o potencial para influir nas atitudes e para promover projetos sem barreiras, acesso universal e inclusão de pessoas com deficiência nas atividades de lazer e recreação". (Westland, 1995).

REFERÊNCIAS

BARTLEY, Jeff. *Cycling for the disabled*: a therapy in leisure initiative. Lancaster: Physiotherapy Department/Lancaster Moor Hospital, 1996. 13 p.

BARTLEY, Natalie. *Access to success*: team adventure experiences for youth and adults with disabilities. Boise: TASC, 1996. 13 p. apost.

BEDINI, Leandra A, FOX, Jennifer, SIETAS, Julie. *Researching community recreation pursuits of people with disabilities*: an analysis using a study on stigma and community recreation. Greensboro: Department of Leisure Studies/University of North Carolina at Greensboro, 1996. 10 p. apost.

BEECH, Stephen A. *The importance of fostering friendship in facilitating leisure opportunities for people with disabilities*. Perth: Department of Leisure Sciences/Edith Cowan University, 1996. 31 p. apost.

BLASCOVI-ASSIS, Silvana M. Lazer e trabalho das pessoas com síndrome de Down. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 302-303.

BORRETT, Norman, KEW, Frank, STOCKHAM, Karen. *Disability, young people, sport and leisure*: factors influencing the quality of life. West Yorkshire: Bradford and Ilkey Community College, 1996, 38 p. apost.

BRASIL. Empresa Brasileira de Turismo. *Turismo para portadores de deficiência física*: normas para a facilidade de acesso e locomoção. [Brasília: EMBRATUR, 1986?], 36 p.

CANADÁ. Architecture and Engineering for Parks, Public Works, Government Services. *Design guidelines for accessible outdoor recreation facilities*. [Ottawa]: Minister of Supply and Services Canada, mar. 1994. 74 p.

CRESPO, Ana Maria M. *Cultura, lazer e esporte*. In: Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. São Paulo: PRODEF, 1995.

DAC cria norma de tráfego para portadores de deficiência. *SuperAção*, Rio de Janeiro, dez. 1996/fev. 1997. P. 9

DARK, S. et al. A integração na casa, na escola e na comunidade de programas recreativos para estudantes com atraso do desenvolvimento. In: GAUDERER, E. Christian. (coord.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. p. 253-254.

FELDMAN, Claudia. Alternativa na integração social. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 310-312.

GÂNDARA, Mari. Esporte e integração social. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 307-308.

GOULIAS, Mitsi. Deficientes poderão viajar com muito mais segurança. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1995. Caderno G, p. 6.

—. Associações pedem a regulamentação dos itens propostos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1995. Caderno G, p. 7.

—. Canadá, o exemplo a ser seguido. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1995. Caderno G, p 7.

JANUZZI, Alcyone A. Lazer e integração social. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 303-304.

LANGSCH, Silvia M. G. Nós podemos: o escotismo como opção de desenvolvimento do portador da síndrome de Down. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 370-374.

MATTHEWS, Peter R. *Access to leisure for persons with disabilities*. Lock Haven: Department of Special Education and Early Childhood Education/Lock Haven University, jul. 1996. 10 p. apost.

MESSENT, Peter, LONG, Jonathan, COOKE, Carlton. *Care, choice and leisure opportunities in the community for people with learning disabilities*. Leeds: School of Leisure and Sports Studies/Leeds Metropolitan University, 1996. 18 p. apost.

PEDLAR, Alison, ARAI, Susan, HUTCHISON, Peggy. *Supporting adults with developmental disabilities*: implications for community life and recreation. Waterloo: Department of Recreation and Leisure Studies/University of Waterloo, 1996. 35 p. apost.

REZENDE, Alexandre Luiz G. Esporte e integração social. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 305-307.

ROBB, Gary M. *Opening doors to the great outdoors*: access to persons with disabilities. Martinsville: Department of Recreation and Park Administration/Indiana University, 1996. 19 p. apost.

ROBERTSON, Sharon, BROWN, Roy (eds.). *Rehabilitation counselling*: approaches in the field of disability. Londres: Chapman & Hall, 1992.

SASSAKI, Romeu K. *Jogos inclusivos:* Participantes portadores de deficiência com participantes sem deficiência. 2.ed. São Paulo: PRODEF, 1997. 37 p.

—. *Algumas considerações sobre a inclusão no lazer e recreação*. São Paulo: CVI-AN, 1996. 5 p. apost.

—. *O direito da pessoa deficiente ao lazer*. São Paulo: CEDRIS, 1980. 1 p. apost.

SENATORE, Vanilton. Desporto e integração social. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 308-309.

SKINNER, Samuel K. *New horizons for the traveler with a disability*. [Washington, D.C.: U.S. Department of Transportation, 1991. 33 p.

SILVA FILHO, José de Jesus e. *Manual do usuário do transporte aéreo*. Rio de Janeiro: Airinform, 1996. 52 p.

SOUZA, Suely Solferini. Moitará - espaço para cultura, arte e lazer. In: II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de

Down, 1997. Brasília: *Anais do Congresso*. Brasília: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, 1997. 385 p., p. 309-310.

UNITED Nations. *World Programme of Action concerning Disabled Persons*. Nova York: United Nations, 1983.

[Há uma tradução (Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência), feita do original em inglês por Arlinda de Araújo Pereira, do Rio de Janeiro, s/d. e existe a publicação, atualmente esgotada, intitulada «Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência», traduzida da versão castelhana por Thereza Christina F. Stummer e impressa pelo CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, em São Paulo, em 1992].

WADE, Betsy. Cadeira de rodas e avião não dão rima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1993. Caderno 5, p. 17.

WESTLAND, Joan. *Relatório final do Grupo de Trabalho sobre Assuntos de Deficiência* [apresentado à WLRA-Associação Mundial de Lazer e Recreação, em 1995]. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. Tradução de: Final report of the Task Force on Disability.

WORLD Scout Bureau. *Juntos*: estendendo o escotismo para pessoas dotadas de deficiências físicas. São Paulo: União dos Escoteiros do Brasil/Região de São Paulo, 1987.17 p. Tradução de: Together: extending scouting to disabled persons.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONFIM, R.V. Educação física "adaptada" — a educação física e a criança portadora de síndrome de Down: algumas considerações. *IntegrAção*, Brasília, v. 7, n. 16, 1996. p. 60-65.

GARVEY, R.S. Individuals with amputations find rehabilitation in competitive sports. *Journal of Rehabilitation*, Alexandria, v. 55, n. 1, jan./mar. 1989. p. 19-20.

ROLIM, Liz Cintra. Educação e lazer. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 13, p. 23-26, 1994.

4

A inclusão nas artes, cultura e religião

"Os Países-Membros devem garantir que as pessoas com deficiência sejam incluídas em atividades culturais e possam participar nelas numa base igualitária. (...) Os Países-Membros devem garantir às pessoas com deficiência a oportunidade de usar o seu potencial criativo, artístico e intelectual ao máximo, não só para seu benefício mas também para o enriquecimento de sua comunidade, situada em zonas urbanas e rurais. Exemplo de tais atividades são a dança, a música, a literatura, o teatro, as artes plásticas, a pintura e a escultura. Particularmente nos países em desenvolvimento, deve ser dada ênfase às formas de artes tradicionais e contemporâneas, tais como marionetes, recitação e narração de histórias." (Nações Unidas, 1996, p. 34)

Nas artes e na cultura

No passado, a pessoa com deficiência foi focalizada como um tema nas artes e na cultura. A partir da década de 70, ela passou a ser um protagonista nesses campos, inicialmente de uma forma muito tímida. Nos anos 80s, um verdadeiro movimento se alastrou pelo mundo inteiro mostrando a alta habilidade de

pessoas portadoras das mais variadas deficiências como artistas, dançarinos, músicos, atores, diretores, fotógrafos, escritores e outros (Creativity and disability, 1984). E a década de 90 vem presenciando trabalhos artísticos e literários de ótima qualidade, desempenhados por pessoas com deficiência, que impressionam e emocionam familiares e especialistas, bem como a população geral (Gilboa, 1994).

Hoje, não só organizações profissionais específicas de artistas deficientes se apresentam para platéias comuns (por ex., Faccio, 1996; Hirao, 1996a, 1996b; Sant'Anna, 1996), mas também grupos informais, geralmente de instituições especializadas, se empenham em desenvolver e estimular as habilidades artísticas e literárias de seus alunos ou aprendizes.

Num esforço de integração social, esses grupos formais e informais estão se aperfeiçoando para provar que têm capacidade e habilidade tanto quanto os artistas não-deficientes. Na verdade, essa capacidade já foi comprovada há quase 20 anos, mas a sociedade como um todo ainda não teve a oportunidade de conhecê-la por si mesma e, por isso, se maravilha e se encanta vendo o desempenho artístico, intelectual e cultural dos portadores de deficiência. Esse desconhecimento acontece também com novas famílias que passam a ter um membro com deficiência.

Agora, no movimento de inclusão social, espera-se e luta-se por uma sociedade que, tendo entendido o direito das pessoas diferentes e o valor da diversidade humana, se modifique para aceitá-las junto à população geral. Neste sentido, veremos, com freqüência cada vez maior, duas tendências mundiais:

- Pessoas deficientes possuidoras de grandes talentos artísticos e literários atuando juntamente com profissionais sem deficiência e não mais em grupos formados exclusivamente por pessoas deficientes, como ainda acontece hoje em dia.

- Portadores de deficiência se envolvendo com artes e cultura, não para se destacarem e receberem prêmios algum dia, mas simplesmente para se desenvolverem com maior plenitude enquanto pessoas ou então para o seu lazer.

Na religião

No campo da religião, foi enorme a mudança de mentalidade ocorrida em todo o mundo com relação aos portadores de deficiência. Pois ocorria, por séculos, a prática inadvertida da exclusão de pessoas com deficiência por meio de grandes escadarias na entrada das igrejas, além de outras barreiras físicas no interior de suas instalações, bem como de atitudes paternalistas e piedosas em relação à deficiência.

Mas na década de 80, iniciou-se uma verdadeira campanha para tornar acessíveis as atividades religiosas, inspirada em documentos como o dos bispos da Igreja Católica americana ou o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (United Nations, 1983, § 135). Mais recentemente, o documento "Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, da ONU" (1996), tem sido utilizado para implementar o acesso às atividades religiosas. De acordo com a Norma 12, os Países-Membros devem estimular:

> "Medidas para a igualdade de participação por pessoas com deficiência na vida religiosa de suas comunidades. (...) em consultoria com autoridades religiosas, medidas para eliminar a discriminação e tornar as atividades religiosas acessíveis a pessoas com deficiência. (...) a distribuição de informações sobre questões relativas à deficiência para instituições e

> organizações religiosas. (...) autoridades religiosas a incluírem informações sobre políticas de deficiência no treinamento para profissões religiosas, assim como em programas de educação religiosa. (...) a acessibilidade da literatura religiosa para pessoas com impedimentos sensoriais." (p. 36)

Além disso, a Norma 12 estabelece que "as organizações religiosas devem consultar organizações de pessoas com deficiência ao desenvolverem medidas para a igualdade de participação nas atividades religiosas" (p. 36). Com esse relacionamento de consultoria, foi acabando aos poucos a atitude paternalista e piedosa em relação às pessoas com deficiência, pois estas foram demonstrando sua autonomia e independência, sua perícia em assuntos de deficiência e seus conhecimentos acadêmicos dependendo da área de atuação de cada uma.

Hoje, é comum vermos igrejas e sinagogas dotadas de acessibilidade arquitetônica, o que permite aos seus fiéis portadores de deficiência freqüentarem-nas com autonomia e, mais do que isso, tomarem parte na administração dos ministérios. São conhecidas as atividades desempenhadas por pessoas com deficiência mental ou física auxiliando os celebrantes de missas e cultos. Intérpretes da língua de sinais fazem parte do pessoal que acompanha os eclesianos portadores de deficiência auditiva. Os próprios sacerdotes acabam aprendendo a usar os sinais durante a celebração de missas. Tudo isso, além de ser um direito das pessoas portadoras de deficiência, acaba funcionando como recurso de conscientização dos freqüentadores não-deficientes, o que é muito educativo para toda a comunidade que se reúne em torno da religião.

O padre Dutra, já referido no Capítulo 1, a exemplo de dezenas de milhares de outros capelães nos EUA, implementou medidas de inclusão nas suas atividades profissionais:

/1/ incentivando pessoas com deficiência (mental, auditiva, visual, física ou múltipla) para uma participação ativa em todos os ministérios da Igreja na medida dos talentos de cada uma;

/2/ oferecendo-lhes treinamento em quatro áreas (conscientização, acessibilidade, religião e apoio) para a vida na comunidade;

/3/ tornando acessíveis os ambientes físicos e os procedimentos a fim de que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam conviver juntos em ambientes comuns.

Além de tudo isso, ele satisfaz plenamente um outro pré-requisito da inclusão — continua exercitando a atitude de aceitação das diferenças humanas, atitude essa que ele adotou há mais de 40 anos quando iniciou seu trabalho no campo da reabilitação profissional.

REFERÊNCIAS

CREATIVITY and disability. *International Rehabilitation Review*, Nova York, p. 4-5, 3° e 4° trim. 1984.

FACCIO, Liane. Paralíticos dançam: brasileiros seguem o exemplo. *Diário Popular*, São Paulo, 5 dez. 1996.

GILBOA, Yair. Las artes y los discapacitados mentales. *Noticias ILSMH*, Bruxelas, n. 16, p. 21, 1994.

HIRAO, Roberto. Deficientes físicos de Natal caem na dança e dão lições de vida. *Folha da Tarde*, São Paulo, 23 dez. 1996, p. A-12.

—. Balé de deficientes físicos emociona público paulista. *Folha da Tarde*, São Paulo, 20 dez. 1996, p. 8.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência*. Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI-AN/APADE, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

SANT'ANNA, Lourival. Grupo inglês coreografa os limites físicos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1996.

UNITED Nations. *World Programme of Action concerning Disabled Persons.* Nova York: United Nations, 1983.
[Há uma tradução (Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência), feita do original em inglês por Arlinda de Araujo Pereira, do Rio de Janeiro, s/d. e existe a publicação, atualmente esgotada, intitulada «Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência», traduzida da versão castelhana por Thereza Christina F. Stummer e impressa pelo CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, em São Paulo, em 1992].

5

Os desafios da inclusão à educação

"As instituições sem fins lucrativos existem por causa da sua missão. Elas existem para fazer uma diferença na sociedade e na vida dos indivíduos. Elas existem por causa da sua missão e isto nunca deve ser esquecido. [...] Teremos de examinar a missão muitas vezes, para determinar se ela precisa ser refocalizada devido a mudanças demográficas, porque devemos abandonar algo que não produz resultados e consome recursos, porque atingimos um objetivo." (DRUCKER, 1995, p. 33)

O processo de inclusão, exatamente por ser diferente da já tradicional prática da integração, desafia mais quatro importantes sistemas sociais comuns a efetuarem mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas. Neste capítulo, será analisado o impacto da inclusão no campo da educação e, nos capítulos 6, 7 e 8, será abordado o seu impacto nos ambientes físicos, nas leis e políticas na mídia.

Fases de desenvolvimento da educação

A história da atenção educacional para pessoas com deficiência tem também as fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Fase de exclusão

Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas "possuídas por maus espíritos ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria." (Jönsson, 1994, p. 61)

Fase de segregação institucional

Excluídas da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. Segundo Jönsson (1994, p. 61), foi neste contexto que emergiu, em muitos países em desenvolvimento, a 'educação especial' para crianças deficientes, administrada por instituições voluntárias, em sua maioria religiosas, com consentimento governamental mas sem nenhum outro tipo de envolvimento por parte do governo. Algumas dessas crianças passaram a vida inteira dentro das instituições.

Surgiram também escolas especiais, assim como centros de reabilitação e oficinas protegidas de trabalho, pois a sociedade começou a admitir que pessoas deficientes poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento profissional.

Fase de integração

Esta fase viu surgirem as classes especiais dentro de escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não "interferissem no ensino" ou não "absorvessem as energias do professor" a tal ponto que o impedissem de "instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe" (Chambers e Hartman, *in* Jönsson, 1994, p. 62).

Nesta fase, os testes de inteligência desempenharam um papel relevante, no sentido de identificar e selecionar apenas as crianças com potencial acadêmico. "Este elitismo, que ainda é defendido com freqüência, serve para justificar a instituição educacional na rejeição de mais de um terço ou até a metade do número de crianças a ela encaminhadas. Tal desperdício não seria tolerado em nenhum outro campo de atividade." (UNESCO, *in* Jönsson, 1994, p. 62)

Inspirada no lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes ("Participação Plena e Igualdade"), tão disseminado em 1981, uma pequena parte da sociedade em muitos países começou a tomar algum conhecimento da necessidade de mudar o enfoque de seus esforços. Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim em adaptar a sociedade às pessoas (Jönsson, 1994, p. 63). Isto deu início ao surgimento do conceito de inclusão já no final da década de 80.

Fase de inclusão

Países desenvolvidos, como os EUA, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália, foram os pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Com algumas exceções (por ex., Creche, 1989; UNESCO, 1988; Vitello, 1989), boa parte da literatura pertinente às práticas inclusivistas na educação começa a surgir na década de 90, basicamente relatando experiências que vêm ocorrendo a partir do final nos anos 80s aos dias de hoje (por ex., Andrews, Brand, Norris et al., 1995; Aucoin, Coleman & Caballero, 1996; Berrigan, 1995; Beaupré, *in* Mantoan, 1997, p. 162-166; Blanco & Duk, *in* Mantoan, 1997, p. 184-195; Cavalcanti Jr., Clark & Kerns, 1994; CBR, 1995; CEEIGB, 1995; Clemente F°, 1996; Coady & Denny, 1996; Coelho, 1996a; CSEF, 1994; Departamento, 1996; Dicas, 1996; Doors, 1993; Doré, Wagner & Brunet, *in* Mantoan, 1997, p. 174-183; Eigner, 1995a, 1995b; Ferguson, 1995; Ferguson & Rivers, 1992; Ferguson, Meyers, Jeanchild et al., [1992]; Forest & Pearpoint, *in* Mantoan, 1997, p. 137-141; Harrington, 1996; Ide, *in* Mantoan,

1997, p. 211-214; Inclusion International, 1995; Inclusion, 1993; Jönsson, 1996, 1994; Louisiana, 1996; Mantoan et al., 1997; MacCarthy, 1994; Mader, *in* Mantoan, 1997, p. 44-50; McWhir, 1996; Rafalowski-Welch, Luksa & Mohesky-Darby, 1994; Rioux, Crawford & Porter, 1992; Robertson, Barousse & Squires, [1995]; Rogers, 1995; Saint-Laurent, *in* Mantoan, 1997, p. 67-76; Santos, 1997a, 1997b; Sassaki, 1996, 1995b, 1995a; Smith, 1996; Solucionando, 1996; Staub & Peck, 1995; Steenlandt, 1995b, 1995a; UNESCO, 1996, 1994b, 1994a, 1993b, 1993a; Werneck, 1997; Willis, 1994).

Segundo Mantoan (1997), a inclusão:

> "questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de *mainstreaming*. A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral." (p. 145)

A educação inclusiva é hoje uma realidade em muitos países e a cada dia ganha novos adeptos, conforme pude constatar não somente através da literatura disponível como também assistindo a palestras em congressos (nos EUA, País de Gales e

Brasil) e conversando pessoalmente com especialistas dos EUA (Texas, Louisiana, Oregon, Illinois, Washington, D.C.), do Canadá (Québec), do Brasil (São Paulo, Belo Horizonte etc.) e representantes da UNESCO.

Transição da escola para o trabalho

Assevera a Declaração de Salamanca que:

> "os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Isto requer tecnologias apropriadas de treinamento, incluindo experiência direta em situações de vida real fora da escola. Os currículos para os alunos com necessidades educacionais especiais em classes mais adiantadas devem incluir programas transicionais específicos, apoio para ingressarem no ensino superior sempre que possível e subseqüente treinamento profissional que os prepare para atuarem como membros contribuintes independentes em suas comunidades após terminarem estudos. Estas atividades devem ser executadas com a participação ativa de conselheiros profissionais, agências de colocação, sindicatos, autoridades

locais e diferentes serviços e entidades interessados." (1994a, § 56).

Neste sentido, caberá a cada escola:

1. Preparar o aluno para o sucesso profissional e vida independente:

- Provendo profissionalização (trabalhador capacitado, produtivo etc.)

- Provendo programa de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos da vida profissional e vida independente (trabalhador responsável, pessoa com habilidades sociais e cidadão independente). Adaptação e uso de técnicas de supervisão empresarial:

  a) Dar *feedback* imediato pelo bom desempenho do aluno.
  b) Modificar tarefas designadas, dependendo da facilidade/dificuldade do aluno.
  c) Modelar comportamento, mostrando comportamento específico a ser aprendido(ex: pontualidade, quando se ausentar da escola etc.).
  d) Fazer o aluno "espelhar" um funcionário da escola (quanto aos hábitos de trabalho).
  e) Descrever expressamente as responsabilidades da tarefa (objetivo, prazo, apresentação de relatório etc.).
  f) Usar uma lista de verificação de todo o processo de execução da tarefa (tipo SIM, NÃO)
  g) Elaborar instruções detalhadas (ex: para levantar ofertas de emprego na comunidade, anotar nome e endereço da empresa, nome dos empregos, data da pesquisa etc.).
  h) Apontar um comportamento social inadequado e oferecer sugestões para melhorá-lo (ex: não cumprimentar, não pedir desculpas, não agradecer).

i) Pedir ao aluno que aponte as instruções que não entendeu.

2. Preparar a própria escola para incluir nela o aluno portador de deficiência:

- Sensibilização e treinamento dos recursos humanos da escola (todos os funcionários de todos os níveis).
- Reorganização dos recursos materiais e físicos da escola.
- Preparar a comunidade para incluir nela o futuro trabalhador.
- Sensibilização das empresas, entidades e órgãos da comunidade, através de palestras, exposições, visitas e outros eventos.
- Sensibilização de pais de alunos (deficientes e não-deficientes) para um papel mais ativo em prol de uma escola inclusiva e de uma sociedade inclusiva.

3. Onde e como?

Essa preparação deverá ocorrer em sala de aula, em setores operacionais da escola e na comunidade. Deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos profissionais de educação especial e/ou de reabilitação, dos líderes do movimento dos portadores de deficiência e representantes da comunidade.

As sementes do conceito de educação inclusiva

O ideal da igualdade de oportunidades em todos os setores, incluindo a educação, oficialmente documentado pela ONU em 1981, foi novamente consagrado em 1983 no **Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência.**

Este documento preceitua o seguinte:

> «... a educação [das pessoas com deficiência] deve ocorrer no sistema escolar comum (...). As medidas para tal efeito devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de qualquer sociedade (§ 22).

O direito da pessoa deficiente à educação comum está implícito na **Declaração Mundial de Educação para Todos,** aprovada pela ONU em 1990 e que por sua vez inspirou o nosso **Plano Decenal de Educação para Todos** (Brasil, Ministério da Educação e do Desporto, 1993).

Em seguida, a UNESCO registrou, na **Declaração de Salamanca** (1994a), o conceito de «inclusão» no campo da educação comum. Esse mesmo documento menciona os conceitos de «inclusão», «educação inclusiva», «abordagem de educação inclusiva», «classes inclusivas», «escolas inclusivas», «princípios de inclusão», «escolaridade inclusiva», «políticas educacionais inclusivas», «provisão inclusiva às necessidades educacionais especiais», «inclusão na educação e no emprego» e também «sociedade inclusiva». (p. iii, ix, 6, 11-13, 17-19, 21, 22, 27, 31, 33, 41, 45, 46)

Na seqüência, a Assembléia Geral da ONU aprovou o documento **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência** (1996), que diz:

"1. As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar.

"2. A educação em escolas comuns pressupõe a provisão de intérprete e outros serviços de apoio adequados. Serviços adequados de acessibilidade e de apoio, projetados para atender às necessidades de pessoas com diferentes deficiências, devem ser prestados." (p. 28)

Anexos

Considerações interessantes sob o ponto de vista prático constam de inúmeros textos sobre educação inclusiva, levando-me a transcrever parte dos mesmos até o final deste Capítulo.

I - Trechos da Declaração de Salamanca

Para proceder às mudanças fundamentais na política exigidas pela abordagem de educação inclusiva, é necessário "capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais." (p. iii)

O princípio da inclusão consiste no "reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à 'escola para todos' — um lugar que inclua todos os alunos,

celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais." (p. iii)

"Cremos e proclamamos que (...) as escolas comuns com esta orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e conseguindo educação para todos; além do mais, elas oferecem uma educação eficaz para a maioria das crianças e melhora a eficiência e em última análise o custo-benefício de todo o sistema educacional" (p. ix)

Todos os governos devem "adotar em suas leis e políticas o princípio da educação inclusiva, matriculando todas as crianças nas escolas comuns, a menos que haja razões de força maior para não fazê-lo, (...) desenvolver projetos de demonstração e estimular intercâmbios com países que tenham experiência com escolas inclusivas, (...) investir maior esforço em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como em aspectos profissionais da educação inclusiva" (p. ix)

"Há um emergente consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e desvantagens severas." (p. 6)

"A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é melhor atingida dentro de escolas inclusivas que atendem todas as crianças na comunidade. (...) Enquanto as escolas inclusivas oferecem ambientes favoráveis para se conseguir oportunidades iguais e participação plena, seu sucesso exige um esforço conjunto, não somente de professores e funcionários da escola, como também de alunos, pais, famílias e voluntários." (p. 11)

"O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando

educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades." (p. 11-12)

"Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra que elas possam requerer para garantir sua educação eficaz. A escolarização inclusiva é o meio mais eficaz para se formar solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seu colegas." (...) As escolas especiais podem também servir como centros de treinamento e de recursos para o pessoal de escolas comuns. Finalmente, as escolas ou unidades especiais dentro de escolas inclusivas podem continuar a prover educação mais apropriada para um número relativamente pequeno de crianças com deficiências que não podem freqüentar adequadamente classes ou escolas regulares." (p. 12)

"A experiência, além do mais, sugere que as escolas inclusivas, servindo todas as crianças em uma comunidade, têm mais sucesso na obtenção de apoio da comunidade e em encontrar meios criativos e inovadores para usar os limitados recursos que estiverem disponíveis." (p. 13)

"A preparação adequada de todo o pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas." (p. 27)

"A provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas." (p. 31)

"O sucesso da escola inclusiva depende, consideravelmente, de identificação, avaliação e estimulação precoces das crianças bem pequenas, portadoras de necessidades educacionais especiais." (p. 33)

"O desenvolvimento de escolas inclusivas como o meio mais eficaz de se conseguir educação para todos precisa ser reconhecido como uma política-chave do governo e ter um lugar de destaque no plano de desenvolvimento de uma nação. (...) Conquanto as comunidades devam desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de escolas inclusivas, o apoio e estímulo do governo são também primordiais na busca de soluções eficazes e viáveis. (...) "Pode ser realístico começar apoiando aquelas escolas que desejem promover educação inclusiva e deslanchar projetos-piloto em algumas regiões a fim de se adquirir a necessária perícia para a expansão e a generalização progressiva. Na

generalização da educação inclusiva, o nível de apoio e a perícia terão que ser compatíveis com a natureza da demanda." (p. 41)

II - Idéias sobre educação inclusiva,

traduzidas por Romeu Kazumi Sassaki, de material compilado pelo Projeto Estadual de Mudança de Sistemas para a Educação Inclusiva da Louisiana

O Projeto Estadual de Mudança de Sistemas para a Educação Inclusiva, da Louisiana, EUA, realizou em fevereiro de 1995 uma série de consultas a fontes primárias e compilou algumas idéias sobre o processo da inclusão no sistema educacional geral naquele país.

DEFINIÇÕES BÁSICAS

"Educação inclusiva significa provisão de oportunidades eqüitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade." (Centro Nacional de Restruturação e Inclusão Educacional, 1994).

"Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula." (Leituras sobre Inclusão, 1994)

FAZER INCLUSÃO NÃO É:

(Fonte: Project Prompt, 1994)

1. "Descarregar" — sem preparação ou suportes — estudantes portadores de deficiência em salas de aula comuns e ambientes comunitários.
2. Ignorar as necessidades individuais do estudante mediante decisões (sobre designação de sala ou instrução) baseadas em seus tipos de deficiência.
3. Expor estudantes a perigos ou riscos desnecessários.

4. Colocar demandas desmedidas sobre professores e diretores violando a idéia da proporção natural (10% do corpo discente têm Planos Individualizados de Educação dos quais 1% possui deficiência severa) e sobrecarregando escolas com mais estudantes do que elas podem normalmente suportar.
5. Ignorar as preocupações dos pais mediante designação de sala e decisões instrucionais sem a participação deles.
6. Limitar oportunidades integradas para estudantes deficientes às atividades "especiais" (em arte, música, reuniões), quaisquer que sejam suas necessidades individuais.

POR QUE PRECISAMOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

1. **As Pesquisas Indicam.** "Pouca coisa existe no atual projeto da educação especial que faça alguma diferença para estudantes considerados portadores de deficiência. Isto se mostra verdadeiro tanto para o presente — enquanto eles estão na escola — como para o futuro —— após o término de seus estudos." (Lipsky & Gartner, 1989)

2. **Separado Não é Igual.** "John W. Davis, o principal defensor na decisão do caso Brown vs. Conselho de Educação, em 1954, argumentou que, se a segregação para crianças negras era inconstitucional, certamente se concluirá que a segregação de crianças definidas como portadoras de deficiência é inaceitável também." (Gilhool, 1976)

3. **Princípio da "Valorização da Diversidade".** "O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana." (Villa & Thousand, 1992)

4. **A Educação Inclusiva é Boa Para Todos.** "A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o 'pertencer' é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado." (N. Kunc, 1992)

INDICADORES GERAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

(Fonte: Buswell, B., Schaffner, B., Summerfield, A. et al. Discover the possibilities: a curriculum for teaching parents about integration. Peak Parent Center, Inc. Co., s.d.)

1. Aceitação de todas as crianças e de todos os adultos jovens como pessoas em primeiro lugar.
2. Compromisso de oferecer o máximo de apoio que um estudante necessita para ter êxito em tantos ambientes educacionais comuns e ambientes comunitários quanto possíveis.
3. Professores, terapeutas, paraprofissionais e diretores vendo a si próprios em uma nova perspectiva, como uma equipe que inclui os pais como membros iguais e que enfatiza a criatividade e uma atitude de solução-de-problema.
4. Enfoque nos sonhos e metas dos pais para o futuro dos seus filhos.
5. Uma compreensão do fato de que não é necessário que todos os estudantes tenham as mesmas metas educacionais para aprenderem juntos em classes comuns.
6. Uso de "um bom ensino" para todos os estudantes.

BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA TODOS OS ESTUDANTES

(Fonte: Programa da ONU em Deficiências Severas, 1994).

1. Os estudantes com deficiência:

- desenvolvem a apreciação pela diversidade individual;
- adquirem experiência direta com a variação natural das capacidades humanas;
- demonstram crescente responsabilidade e melhorada aprendizagem através do ensino entre os alunos;
- estão melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada através da educação em salas de aula diversificadas;
- freqüentemente experienciam apoio acadêmico adicional da parte do pessoal de educação especial;
- podem participar como aprendizes sob condições instrucionais diversificadas (aprendizado cooperativo, uso de tecnologia baseada em centros de aprendizagem etc.)

2. Os estudantes sem deficiência:

- têm acesso a uma gama mais ampla de modelos de papel social, atividades de aprendizagem e redes sociais;

- desenvolvem, em escala crescente, o conforto, a confiança e a compreensão da diversidade individual deles e de outras pessoas;
- demonstram crescente responsabilidade e crescente aprendizagem através do ensino entre os alunos;
- estão melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada através da educação em salas de aula diversificadas;
- recebem apoio instrucional adicional da parte do pessoal da educação comum;
- beneficiam-se da aprendizagem sob condições instrucionais diversificadas.

AS "MELHORES PRÁTICAS" EMERGENTES EM EDUCAÇÃO

- Aprendizado cooperativo.
- Instrução baseada em projeto/atividade.
- Ensino entre alunos de todas as idades.
- Educação que seja multicultural.
- Educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizagem.
- "Construção do senso de comunidade" nas salas de aula e escolas.

ADAPTAÇÕES DE SALAS COMUNS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

(Fonte: Centro para o Ministério com Pessoas Deficientes, da Universidade de Dayton, EUA)

Todos os estudantes, quaisquer que sejam suas capacidades, irão beneficiar-se das aulas de educação que sejam menos dependentes de livros e mais experienciais, mais cooperativas, mais holísticas e mais multi-sensoriais!!!

Todas as adaptações de sala de aula devem ser feitas com o menor "estardalhaço" possível e com o máximo de boa vontade e hospitalidade. Em nenhuma hipótese, deverá a deficiência ser apontada de uma forma constrangedora ou enfatizada, nem tampouco ser ignorada. Algumas das possíveis adaptações de salas comuns são as seguintes:

Para com estudantes com impedimentos auditivos, o professor deverá:

- Sentar-se na frente da sala.
- Usar recursos visuais.
- Falar claramente.
- Se o estudante usa a língua de sinais, aprender os sinais e estimular outros estudantes a aprendê-los também.

Para com estudantes com distúrbios de comportamento, o professor deverá:

- Aplicar técnicas de modificação de comportamento.
- Designar responsabilidades especiais.
- Identificar os pontos fortes deles.
- Ignorar comportamentos inadequados, quando possível.
- Focalizar os pontos bons e elogiá-los.
- Formar grupos de aprendizado cooperativo com instruções e metas bem claras.

Para com estudantes com dificuldades de aprendizagem, o professor deverá:

- Permitir o uso de máquina de escrever ou um colega para tomar notas.
- Usar gravador de áudio.
- Dar exames orais.
- Oferecer adaptações que o estudante usa na escola: caneta lumicolor para acompanhar leitura em livro, tarefas simplificadas, recursos visuais etc.

Para com estudantes com impedimentos visuais, o professor deverá:

- Sentar-se na frente da sala.
- Repetir conceitos para o estudante gravar e ouvir em casa.
- Usar a dramatização.
- Escrever na lousa em letras grandes.
- Se o estudante lê braile, usar livros em braile e estimular os outros a aprender o braile.

Para com estudantes com limitações motoras, o professor deverá:

- Fazer os colegas se revezarem para ajudar.
- Usar materiais pré-cortados.
- Usar materiais que sejam fáceis de manusear.
- Fazer esses estudantes sentarem-se próximo a saídas de emergência sem ficarem isolados dos colegas.
- Oferecer papéis adaptados nas dramatizações.
- Providenciar salas e outros espaços que sejam acessíveis.

Para com estudantes com deficiência mental, o professor deverá:

- Usar o sistema de companheiro.
- Formar grupos de aprendizado cooperativo.
- Contar histórias para ensinar conceitos abstratos.
- Preparar versões simplificadas do material.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

(Fonte: Projeto de Educação Inclusiva, da Syracuse University)

- Meta de participação plena para todos os estudantes.
- Um forte "senso de comunidade" na sala de aula, por toda a escola e envolvendo pais e atendentes pessoais.
- O estudo e a celebração da diversidade.
- Currículos e métodos que estão adaptados para as necessidades individuais.
- Parceria ativa com os pais.
- Suportes suficientes para estudantes e equipe da escola.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Julie, BRAUD, Debbie, NORRIS, Kathy et al. Superintendent's information packet on school reform and inclusive education. [Baton Rouge]: Louisiana Coalition for Inclusive Education, ago. 1995. [85 p.]

AUCOIN, N., COLEMAN, J., CABALLERO, A. *Inclusion: Making it work — Park Forest Middle School Reach-In Program.* Baton Rouge, 1996. 24 p. apost.

BEAUPRÉ, Pauline. O desafio da integração escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas*

com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 162-166.

BERRIGAN, C. Americans study how Italy supports inclusion in schools. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, p. 28-29, jan./jun. 1995.

BLANCO, Rosa, DUK, Cynthia. A integração de alunos com necessidades especiais na América Latina e no Caribe: situação atual e perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 184-195.

CAVALCANTI JR., F.S., CLARK, M.J., KERNS, G. INDEPED — um instituto brasileiro sobre deficiência: um ano de atividades internacionais. In: Tendências e Desafios da Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994. p. 218-223.

CBR program in Ghana supports integrated education. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, jan./jun.1995. p. 23.

CEEIGB - Centro de Estudios sobre la Educación Inclusiva de Gran Bretaña. Diez razones para la inclusión. *En Marcha*, Bruxelas, n. 2, p. 7, nov. 1995.

CLEMENTE FILHO, Antônio S. Da integração à inclusão. *Jornal da APAE*, São Paulo, n. 124, mar./abr. 1996.

COADY, Margaret, DENNY, Margaret. *Managing and implementing inclusive education*. [New Orleans]: Louisiana Systems Change Project for Inclusive Education, 1996. 50 p. mimeo

COELHO, M. Educação inclusiva é tendência mundial. *Desafio de Hoje*, Rio de Janeiro, v. XV, n. 171, p. 3, nov. 1996.

CSEF - Center for Special Education Finance. Finance in an inclusive system: report from the National Association of State Boards of Education. *CSEF Brief*, Palo Alto, n. 4, outono 1994.

DEPARTAMENTO de Educación, Provincia de Nueva Brunswick, Canadá. O ambiente de aprendizado de uma escola inclusiva, as melhores práticas para a inclusão / crenças e princípios. Tradução por: Maria Amélia Vampré Xavier. *En Marcha*, Bruxelas, n. 4, p. 7, out. 1996.

DICAS para professores... instrução e inclusão. Tradução por: Maria Amélia Vampré Xavier. *Getting There*, Bruxelas, n. 4, p. 4-5, out. 1996. Tradução de: Tips for teachers... instruction and inclusion.

DOORS to inclusion conference: another landmark. *Forum*, Baton Rouge, v. X, n. 4, p. 1, 5-9, set. 1993.

DORÉ, Robert, WAGNER, Serge, BRUNET, Jean-Pierre. A integração escolar: os principais conceitos, os desafios e os fatores de sucesso no secundário. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 174-183.

DRUCKER, Peter F. *Administração de organizações sem fins lucrativos*: princípios e práticas. 3.ed. Tradução por: Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1995. 166 p. Tradução de: Managing the nonprofit organization.

EIGNER, W. (1995a). La educación inclusiva es una cuestión de buen sentido. *En Marcha*, Bruxelas, n. 2, p. 6, nov. 1995a.

—. Educación inclusiva: la via más efectiva para combatir actitudes discriminatorias. *En Marcha*, Bruxelas, n. 1, p. 2-3, maio 1995b.

FERGUSON, Dianne L. The real challenge of inclusion: confessions of a 'rabid inclusionist'. *Phi Delta Kappan*, Eugene, p. 281-287, dez. 1995.

FERGUSON, Dianne L., RIVERS, E. *Five steps for doing school inclusion*. [Manual de treinamento realizado em 15-17 de junho de 1992]. New Orleans: Louisiana State Department of Education, 1992. 252 p.

FERGUSON, Dianne L., MEYER, G., JEANCHILD, L. et al. *Figuring out what to do with grownups: how teachers make inclusion "work" for students with disabilities*. [Eugene]: Specialized Training Program of the University of Oregon, [1992]. 31 p.

FOREST, Marsha, PEARPOINT, Jack. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 137-141.

HARRINGTON, P. Inclusive education is target in Iberia. *The Advertiser*, Lafayette, 11 out. 1996.

IDE, Sahda Marta. Integração do deficiente mental: algumas reflexões. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. P. 211-214.

INCLUSION International. Carta de inclusión. *En Marcha*, Bruxelas, n. 2, p. 1, nov. 1995.

INCLUSION is for everyone: student poster contest winners *Forum*, Baton Rouge, v. X, n. 4, set., p. 11, 1993.

JÖNSSON, Ture. De la educación tradicional a la inclusiva: un cambio de prácticas. *En Marcha*, Bruxelas, n. 3, p. 6, maio 1996.

—. *Inclusive education*. Hyderabad (Índia): THPI, 1994. 158 p.

LOUISIANA Inclusive Education. *Special report*. [Série de sete livretos sobre educação inclusiva praticada em três escolas de primeiro e segundo graus]. New Orleans: University of New Orleans, 1996.

MACCARTHY, Martha M. Inclusion and the law: recent judicial developments. *Research Bulletin*, Bloomington, n. 13, nov. 1994.

MADER, Gabriele. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 44-50.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Ser ou estar, eis a questão*: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 137-154.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. 235 p.

MCWHIR, Anne. Un mensaje a los maestros en escuelas inclusivas: de una madre de Alberta, Canada. *En Marcha*, Bruxelas, n. 4, out. 96, p.3.

RAFALOWSKI-WELCH, Terry, LUKSA, Michele, MOHESKY-DARBY, Julie. *The Kansas checklist for identifying characteristics of effective inclusive programs*. [Topeka?]: Statewide Systems Change Project of the Kansas State Board of Education, 1994. 16 p.

RIOUX, Marcia H., CRAWFORD, Cameron, PORTER, Gordon L. *How it happens*: a look at inclusive educational practice in Canada for children and youth with disabilities. Toronto: The Roeher Institute, 1992, 144 p.

ROBERTSON, Nancy, BAROUSSE, Melody, SQUIRES, Stephanie. *Answering your questions about inclusive education*. New Orleans: Louisiana Clearinghouse for Inclusive Education, [1995], 14 p.

ROGERS, Joy. *An inclusion checklist for your school*. Bloomington: Center for Evaluation, Development, and Research, maio 1993. In: BART, Joseph F. Placement of special education students — inclusion policy. *Basic Education Circulars*, Department of Education of the Commonwealth of Pennsylvania, jan. 1995.

SAINT-LAURENT, Lise. A educação de alunos com necessidades especiais. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 67-76.

SANTOS, Marilene R. O desafio da educação para todos passa pela integração do aluno com deficiência na rede de ensino. *Toque a Toque*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 20, p. 24-26, mar. 1997a.

—. A escola inclusiva: uma estratégia de educação para todos. *Toque a Toque*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 19, p. 22-23, fev. 1997b.

SASSAKI, Romeu K. *Educação inclusiva e emprego apoiado*. São Paulo, 1996. 12 p. apost.

—. *Inclusão social da pessoa portadora da síndrome de Tourette*: aspectos educacionais e profissionais. São Paulo: PRODEF/CVI-AN/GEA, nov. 1995b. 11 p. apost.

SMITH, Anne. *Systemic education reform and school inclusion: A view from a Washington office window*. Washington, D.C.: Office of Special Education Programs, 1996, 17 p. apost.

SOLUCIONANDO problemas: duas cabeças são melhores do que... Tradução por: Maria Amélia Vampré Xavier. *Getting There*, Bruxelas, out. 1996. Tradução de: Solving problems: two heads are better than...

STAUB, Debie, PECK, Charles A. *What are the outcomes for nondisabled students?* Educational Leadership, dez. 1994/jan. 1995. p. 36-40.

STEENLANDT, Danielle van. La conferencia de Salamanca como guia para la acción (UNESCO). *En Marcha*, Bruxelas, n. 2, nov. 1995, p. 2-4.

UNESCO. La educación mediante los pares: el enfoque de niño a niño. *En Marcha*, Bruxelas, n. 3, maio 1996, p. 7-8.

—. *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994]. Genebra: UNESCO, 1994a. 47 p.

—. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Tradução por: Edilson Alkmim Cunha. Brasília: CORDE, 1994b. 54 p.

[Lamentavelmente, esta edição brasileira traz as palavras **integração** e **integradora** (e suas flexões) em vez de **inclusão** e **inclusiva** (e suas flexões), distorcendo por completo a principal mensagem deste documento sobre inclusão. Para benefício de milhares de leitores brasileiros, principalmente do campo educacional, é de extrema urgência que a CORDE reedite este livro corrigindo o grave equívoco].

—. Special needs in the classroom: an international UNESCO teacher education project. *Special Needs Outreach*, Paris, n. 2, jan. 1993a, p. 1.

—. Upstream work with downstream effect. *Special Needs Outreach*, Paris, n. 2, jan. 1993b, p.2.

VITELLO, Stanley J. Integration of handicapped students in the United States and Italy: a comparison. In: A portfolio - Highlighting activities 1988-89. IDEAS - International Disability Exchange and Studies Project, Nova York, 1989. p. 10-12.

WERNECK, Claudia. "Incluindo a educação" (p.47-50), "Inclusão não é integração" (p.51-53), "Benefícios para todos" (p.55-56), "A inclusão é incondicional" (p.57-60), "Escola só é escola se for transformadora" (p.61-64), "Deficiência mental: nó cego da inclusão?" (p.65-66), "Enquanto isso, no Brasil..." (p.67-77), "Aulas para entender o mundo" (p.79-80), "A hora da lei. Será a vez?" (p.81-84), "Isso eu já vivi. Quem sabe posso ajudar?" (p.85-119). In: WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WILLIS, Scott. Making schools more inclusive: teaching children with disabilities in regular classrooms. *Curriculum Update*, Alexandria, out. 1994. 8 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, C. O ensino especial no Estado do Rio. *Desafio de Hoje*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 147, nov. 1994. p. 6-7.

ARNOLDSEN, Larry M. Challenging the unchallenged: gifted or not. In: TAYLOR, Calvin (coord.). *Expanding awareness of creative potentials worldwide*. Salt Lake City: Brain Talent-Powers, 1990. p. 430-433.

ASSOCIAÇÃO Terapêutica Educacional para Crianças Autistas. Projeto de atendimento global à criança autista e psicótica no Distrito Federal. In: GAUDERER, E.Christian. (coord.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. p. 53-54.

BATTRO, Antonio M. Using computer approaches in searching for hidden talent assets in brain damaged persons. In: TAYLOR, Calvin (coord.). *Expanding awareness of creative potentials worldwide*. Salt Lake City: Brain Talent-Powers, 1990. p. 304-305.

BONANNO, B. El camino hacia la igualdad. *Noticias ILSMH*, Bruxelas, n. 16, p. 20, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Série Diretrizes 11. Brasília: MEC/SEESP, 1995a. 32 p.

—. *Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades*: superdotação e talentos. Série Diretrizes 10. Brasília: MEC/SEESP, 1995b. 50 p.

—. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial*: área de altas habilidades. Série Diretrizes 9. Brasília; MEC/SEESP, 1995c. 65 p.

—. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial*: área de deficiência visual. Série Diretrizes 8. Brasília: MEC/SEESP, 1995d. 58 p.

—. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial*: área de deficiência múltipla. Série Diretrizes 7. Brasília: MEC/SEESP, 1995e. 39 p.

—. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial*: área de deficiência auditiva. Série Diretrizes 6. Brasília: MEC/SEESP, 1995f. 75 p.

—. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial*: área de deficiência mental. Série Diretrizes 5. Brasília: MEC/SEESP, 1995g. 61 p.

—. *Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce*: o portador de necessidades educativas especiais. Série Diretrizes 3. Brasília: MEC/SEESP, 1995h. 48 p.

—. *Expansão e melhoria da educação especial nos municípios brasileiros.* Série Diretrizes 4. Brasília: SEESP, 1994a. 33 p.

—. *Linhas programáticas para o atendimento especializado na sala de apoio pedagógico específico.* Série Diretrizes 2. Brasília: MEC/SEESP, 1994b. 56 p.

—. *Encaminhamento de alunos do ensino regular para atendimento especializado.* Série Diretrizes 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994c. 32 p.

—. *Política Nacional de Educação Especial.* Série Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994d. 66 p.

—. *Educação especial no Brasil.* Série Institucional 2. Brasília: MEC/SEESP, 1994e. 44 p.

—. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano decenal de educação para todos.* Brasília: MEC, 1993b. 102 p.

BUENO, J.G.S. A educação do deficiente auditivo no Brasil. In: Tendências e Desafios da Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994. p. 35-49.

CARVALHO, E.N.S. Escola integradora: uma alternativa para a integração escolar do aluno portador de necessidades educativas especiais. In: Tendências e Desafios da Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994. p. 234-237.

CARVALHO, R.E. O papel da UNESCO e do MEC frente à integração. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 13, p. 29-33, 1994a.

—.Panorama internacional da integração: enfoque nacional. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 11, p. 9-13, 1994b.

CLARK, G.M., CARLSON, B.C., FISHER, S. et al. Career development for students with disabilities in elementary schools: a position statement of the Division on Career Development. *Career Development for Exceptional Individuals*, v. 14, n. 2, p. 109-120, outono 1991..

CLEMENTE FILHO, Antonio S. Redução de diferenças: uma nova perspectiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. *O resgate da educação especial*. Brasília: MEC/CCS, 1985. 23 p.

COELHO, M. A educação especial no Brasil. *Desafio de Hoje*, Rio de Janeiro, v. XV, n. 170, p. 7, out. 1996.

COLÉGIO integra deficientes. *Diário Popular*, São Paulo, 29 jun. 1996.

COLOROSA, Barbara. Crianças que valem a pena! In: GAUDERER, E.Christian (coord.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. p. 253.

CRECHE integra crianças surdas. Rio de Janeiro, *Desafio de Hoje*, v. VII, n. 83, p. 6, abr. 1989.

CRESPO, Ana Maria M. *Educação*. In: Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. São Paulo: PRODEF, 1995. p. 6-7. apost.

ESCOLAS de SP integram deficientes e normais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 12 ago. 1995.

FAUSER, George. Integração da criança autista: possibilidades e condições. In: GAUDERER, E.Christian (coord.). *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. p. 255-256.

GALJOUR, Michelle et al. Integrando o deficiente com dificuldade de aprendizado devido ao autismo num colégio normal: planejamento para participação parcial. In: GAUDERER, E.Christian (coord.). *Autismo e outros atrasos no desenvolvimento*: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília: CORDE, 1993. p. 238-239.

GOLBERT, C., RECHE, C.C., BEYER, H. et al. A educação especial no Rio Grande do Sul: aquém do necessário, aquém do possível? *IntegrAção*, v. 6, n. 15, p. 37-41, 1995.

HALES, R.M., CARLSON, L.B. Temas y tendencias en educación especial. Tradução por: Gilda Macías C. *Boletín GLARP-CEDIR*, Bogotá, n. 84, p. 8-10, dez. 1994. [Fonte: Federal Resource Center for Special Education, University of Kentucky, 1992].

HENSCHEN, Keith. Whole person development outside of formal education. In: TAYLOR, Calvin (coord.). Expanding awareness of creative potentials worldwide. Salt Lake City: Brain Talent-Powers, 1990. p. 669-672.

JONES, Michael, STEVENS, Marsha. *People... just like you*: about handicaps and handicapped people. [Um manual de atividades para escolas comuns].

Washington, D.C.: The President's Committee on Employment of the Handicapped, 1979. 36 p.

MACHADO, João B., ALMEIDA, Heloiza A.D.R. de (coord.). *Superdotado*: como identificar, desenvolver, integrar. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1989, 125 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar, eis a questão! Uma tentativa de explicar o que significa o déficit intelectual. *IntegrAção*, Brasília, v.5, n. 13, 1994a. p. 12-17.

—. A integração escolar das pessoas com deficiência mental, no contexto atual da escola de 1° grau. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 12, 1994b. p. 16-19.

MARTINS, Lúcia A. R. Educação integrada do portador de deficiência mental: alguns pontos para reflexão. *IntegrAção*, Brasília, v. 7, n. 16, 1996, p. 27-32.

MAZZOTTA, Marcos José S. Direito do portador de deficiência à educação. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 11, 1994, p. 14-15.

MEC tenta integrar deficiente à escola pública. *Toque a Toque*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 19, p. 14-15, fev. 1997.

MENDES, Enicéia G. Integração escolar: reflexões sobre a experiência de Santa Catarina. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 12, 1994, p. 5-16.

NUNES, Leila R. D'O. P., FERREIRA, Júlio R. Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado. In: Tendências e desafios da educação especial. Brasília: SEESP, 1994, p. 50-81.

OLIVEIRA, Aureme A.M., CAVECHIA, Sandra R., OLIVEIRA, Suely N. L. Integração de portadores de deficiência auditiva no ensino regular após a estimulação precoce. *IntegrAção*, Brasília, v.7, n. 16, 1996, p. 66.

PEREIRA, Olívia S. Educação integrada. *IntegrAção*, Brasília, v.5, n. 11, 1994, p.6-8.

PRIMEIRA aluna do Pedro II é discriminada pela diretora. *SuperAção*, Rio de Janeiro, dez. 1996/fev. 1997, p. 5.

RAVEN, John. Developing the talents and competencies of all our children. In: TAYLOR, Calvin (coord.). Expanding awareness of creative potentials worldwide. Salt Lake City: Brain Talent-powers, 1990, p. 717-728.

RODRIGUES JR., Arnaldo. Integração escolar no Rio pode se tornar realidade. SuperAção, Rio de janeiro, jan./mar. 1994, p. 4.

SASSAKI, Romeu K. *Preparação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho*: uma perspectiva para profissionais de educação especial. São Paulo: PRODEF, 1995. 4 p. apost.

SECRETARY of State for Education and Science, Secretary of State for Wales. *SPECIAL needs in education.* Londres: Her Majesty's Stationery Office, ago. 1980, 23 p.

SILVA, Marinalva R.B. Atendimento às necessidades educativas especiais; uma experiência da política pública do Estado de Tocantins. *IntegrAção*, Brasília, v. 5, n. 13, 1994, p. 37-38.

STEEENLANDT, Danielle van. La UNESCO y la educación especial. *En Marcha*, Bruxelas, n. 1, maio 1995, p. 4-6.

TOMAZELA, José Maria. Sorocaba faz teste com deficientes: estudantes com problemas físicos e mentais têm aulas com alunos regulares. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1995, p. A-26.

UNESCO. *Review of the present situation of special education.* 1988, 14 p.

UNITED NATIONS. The Tallinn guidelines for action on human resources development in the field of disability: result of a United Nations expert meeting [14-22 ago. 1989]. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. XL, n. 2-3, p. 5-6, set. 1989.

VERÍSSIMO, Kleber. Como fica a educação? *Toque a Toque*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 19, p. 30, fev. 1997.

VIANA, Francisca A. (coord.). Proposta de integração do portador de deficiência no sistema regular de ensino: Rio Grande do Norte. *IntegrAção*, Brasília, v.5, n. 13, 1994, p. 36.

WALLACE, Belle. Curriculum enrichment for all children with differentiation of pace, depth and breadth for those who demonstrate the need. In: TAYLOR, Calvin W. (coord.). *Expanding awareness of creative potentials worldwide.* Salt Lake City: Brain Talent-Powers, 1990, 206-212.

WARNOCK, Mary. *Meeting special educational needs.* Londres: Her Majesty's Stationery Offfice, 1979, 34 p.

6

Inclusão: Desenho universal em ambientes físicos

"À medida que o conceito de cidadania se sedimenta e as conquistas sociais procedem, torna-se notório que a mobilidade com autonomia é um direito universal." - Verônica Camisão.

Convenciono chamar de ambientes físicos todas as coisas construídas que cercam o ser humano: as edificações, os espaços urbanos, os equipamentos urbanos, o mobiliário, os aparelhos assistivos, os utensílios e os meios de transporte.

Como são ambientes construídos, eles foram antes desenhados segundo diferentes perspectivas de seus projetistas.

Neste capítulo, examinaremos alguns conceitos específicos da área de acessibilidade ao meio físico, importantes para tornar a sociedade mais inclusiva.

Desenho

A palavra 'desenho' vem diretamente de *design*, que significa 'projeto'. O arquiteto Guillermo Cabezas Conde, estabelece três níveis conceituais: Planejamento, projeto e

construção. Planejar é traçar, formar e expor um plano. Projetar (desenhar) é tornar visível sobre uma superfície plana — seja uma tela ou um papel — as plantas e a disposição desenhada para a exposição do material de um edifício acessível que possa abranger, além dos seus planos, a memória, os cálculos estruturais, o orçamento, a descrição dos materiais, desenhos e detalhes para essa concepção arquitetônica possa ser idealizada e realizada. Construir é fabricar ou criar espaços ordenados, internos e externos, de acordo com o projeto (desenho) já concebido; é materializar uma concepção arquitetônica acessível. Para Conde, é preferível a utilização do termo 'arquitetura' ao invés da palavra 'desenho'. Assim, temos 'arquitetura acessível' e 'arquitetura universal' ou 'arquitetura para todos'. (Conde, p. 94)

Desenho acessível

Como se recorda, o movimento pela eliminação de barreiras arquitetônicas surgiu no início da década de 60. Algumas universidades americanas foram pioneiras em se preocupar com a existência de barreiras físicas nos próprios prédios escolares, nos espaços abertos dos *campi* e nos transportes universitários e urbanos. A história registra que o ativista de vida independente Ed Roberts — portador de tetraplegia que à noite precisava dormir dentro de um pulmão de aço — e alguns colegas universitários também portadores de deficiências severas convenceram a prefeitura da cidade de Berkeley, na Califórnia, EUA, a fazer as primeiras guias rebaixadas do mundo (Sassaki, 1997).

Inicialmente, o movimento procurou chamar a atenção da sociedade para a existência desses obstáculos e para a necessidade de eliminá-los ou, pelo menos, reduzi-los ao mínimo possível. Foi aí que se começou a falar em 'adaptação do meio físico'. O importante era adaptar os (já existentes) ambientes físicos, transportes e produtos, de tal forma que eles se tornassem

utilizáveis pelos portadores de deficiência. Ouvia-se freqüentemente referência a "prédio adaptado", "ônibus adaptado", "carro adaptado", "restaurante adaptado", "cinema adaptado" etc.

É interessante notar que o discurso deste movimento sempre defendeu a tese de que os ambientes adaptados são úteis não só para os portadores de deficiência mas também para as pessoas obesas, de baixa estatura, idosas e aquelas que estivessem temporariamente impossibilitadas de deambular.

Com o passar do tempo e em contraposição à prática de simplesmente adaptar ambientes físicos enquanto outros ambientes inacessíveis iam sendo criados, surgiu o conceito de desenho acessível. O desenho acessível é um projeto que leva em conta a acessibilidade voltada especificamente para as pessoas portadoras de deficiência física, mental, auditiva, visual ou múltipla, de tal modo que elas possam utilizar, com autonomia e independência, tanto os ambientes físicos (espaços urbanos e edificações) e transportes, agora adaptados, como os ambientes e transportes construídos com acessibilidade já na fase de sua concepção. Hoje é mais comum ouvirmos referências a "prédio acessível" e "ônibus acessível" quando estes foram construídos já com acessibilidade.

Embora seja extremamente útil garantir que os novos ambientes e transportes já nasçam acessíveis, continua sendo necessário e urgente adaptar os muitos ambientes inacessíveis que ainda existem e outros que serão construídos inadvertidamente sem acessibilidade. A Organização das Nações Unidas (ONU), em recente documento, reconheceu que:

> «há urgente necessidade de [...] eliminação de barreiras físicas e sociais, visando a criação de uma sociedade acessível a todos, com ênfase particular de medidas para corresponder a necessidades e interesses

> dos que enfrentam dificuldades em participar plenamente da sociedade; [...]». (Nações Unidas, p. 100)

O desenho acessível é também conhecido como 'desenho sem barreiras' ou 'arquitetura sem barreiras'. Os produtos e ambientes feitos com desenho acessível sinalizam que eles são destinados exclusiva ou preferencialmente para pessoas com deficiência, pois suas aparências lembram algo médico, institucional ou, em todo caso, especial. Neste sentido, eles são estigmatizantes apesar de bem-vindos.

Desenho universal

Para o arquiteto Edward Steinfeld (1994, p. 87), «o desenho universal abrange produtos e edifícios acessíveis e utilizáveis por todos, inclusive pelas pessoas com deficiência», daí ser ele diferente do desenho acessível explicado no parágrafo anterior. Prossegue Steinfeld, ensinando que:

> «O desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é para todas as pessoas. A idéia do desenho universal é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos. Há quatro princípios básicos do desenho universal: o primeiro é acomodar uma grande gama antropométrica, e isto significa acomodar pessoas de diferentes dimensões: altas, baixas, em pé, sentadas etc.; o segundo princípio é reduzir a quantidade de energia necessária para utilizar os produtos e o meio ambiente; o terceiro é tornar o ambiente e os produtos mais abrangentes e o quarto princípio é a idéia do desenho de sistemas, no sentido

de pensar em produtos e ambientes como sistemas, que talvez tenham peças intercambiáveis ou a possibilidade de acrescentar características para as pessoas que têm necessidades especiais» (1994, p. 87)

O desenho universal é mais vantajoso do que o desenho acessível porque atende a várias necessidades de um maior número de pessoas, entre as quais estão aquelas direta ou indiretamente relacionadas aos seguintes motivos, segundo Steinfeld em um outro documento:

> «1. Aumento no número de sobreviventes da deficiência; 2. Aumento na expectativa de vida. 3. Aumento no poder de compra das pessoas com deficiência. 4. Desenvolvimento do 'mercado cinza' [onde os compradores são pessoas acima de 50 anos de idade]. 5. Reconhecimento da inadequação de produtos tecnológicos assistivos. 6. Produtos e ambientes não foram projetados para pessoas idosas.» (Steinfeld, 1994, p. 1-2)

O desenho universal pode ser chamado 'desenho para todos' ou, como sugere Conde (1994), 'arquitetura para todos'. Hoje, colocado dentro do movimento da inclusão social, o desenho universal poderia também ser chamado 'desenho inclusivo', ou seja, projeto que inclui todas as pessoas. Os produtos e ambientes feitos com desenho universal ou inclusivo não parecem ser especialmente destinados a pessoas com deficiência. Eles podem ser utilizados por qualquer pessoa, deficiente ou não. É até possível que pessoas não-deficientes nem percebam, nesses produtos ou ambientes, certas especificidades que atendem às necessidades de pessoas com deficiência.

Juntando os conceitos de integração, inclusão, desenho acessível e desenho universal, podemos estabelecer a seguinte correlação entre eles:

No esforço de integração, algumas pessoas deficientes conseguem inserir-se na sociedade como ela está, portanto não requerendo nem desenho acessível nem desenho universal. Muitas pessoas com deficiência necessitam que sejam feitas adaptações e/ou que sejam feitas construções já acessíveis, caso em que tem sido utilizado mais o desenho acessível. No esforço de inclusão, tanto as adaptações como as novas construções se utilizam do desenho universal.

Um exemplo de sobreposição das duas fases de implementação, a do desenho acessível e a do desenho universal, está no modo como estamos enfrentando as barreiras arquitetônicas das cidades e dos transportes urbanos (Crespo, p. 4, 9-10). Após uma fase em que predominaram as adaptações feitas nas calçadas e em alguns ônibus ou peruas (vans), as quais têm evidente aparência de providência destinada a pessoas com deficiência, estamos na fase em que cada vez mais espaços urbanos e meios de transporte já estão sendo planejados e construídos de tal forma que neles não se nota nada de especial. Isto constitui um dos sinais do surgimento de uma sociedade inclusiva.

Um bom exemplo de instrumento de avaliação, no que concerne ao nível de acessibilidade de uma cidade, foi criado pelo Comitê de Ação Nacional sobre Acessibilidade Municipal, da Federação de Municipalidades Canadenses. O instrumento se chama "A How-to Manual on Municipal Access" (Manual Prático de Acesso Municipal) e cobre as seguintes áreas: Liderança Municipal, Transporte, Habitação, Emprego, Recreação, Educação e Comunicações. (Federation, [1993?])

Em outras palavras, da velha idéia de se exigir, por exemplo, 'um prédio adaptado' estamos passando a construir 'um prédio para todos'. A mesma coisa acontece com o 'transporte adaptado': até o leigo já está falando em 'transporte para todos' (Goitia, 1997).

Até o **Símbolo Internacional de Acesso** — que se convencionou afixar em veículos adaptados e em recintos arquitetonicamente acessíveis a pessoas com deficiência (Sassaki, 1996) — estará com seus dias contados num futuro próximo, quando o desenho universal for adotado como norma (Sassaki, 1994, p. 176).

Mas, como observa o arquiteto Marcelo Guimarães (1994, p. 92), o processo do "*design* universal não é um estágio em que se conseguirá resolver os problemas, seguindo apenas as normas racionais. As normas são, simplesmente, uma questão de orientação que depende, na verdade, da incorporação da experiência de cada arquiteto, da sua interpretação, para que o nosso vocabulário espacial e ambiental seja maior."

REFERÊNCIAS

CAMISÃO, Verônica. *Desenho universal*: arquitetura para todos. Rio de Janeiro: CVI-RJ, [1994]. 1 p. apost.

CONDE, Guilherme C. Arquitetura para todos. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico. Anais do... Brasília: CORDE, 1994. 214 p., p. 92-4.

CRESPO, Ana Maria M. *Transporte* [e] *acesso ambiental* [e] *acesso ao voto* [e] *acesso à comunicação*. In: Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. São Paulo: PRODEF, 1995. p. 4, 9-10. apost.

FEDERATION of Canadian Municipalities. *A how-to manual on municipal access*. Ottawa: FCM, [1993?]. 45 p.

GOITIA, Vladimir. Argentina aposta no transporte 'humanizado'. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 maio 1997, p. C5.

GUIMARÃES, Marcelo P. O papel social ativo através da arquitetura. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico. Anais do... Brasília: CORDE, 1994. 214 p., p. 90-92.

SASSAKI, Romeu K. *Uma breve história dos movimentos de pessoas com deficiência*. São Paulo: CVI-AN, 1997. 7 p. apost.

—. *Símbolo International de Acesso*: diretrizes oficiais. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996. 22 p.

—. O Símbolo Internacional de Acesso. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico, Anais do... Brasília: CORDE, 1994. 214 p., p.175-176.

STEINFELD, Edward. *The concept of universal design*. Buffalo: State University of New York at Buffalo, 1994, 6 p. apost.

—. Arquitetura através do desenho universal. In: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico, 1994. Anais do ... Brasília: CORDE, 1994. 214 p., p. 87-89.

7

O ideal das leis e políticas inclusivas

«Nosso país não pode desperdiçar ninguém e precisamos investir no enorme potencial de cada pessoa através da implementação da Lei dos Americanos com Deficiências. A minha Administração compromete-se a mudar a política pertinente à deficiência: da exclusão para a inclusão, da dependência para a independência, do paternalismo para o empowerment» — Presidente dos EUA, Bill Clinton, 23-7-93 (On the ADA's 3rd Birthday).

Leis integracionistas e inclusivas

Em todos os países, a legislação tem sido vista como o meio mais importante para acabar com a discriminação da sociedade, de um modo geral, e das empresas, em particular, contra a inserção de pessoas portadoras de deficiência (Gil e Bengoechea, 1991).

Mas a legislação é como uma faca de dois gumes. Se, por um lado, as leis tiverem força para pressionar empregadores a contratarem pessoas deficientes, já por outro lado elas poderão criar antipatia exatamente em relação a estas pessoas. Além disso, nem todas as leis são totalmente adequadas se considerarmos a evolução de conceitos e práticas sociais. Por isso, elas necessitam

revisões que, na maioria das vezes, são demoradas ou nunca acontecem.

No que concerne a pessoas com deficiência, basicamente existem dois tipos de leis: as gerais e as especificamente pertinentes à pessoa deficiente. Tanto as leis gerais como as leis específicas podem ser integracionistas ou inclusivas, conforme segue:

- Leis gerais integracionistas são aquelas que contêm dispositivos separados sobre o portador de deficiência para lhe garantir algum direito, benefício ou serviço. Exemplos disto são as Constituições federal e estaduais (Brasil, 1988; por ex., São Paulo, s.d.), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1993) e a Lei federal n° 9.394, de 20-12-96, que trata da educação profissional (Brasil, 1996).

- Leis gerais inclusivas seriam aquelas que, sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência. Este tipo de lei ainda está por ser formulado.

- Leis específicas integracionistas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados desde que ela tenha a capacidade de exercê-los. Por exemplo, a Lei n° 7.853/89, parágrafo único, II, "f", que trata da "matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino" (Brasil, 1994b); a Instrução Normativa n° 5, que "dispõe sobre a fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência" (Brasil, 1991); e a Lei n° 8.859, de 23-3-94, que

estende "aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio" (Brasil, 1994).

- Leis específicas inclusivas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa portadora de deficiência terá direitos assegurados mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos. Um exemplo é a Lei dos Americanos com Deficiência (EUA, 1990; Augustsson, 1991), que está sendo adaptado em outros países.

O grau de inclusividade de uma sociedade poderia, então, ser medido pela maior ou menor incidência de leis inclusivas sobre as leis integracionistas.

No Brasil, temos uma legislação bastante variada e rica, mas contendo muitos pontos negativos. A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta alguns senões importantes e muito já foi escrito sobre esses senões (por ex., Sassaki, 1989). Nela encontramos exemplos de preceito integracionista com relação ao emprego:

> "Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência." (Brasil, 1988)

Ora, a rigor, não haveria a necessidade de existir tal preceito se partíssemos do pressuposto de que a proibição deste tipo de discriminação se aplica a todos os trabalhadores, com ou sem deficiência e com ou sem qualquer outro atributo pessoal, como a cor e o gênero. Em todo o caso, este preceito é menos danoso que o artigo 37 da mesma Constituição, que diz:

> "Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes

> da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá [...] ao seguinte: [...] VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão." (Brasil, 1988)

Este inciso VIII é um exemplo típico de medida protecionista, integracionista, que funciona exatamente contra a própria pessoa com deficiência ao invés de ajudá-la a realmente conseguir uma vaga no mercado de trabalho competitivo. Para Dorival Carreira (1997, p. 24; 1992, p. 3), professor de Sistemas e Métodos Administrativos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, e consultor de empresas, é um NÃO sonoro a sua resposta para a pergunta: "Deve ele (o empresário) oferecer uma porcentagem de suas vagas para pessoas portadoras de deficiência?". Apresentando seis razões para esse fracasso, Carreira argumenta que:

> "Ao desejar garantir emprego para a pessoa portadora de deficiência, o governo está exigindo a assinatura de um contrato de trabalho unilateral, que interessa apenas a uma das partes. Este contrato de compra de força de trabalho estará condenado ao insucesso." (1992, p. 7).

Este tipo de lei funciona como discriminação às avessas — enquanto na vida real se combate agressivamente a sociedade por esta ser discriminatória contra as pessoas deficientes, a lei discrimina contra outros segmentos da sociedade ao proteger os portadores de deficiência. Além disso, é tão errada esta atitude de reserva de vagas quanto a noção de que cada pessoa deficiente só pode exercer determinadas funções ou profissões dependendo do tipo de deficiência de que seja portadora.

Segundo o jurista Ives Gandra (1996), "o argumento antidiscriminação cria uma discriminação às avessas. A criação de reserva de mercado ou de área de ação apenas para as pessoas consideradas excluídas resulta num processo inverso de discriminação, em vez de levar à eliminação de alguns preconceitos ainda não erradicados, como almejam os adeptos dessas teses." E prossegue:

> "Ora, pretender que alguém exerça uma função por ser (...) deficiente (...), e não por ser competente, é, evidentemente, retirar, ao país que admite tal forma de enfrentar os desafios do futuro, a possibilidade de superá-los. (...) O aspecto mais interessante, todavia, reside no fato de que a Constituição não permite tal proteção às avessas, pois proíbe qualquer espécie de discriminação em função de idade, sexo, cor, estado civil, deficiência física ou qualificações curriculares. Desse modo, a Constituição fornece o antídoto às pretensas reservas legais de mercado, já que todas essas reservas são necessariamente discriminatórias contra aqueles que a elas não têm acesso. (...) Todos os segmentos sociais, sem reservas, devem ter acesso, sem discriminações, às oportunidades existentes. Se o critério for o da 'incompetência assegurada', o país que adotar tal política perderá a corrida do futuro" (1996).

Em decorrência de existirem tais preceitos na Constituição federal, o equívoco da discriminação às avessas se repete, infelizmente, nas Constituições estaduais, em Leis Orgânicas de municípios e em leis ordinárias federais, estaduais e municipais, com desdobramentos na formulação de políticas sociais pertinentes ao portador de deficiência.

São exemplos desse fato, em relação à reserva de percentual de cargos para pessoas com deficiência, o artigo 2º, parágrafo único, III, "d", da Lei federal nº 7.853, de 24/10/89 (Brasil, 1994b); o artigo 7º, III, do Decreto federal nº 914, de 6/9/93 (Brasil, 1994a); o artigo 93, da Lei federal nº 8.213, de 24/7/91; e o art. 115, IX, da Constituição do Estado de São Paulo (São Paulo, s.d.).

Portanto, são cada vez mais necessárias as leis de caráter inclusivista, caminho ideal para que todas as pessoas, deficientes ou não, possam sentir que realmente pertencem à sociedade, com oportunidades iguais de participação como cidadãos de cada país.

Nesse mesmo sentido, é preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente. "No processo de implementação da legislação, é necessário saber o que funciona e o que não funciona, e eliminar, mudar ou emendar as leis que passarem a ter impacto negativo", diz uma das 88 recomendações legislativas dos peritos reunidos pela Rehabilitation International (Recommendations, 1986). Devemos, também, ficar de olho em projetos de lei e, se necessário, intervir para mudar ou derrubar antes que eles sejam aprovados.

Políticas integracionistas e inclusivas

Quanto às políticas sociais, aplicam-se as mesmas considerações feitas às leis. De um modo geral, os órgãos governamentais, as entidades filantrópicas e demais organizações que atendem pessoas com deficiência possuem políticas sociais que ainda apresentam cunho paternalista e integracionista.

Tais políticas sociais foram formuladas bem ao sabor dos valores prevalecentes em décadas anteriores aos anos 80s, quando

ainda não havia o clamor de indignação e autodeterminação lançado pelos movimentos de pessoas com deficiência em sua luta por direitos.

E para garantir que tais políticas sociais e leis sejam formuladas adequadamente, ou seja, à luz do que exista de melhor na filosofia da plena participação social, um dos conceitos mais importantes da década de 80 foi o de que "as pessoas portadoras de deficiência e/ou suas organizações nos níveis local, nacional, regional e internacional, devem ser incluídas no processo decisório em todas as etapas de planejamento, implementação, monitoramento (supervisão) e avaliação de políticas e programas de atendimento à pessoa deficiente" (Sassaki, 1993, p. 12).

Aos poucos, vão sendo lapidadas as velhas políticas sociais e também vão sendo elaboradas novas políticas sociais, mais compatíveis com a atual filosofia de vida independente, agora no bojo do movimento internacional de inclusão social, como é o caso da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (Nações Unidas, 1996).

REFERÊNCIAS

AUGUSTSSON, Lars. *Access to the USA*: recent disability legislation. Vällingby: The Swedish Handicap Institute, 1991. 31 p.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996.

—. Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da Lei n. 6.494, de 7-12-77, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

—. Decreto n. 914, de 6 de setembro de 1993. In: *Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: CORDE, 1994a. p. 14-18.

—. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. In: *Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: CORDE, 1994b. p. 3-13.

—. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. In: *Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Governo de São Paulo, 1993. p. 23-95.

—. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. *Instrução Normativa n.5, de 30 de agosto de 1991*. Dispõe sobre a fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

—. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARREIRA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 24-31.

—. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. *Integração*, São Paulo, v.5, n. 19, p. 3-29, dez. 1992.

EUA. United States Congress. *Americans with Disabilities Act of 1990*: P.L. 101-336. [Washington, DC]: Congregational Records, 26 de julho de 1990. p. 327-378.

GIL, L.E.V., BENGOECHEA, J.A.S. *Derecho al trabajo de las personas con minusvalía*. 3.ed. Madrid: Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía, 1991. 60 p.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Discriminação às avessas. *Exame*, São Paulo, n. 600, 3 jan. 1996, p. 106.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência*. Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI-AN/APADE, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

ON the ADA's 3rd birthday. *Forum*, Baton Rouge, v. X, n. 4, set. 1993, p. 2.

RECOMMENDATIONS of the Rehabilitation International expert meeting on legislation on equalization of opportunities for people with disabilities. [Suplemento especial *da International Rehabilitation Review*, Nova York, 2° trim. 1986]. p. B/C/D.

SÃO PAULO. *Nova Constituição do Estado de São Paulo*, promulgada em 5-10-1989. São Paulo: Fisco e Contribuinte, s.d. 126 p.

SASSAKI, Romeu K. Consultar ou não consultar? *SuperAção*, Rio de Janeiro, v. II, n. 5, p. 12, jul./set. 1993.

—. *Preceitos constitucionais sobre a pessoa portadora de deficiência*. (Texto apresentado no curso "Novas Perspectivas na Profissionalização do Portador de Deficiência Mental: O Trabalhador". Brasília: XIV Congresso da Federação Nacional das APAEs, jul. 1989. 3 p.

UNESCO. *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994]. Genebra: UNESCO, 1994. 47 p.

8

Mídia, o grande aliado pró-inclusão

"Os Países-Membros devem estimular os meios de comunicação de massa a apresentarem de maneira positiva as pessoas com deficiência; as organizações de pessoas com deficiência devem ser consultadas sobre este assunto." (Nações Unidas, 1996, p. 20).

Como era no passado

Nos primórdios da fase de integração (final da década de 50 e início dos anos 60s — quando o atendimento em educação especial e reabilitação era primordialmente voltado para a adequação da pessoa com deficiência aos padrões vigentes na sociedade —, as instituições especializadas na área das deficiências contatavam a mídia, em especial os jornais de grande circulação, para veicular apenas notícias ou informações sobre seus eventos internos e externos. Nestes casos, os meios de comunicação publicavam textos exatamente como eram solicitados.

Mas no processo inverso, isto é, quando a mídia procurava alguma instituição para preparar matéria sobre deficiência ou reabilitação ou educação especial, o resultado nem sempre era bom. A terminologia utilizada, o conteúdo das fotos e,

principalmente, a forma como os textos tratavam o portador de deficiência passavam ao leitor uma imagem de coitadinho, triste, inútil, assexuado, abandonado por Deus, trágico, doente etc. E nestes casos, as instituições raramente tinham a preocupação de ir aos profissionais da mídia para educá-los sobre a questão da deficiência para que as matérias fossem melhor elaboradas.

No Brasil, com o surgimento de movimentos de pessoas deficientes a partir de 1979, a coluna do leitor de grandes jornais começou a inserir cartas cujo teor era geralmente de protesto ou indignação por parte de pessoas que se sentiam prejudicadas em sua condição de portadoras de deficiência.

Nessa época, o tema 'deficiência' ou 'pessoa deficiente' já atraia também o interesse de profissionais de televisão, fazendo com que saíssem muitas matérias em torno deste assunto. E, novamente, a terminologia não era adequada (por ex., "quadriplégico", "inválido", "vítima de paralisia cerebral", "surdo-mudo", "mongolóide", "criança normal", "retardado mental", "sofre de epilepsia", "preso ou confinado ou condenado à cadeira de rodas", confundir "deficiência mental" com "doença mental" etc.). E as imagens filmadas reforçavam ainda mais certos preconceitos, estereótipos e estigmas sobre a pessoa com deficiência.

Não foram poucas as intervenções feitas junto à mídia por participantes de movimentos de direitos deste segmento da população (Sassaki, 1980a, 1980b). Só que até então a mídia era geralmente abordada de uma forma agressiva, como se ela tivesse a obrigação de conhecer a fundo tudo sobre deficiências.

Isso acontecia no mundo inteiro. Mas, aos poucos, a forma de tratamento dado à mídia foi melhorando. Cada vez mais, a mídia passou a ser vista não mais como inimigo da causa da pessoa deficiente e sim como um possível parceiro.

Essa nova visão levou os defensores da causa à conclusão de que eles deveriam abordar a mídia de maneira educativa, informativa, cooperativa, construtiva (Mídia, 1996).

Neste sentido, já em novembro de 1981, foi adotada e proclamada a **Declaração de Sundberg**, que estabeleceu:

> "Em vista da influência da mídia sobre as atitudes do público e com vistas a aumentar o nível de consciência pública e solidariedade, o conteúdo das informações disseminadas pela mídia, assim como o treinamento dos profissionais da mídia, precisam incluir aspectos correspondentes aos interesses e necessidades das pessoas deficientes e ser preparados consultando suas associações." (Sundberg Declaration, artigo 10)

A ONU, que desde a sua fundação se preocupou com a questão da pessoa deficiente, convocou uma reunião de peritos para que elaborassem um documento destinado aos profissionais da mídia. O resultado saiu publicado (United Nations, 1982), como sempre nas seis línguas oficiais da ONU, e causou um grande impacto na comunidade internacional.

A partir daí, muito tem sido escrito sobre como o poder da mídia pode, por exemplo, ajudar a eliminar:

> "atitudes negativas para com o casamento, a sexualidade e a paternidade/maternidade das pessoas com deficiência, especialmente de moças e mulheres deficientes, atitudes essas que ainda predominam na sociedade. A mídia deve ser estimulada a desempenhar um importante papel na remoção de tais atitudes negativas." (Nações Unidas, 1996, p. 34).

Os dias de hoje

Os profissionais da mídia podem ajudar a formar uma imagem positiva, humana, da pessoa portadora de deficiência através de mensagens edificantes verbal e visualmente (Fletcher, 1996, 15-18). E, de fato, a partir da segunda metade dos anos 80s, vimos notando uma considerável melhora nas mensagens veiculadas tanto na mídia eletrônica como nos anúncios de jornais, revistas e *outdoors*.

O mundo todo reconheceu o papel que a mídia poderia desempenhar no processo de integração (até recentemente não se conhecia o conceito de inclusão) das pessoas com deficiência na sociedade e este assunto passou a ocupar espaço em congressos e seminários. Até mesmo eventos exclusivos sobre o binômio 'mídia & deficiência' vêm sendo realizados em muitos países, inclusive no Brasil.

A literatura pertinente ao referido binômio é vastíssima, impossível de ser referenciada totalmente neste livro. (Ver Bibliografia Complementar no final do capítulo, após as Referências). Surgiram também profissionais da mídia interessados em se especializar neste assunto. Em alguns países, têm sido montados setores e departamentos específicos, dentro de universidades e organizações não-governamentais, para tratar de assuntos de mídia em relação às pessoas deficientes.

Hoje é possível afirmar que existe uma verdadeira mobilização em todo o mundo para envolver a mídia como o grande aliado pró-inclusão, sendo os jornalistas brasileiros Claudia Werneck, Emílio Figueira, Ana Maria Morales Crespo e Rosangela Berman Bieler alguns dos pioneiros neste campo em nosso país. Seus livros, artigos e palestras são uma prova disso (por ex., Werneck, 1995, 1997; Figueira, 1995, 1996; Crespo, 1995; Bieler é a autora não-identificada do livro "Mídia e deficiência: manual de estilo", editado pela CORDE, 1996).

A aliança pró-inclusão

Na construção de uma sociedade para todos, cujo processo já se iniciou nos anos 80s e tomou impulso na década seguinte, a mídia e o segmento portador de deficiência poderiam, hoje, desenvolver as seguintes atividades básicas numa aliança pró-inclusão:

ALIANÇA PRÓ-INCLUSÃO	
CAMPO DA DEFICIÊNCIA	PROFISSIONAIS DA MÍDIA
• Assessoria técnica aos profissionais de mídia na produção de documentários e matérias sobre pessoas deficientes para veiculação na televisão	• Produção de documentários e matérias científicas sobre pessoas com deficiência, para telespectadores gerais e específicos
• Elaboração (em parceria) de manuais de construção de imagens positivas para uso da mídia	• Estudo (em parceria) de manuais de construção de imagens positivas
• Elaboração de terminologia adequada para uso da mídia, em especial os termos que não reforcem preconceitos, estigmas e estereótipos	• Utilização de terminologia adequada sobre deficiência a fim de não reforçar inadvertidamente os preconceitos, estigmas e estereótipos existentes
• Convite à mídia para participar de eventos sobre	• Participação em eventos específicos da área de

deficiência	deficiências
• Participação efetiva em eventos organizados pela mídia	• Inserção de temas de deficiência em eventos organizados pela mídia
• Realização de treinamentos de conscientização aos profissionais da mídia	• Participação efetiva em treinamentos sobre deficiência
• Organização de eventos sobre deficiência inserindo temas ligados à mídia	• Participação efetiva em eventos organizados pela área da deficiência onde constem palestras sobre a mídia
• Oferta de estágio para profissionais da mídia	• Participação em estágios na área da deficiência
• Localização e catalogação de exemplos de inclusão em cada setor: educação, trabalho, lazer, família etc.	• Abertura de espaço na mídia para divulgar exemplos de inclusão e não apenas matérias sobre problemas
• Análise técnica de matérias veiculadas na mídia	• Estudo de matérias analisadas pelo segmento portador de deficiência
• Assessoria à mídia para orientar trabalhos de graduação em comunicação e jornalismo	• Orientação de alunos de comunicação e jornalismo em seus trabalhos acadêmicos
• Realização de pesquisa para conhecer a influência da mídia na mudança de atitudes da sociedade para com	• Participação na formulação, execução e análise da pesquisa sobre a influência da mídia nas atitudes da

pessoas deficientes.	sociedade quanto às pessoas com deficiência
• Levantamento bibliográfico e videográfico sobre o tema 'mídia & deficiência'	• Formação de acervo bibliográfico e videográfico sobre 'mídia & deficiência'

REFERÊNCIAS

CRESPO, Ana Maria M. *Nem coitadinho nem super-herói.* In: Pessoas com deficiência e a construção da cidadania. São Paulo: PRODEF, 1995. p. 2-3. apost.

FIGUEIRA, Emílio. Imagem e conceito social da deficiência. [Uma coletânea das cinco partes do ensaio, publicadas na revista científica *Temas em Desenvolvimento*, da editora Memnon, entre junho/95 e outubro/96, num total de 26 páginas]

—. A imagem do portador de deficiência mental na sociedade e nos meios de comunicação. *IntegrAção*, Brasília, v. 6, n. 15, p.31-33, 1995.

—. *Pessoas portadoras de deficiência*: dicas e reflexões para redação e produção de imagem. [Bauru: CDC / HPRLLP], s.d. 52 p.

—. *Deficiência, comunicação social e o Programa de Ação Mundial.* [Bauru: CDC/HPRLLP], s.d. 3 p. apost.

FLETCHER, Agnes. *Idéias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência*: 3 de dezembro. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996. 31 p. Tradução de: Information kit to support the International Day of Disabled Persons: 3 December.

MÍDIA e deficiência: manual de estilo. 3.ed. Brasília: CORDE, 1996, 32 p.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.* Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: CVI-AN/APADE, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

SASSAKI, Romeu K. *Pessoas deficientes e TV*: análise de uma reportagem. São Paulo: CEDRIS, 1980a. 16 p.

—. *Folha de avaliação de filme.* São Paulo: CEDRIS, 1980b. 1 p.

SUNDBERG Declaration. [Aprovada por 103 países, representando 27 organizações (6 internacionais, 4 regionais e 17 governamentais e não-governamentais), na Conferência Mundial sobre Ações e Estratégias para Educação, Prevenção e Integração, realizada pelo Governo da Espanha com a UNESCO, em Torremolinos, Málaga, em 2-7 de novembro de 1981], 5 p.

UNITED NATIONS. *Improving communications about people with disabilities*: recommendations of a United Nations seminar. Viena, 8-10 jun. 1982. New York: Department of Public Information, 1982. 19 p

WERNECK. Claudia. "Literatura também é mídia" (p.147-152), "Enfim, a mídia!" (p.229-230), "A mídia não é má" (p.231-234), "Mídia especializada. Vai ajudar" (p.249-252), "A quem entrevistar?" (p.257-258), "Atenção, mídia: avançar!" (p.259-264), "Mídia que produz acontecimento" (p.265-268), "Mídia-ponte-de-mão-dupla" (p.269-276), "Por uma mídia educadora! E de saúde pública!" (p.277-280), "Mídia para recuperar a história" (p.281-282) e "Essa história pode ter final feliz" (p.283-284). In: WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

—. *A mídia e a deficiência*. [Rio de Janeiro] nov. 1995. 7 p. - apost.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, S., ROTH, H., DUNCAN, B. Searching electronic network for information on disability. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, jan./jun. 1995. p. 25-27.

CANADA. Department of Canadian Heritage. *Design guidelines for media accessibility*. Ottawa, 1994. 48 p.

—. Department of the Secretary of State of Canada. *A way with words*: guidelines and appropriate terminology for the portrayal of persons with disabilities. Ottawa: Status of Disabled Persons Secretariat, 1991. 17 p.

CHANGING attitudes through public education programs: Canada, Chile, France, USA. New York, *International Rehabilitation Review*, p. 5, jan. 1979.

DAA. *Who and what we are: media information*. Resource kit n. 1. Londres: Disability Awareness in Action, [1992?], 40 p.

HOSEIN, Emanuel. *What is there to know about disability and what about our image?* Regional Leadership Training Programme, Barbados, 15-22 jul. 1985. Anais do... Kingston: Herald Printery Ltd., 1985. 73 p., p. 9-13.

HULEK, Aleksander. Conclusions of the international symposium on "Mass Media and Disabled People". New York, *International Rehabilitation Review*, v. XXXIX, n. 2-3, p. 4, dez. 1988.

IRLAM, Lynn. *Working with the media:* workshop. [Ottawa]: Status of Disabled Persons Secretariat, s.d. 50 p.

MASS media and disability: conferences and activities. New York, *International Rehabilitation Review*, v. XXXIX, n. 1, p. 6-8, jun. 1988.

MEDIA messages: reporting on initiatives to improve communications about disability. *International Rehabilitation Review*, Nova York, v. 46, n. 1-2, jan./jun. 1995, p. 38-39.

OMPI. *Declaración de Vancouver 1992*. Vancouver: Organización Mundial de Personas Impedidas, 1992. 1 p.

PEETERS, Theo. Mudando a opinião pública ou como envolver os meios de comunicação. In: GAUDERER, E. Christian (coord.). Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área — do especialista aos pais. Brasília; CORDE, 1993. p. 255.

RANSON, Robert. Communications: our most powerful tool. *International Rehabilitation Review*, Nova York, p. 2° trim. 1984.

REID, Graeme. El abuso y los medios. *Noticias ILSMH*, Bruxelas, n. 16, p. 6, 1994.

UNITED Cerebral Palsy. No-no's from the dictionary of the disabled: a handy list. New York: UCPA Public Relations Department, s.d. folheto.

VIVOT, Alejandro R. La responsabilidad social de los medios de comunicación frente a las personas con discapacidad. Montevidéu, *La Voz*, v. VI, n. 23, p. 8-9, dez. 1992.

MEDIA [illegible] estrategias [illegible] comunicación [illegible]. *Rehabilitación*, [illegible], n. 1-2, jan./jun. 1994, p. 8-18.

OMPI. *Declaración de Vancouver, 1992*. Montevideo, Organización Mundial de Personas Impedidas, 1992. 1 p.

PEETERS, Theo. Métodos a aplicar [illegible] como herramienta de comunicación. In: CASTELLER, Ed. [illegible] de [illegible] — [illegible].

RANSON, Robert. Communications [illegible]. *Rehabilitation Review*. New Zealand, [illegible].

REID, Graeme. El abuso y los medios. [illegible], n. [illegible], 1994.

UNITED Cerebral Palsy. *No-no's from the dictionary of the disabled*: a handy list. New York: UCPA Public Relations Department, s.d. folheto.

VIVOT, Alejandro E. La responsabilidad social de los medios de comunicación frente a las personas con discapacidad. Montevideo, v. VI, n. 23, p. 6-9, dez. 1992.

9

Somando tudo: Uma sociedade inclusiva

"A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados" (Werneck, 1997, p. 21).

Referências ao conceito de sociedade inclusiva

A menção do conceito 'sociedade inclusiva' é bastante recente nos meios especializados em assuntos de deficiência. Ele vem sendo crescentemente mencionado a partir de 1995 em traduções e textos originais em português (por ex., Werneck, 1997) assim como em palestras e reuniões que tratem de estudar o desafio da implementação das 22 normas de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. (Nações Unidas, 1996). Ele é mais recente do que os conceitos de educação inclusiva, lazer inclusivo e empresa inclusiva, os quais começaram a ser aplicados já na década de 80 nos EUA, na Europa e em alguns outros países.

No âmbito internacional, a ONU - Organização das Nações Unidas foi provavelmente a primeira entidade a cunhar explicitamente a expressão **uma sociedade para todos**, pois ela está registrada na resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1990. Desde então os documentos da ONU vêm relembrando constantemente a meta de uma sociedade para todos (entenda-se **sociedade inclusiva**) em torno do **ano 2010**.

Em outras palavras, foi dado ao processo de consecução da meta de uma sociedade inclusiva o prazo de cerca de 20 anos (1991-2010) para consegui-lo. E para apoiar ações concretas nesse sentido existe o Fundo Voluntário das Nações Unidas sobre Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral através da resolução 40/31 (United Nations, 1997, p. 5; 1995a, p. 6-7; 1995c, § 67; 1993b, § 1; 1992, § 1 e § 11).

Acreditam os especialistas em inclusão que "as comunidades com diversidades sejam mais ricas, melhores e lugares mais produtivos para viver e aprender" e que "comunidades inclusivas tenham a capacidade de criar o futuro", daí o desejo de uma vida melhor para todos através da inclusão (Forest & Pearpoint, *in* Mantoan, 1997a, p. 141).

Uma sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios. Neste ponto, é oportuno acrescentar que o conceito de sociedade inclusiva, introduzido nos meios especializados em deficiência, tornou-se hoje válido também em outros meios, ou seja, naqueles em que estão presentes as pessoas com outras condições atípicas.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da

convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construírem vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

A evolução do conceito de sociedade inclusiva

A semente do conceito **sociedade inclusiva** foi lançada em 1981 pela própria ONU quando realizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), que enalteceu firmemente o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência como membros integrantes da sociedade. O lema do AIPD já dizia o que as pessoas deficientes desejavam: "Participação Plena e Igualdade".

Essa semente cresceu durante a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, no período de 1983 a 1992, graças à implementação do documento **Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência** (United Nations, 1983). Por quase duas décadas, a sociedade vem sendo chamada a criar oportunidades iguais para as pessoas com deficiência, o que significava mudar a própria sociedade para que elas pudessem realizar seus direitos.

Em 20-12-93, a Assembléia Geral da ONU adotou o documento **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**, que entre outras afirmações preceitua que as pessoas com deficiência "devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços sociais" (Nações Unidas, 1996, § 26).

Em junho de 1994, a UNESCO registrou, na Declaração de Salamanca, o termo **sociedade inclusiva** (1994a, p. ix, 6-7).

Em seu livro **Educação Inclusiva**, publicado em 1994, Ture Jönsson define 'sociedade para todos' como "uma sociedade

que se empenha para acolher as diferenças de todos os seus membros. Isto significa que temos que focalizar nossos esforços não mais em adaptar as pessoas à sociedade e sim em adaptar a sociedade às pessoas" (p. 63 e 68)

Coincidentemente na mesma época (junho de 1994), foi realizada na capital da Islândia, a Conferência Internacional sobre **"Além da Normalização — Em Direção a uma Sociedade para Todos"**, que o Governo da Islândia promoveu em parceria com a Federação das Organizações de Pessoas Deficientes.

A Conferência Internacional **"Uma Sociedade para Todos: Inclusão - Participação"** (de 11 a 14 de maio de 1997, em Oslo) foi amplamente divulgada através de, por exemplo, folheto que dizia: "Como ocorre na Noruega, muitos países têm iniciado o importante processo de criar uma sociedade inclusiva" (grifo meu).

Sintomaticamente, **"Para uma Inclusão Plena no Ano 2000"** é o tema do II Congresso Nacional de Síndrome de Down, organizado pela FUSDAI - Fundación Síndrome de Down para su Apoyo e Integración (de 15 a 18 de agosto de 1997, em Córdoba, Argentina).

A ONU menciona o conceito de sociedade inclusiva em março de 1995, no relatório sobre a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, que contém dois documentos: a **Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social** e o **Programa de Ação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.** Diz a ONU que a:

> "[...] sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação

democrática e a vigência do direito." (Nações Unidas, 1995, p. 9)

Esses documentos referem-se extensamente às expressões 'para todos' e 'de todos' quando abordam programas, serviços, políticas sociais, necessidades e direitos (Nações Unidas, 1995, p. 28, 30-34, 37-39, 42, 46, 49, 51-52, 59-61, 68, 76-78, 99-100, 102-103 e 105) e também às expressões 'portadores de deficiências', 'conseqüências da deficiência' e 'integrantes de grupos vulneráveis' (p. 23, 26, 31-32, 35, 38-39, 61, 65, 67, 71, 74, 76-77, 79, 81, 86-87, 91-92, 95-96, 100, 105-106, 110, 116).

Assim, o conceito de sociedade inclusiva já vem sendo gradativamente implantando em várias partes do mundo, como conseqüência natural do processo de implementação dos princípios de inclusão na educação, no mercado de trabalho, no lazer, recreação, esporte, turismo, cultura, religião, artes, família.

Um dos primeiros livros em língua portuguesa a tratar especificamente do tema 'sociedade inclusiva' é o recém-lançado **Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva** (Werneck, 1997), cuja leitura é altamente recomendada a todos quantos desejem aprofundar seus conhecimentos no tema.

O imperativo de uma sociedade inclusiva

Da *exclusão social total* passando para o *atendimento especializado segregado* e depois para a *integração social*, o segmento dos portadores de deficiências está agora lutando por sua **inclusão social**. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com

deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.

O imperativo da inclusão social não está acontecendo por acaso. Ele é o resultado de fatores e tendências irreversíveis, a saber (Sassaki, 1995):

1. **Solidariedade humanitária.** As pessoas com deficiência são seres humanos, portanto, fazem parte da humanidade e devem ser tratadas solidariamente.

2. **Consciência de cidadania.** Uma boa parte das próprias pessoas deficientes e da sociedade tem consciência dos deveres e direitos de cidadania nos aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

3. **Necessidade de melhoria da qualidade de vida.** Hoje não basta que os produtos e serviços necessários à reabilitação, à educação, ao trabalho e ao lazer estejam disponíveis ao portador de deficiência. É necessário que a qualidade de vida seja melhorada através da participação do próprio consumidor no melhoramento desses produtos e serviços.

4. **Investimento econômico.** Pessoas deficientes ativas e saudáveis custam menos para si mesmas, para sua família e para sua comunidade. Portanto, os recursos financeiros despendidos no processo de inclusão social têm um retorno econômico significativo.

5. **Necessidade de desenvolvimento da sociedade.** Uma sociedade se desenvolverá justa e saudável na medida em que todos os seus membros forem atendidos em suas necessidades essenciais. E as pessoas portadoras de deficiência, assim como as outras, não podem permanecer desatendidas.

6. **Pressão internacional.** Hoje há consenso internacional a respeito da implementação de medidas de equiparação de

oportunidades para todas as pessoas com deficiências, inclusive as mais severas, em todos os países.

7. **Cumprimento da legislação.** Cada vez mais órgãos públicos (nos níveis municipal, estadual e federal), organizações governamentais e outras instâncias de poder público estão aprovando decretos, leis, portarias, resoluções, instruções normativas etc. visando a garantia de direitos às pessoas com deficiência. Urge que toda essa legislação seja cumprida e sempre aperfeiçoada.

8. **Combate à crise no atendimento.** A péssima qualidade dos serviços essenciais prestados à população geral e à pessoa deficiente vem fortalecendo a idéia do combate à crise através de parcerias entre as partes interessadas e/ou de atividades paralelas dirigidas por algumas organizações de, para e sobre pessoas deficientes.

9. **Crescimento do exercício do *empowerment*.** *Empowerment* é o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza o seu poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle de sua vida. Hoje um número cada vez maior de pessoas com deficiência está exercendo o *empowerment* no seu dia-a-dia em casa, no trabalho, na escola, no lazer e em todas as outras situações de vida.

REFERÊNCIAS

JÖNSSON, Ture. *Inclusive education*. Hyderabad (Índia): THPI, 1994. 158 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. 235 p.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência*. Tradução por: Marisa do Nascimento Paro. São

Paulo: CVI-AN/APADE, 1996. 49 p. Tradução de: The standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities.

—. *Relatório da ONU sobre a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.* Tradução por: Sperber S.C. Ltda. e Nikolaus Karwinsky. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995. 127 p.

SASSAKI, Romeu K. *Por que a sociedade deve interessar-se pela inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais?* São Paulo, 1995. 2 p. mimeo.

UNESCO. *The Salamanca statement and framework for action on special needs education.* [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994]. Genebra: UNESCO, 1994a. 47 p.

UNITED NATIONS. *The United Nations and Disabled Persons.* [Nova York: United Nations], 1996. § XI.

—. *Monitoring of international plans and programmes of action.* [Documento] E/CN.5/1995/2. [Nova York: United Nations], 3 abr. 1995.

—. United Nations Voluntary Fund on Disability. Disabled Persons Bulletin, Nova York, n. 2-3, p. 6-7, ago. 1995.

—. *Positive and full inclusion of persons with disabilities in all aspects of society and the leadership role of the United Nations therein.* Resolution 48/95. [Nova York: United Nations], 27 jul. 1993.

—. *Towards full integration of persons with disabilities into society*: a continuing world programme of action. Resolution 47/88. [Nova York: United Nations], 16 dez. 1992, 3 p.

—. *World Programme of Action concerning Disabled Persons.* Nova York: United Nations, 1983.

[Há uma tradução (Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência), feita do original em inglês por Arlinda de Araújo Pereira, do Rio de Janeiro, s/d. e existe a publicação, atualmente esgotada, intitulada «Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência», traduzida da versão castelhana por Thereza Christina F. Stummer e impressa pelo CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência, em São Paulo, em 1992].

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.* Rio de Janeiro: WVA, 1997. 314 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANADIAN comments on social integration. [do Governo do Canadá para as Nações Unidas]. 31 ago. 1994.

CARMO, A.A. *Deficiência física*: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991. 230 p.

FLETCHER, A. *Idéias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência: 3 de Dezembro*. Tradução por: Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996. 31 p., p. 5. Tradução de: Information kit to support the International Day of Disabled Persons: 3 December.

UNITED NATIONS. Follow-up to the World Summit for Social Development: Review of relevant United Nations plans and programmes of action pertaining to the situation of social groups. [Documento] E/CN.5/1997/Add.1. [Nova York: United Nations], 16 jan. 1997, 18 p.

—. *Monitoring of international plans and programmes of action*. [documento] E/CN.5/1995/4. [Nova York: United Nations], 24 mar. 1995.

—. *Towards full integration of persons with disabilities into society: implementation of the Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities and of the Long-Term Strategy to Implement the World Programme of Action concerning Disabled Persons to the Year 2000 and Beyond.* Resolution 49/153. [Nova York: United Nations], 7 fev. 1995, 4 p.

—. *Towards full integration of persons with disabilities into society*: a continuing world programme of action. Resolution 48/99. [Nova York: United Nations], 20 dez. 1993, 2 p.

—. *Monitoring of international plans and programmes of action*. [Documento] E/CN.5/1993/4. [Nova York: United Nations], 27 out. 1992.16 p.

—. United Nations Voluntary Fund on Disability. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, n. 2-3, p. 6-7, ago. 1996.

—. A new decade of change. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, n. 2, p. 7, out. 1992.

—. Towards a society for all. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, n. 1, p. 2, abr. 1992.

—. Long-term view needed. *Disabled Persons Bulletin*, Nova York, n. 2, p. 3, fev. 1991.

—. *The declaration of the rights of disabled people*. [1975].

Posfácio

O autor reconhece que poderia ter fornecido mais pormenores em alguns dos capítulos e que outros temas poderiam ter sido acrescentados. Por isso mesmo, apresenta este livro apenas como um material para suscitar a necessidade de promover estudos adicionais.

Neste sentido, segue a sugestão de que este livro seja tomado como:

- ponto de partida para a realização de estudos mais aprofundados sobre certos assuntos esboçados nos capítulos.
- subsídio para a elaboração de palestras e a montagem de cursos específicos.
- fonte para a citação de conceitos em textos, tais como folhetos, cartazes, livretos e monografias.
- meio para envolver representantes de empregadores no esforço de desenvolver empregos para pessoas com deficiência.
- idéia básica para a redação de projetos de lei e emendas a leis.
- suporte conceitual para a escolha de temas para monografias e outros trabalhos acadêmicos.

- recurso de apoio para trabalhos em parceria com a mídia.

- base para a formação de núcleos de estudo, em instituições, empresas e grupos da comunidade.

Em complemento às sugestões relacionadas acima , o autor está formando o Centro de Estudo de Inclusão Social (CEIS), cuja finalidade é a de coletar, discutir e disseminar informações sobre o processo de inclusão que ocorre em várias áreas (família, educação, trabalho, lazer etc.), no Brasil e em outros países. As pessoas interessadas em entrar no CEIS poderão escrever para o autor acessando a Internet pelo *e-mail*:

romeukf@uol.com.br

PRODUTO LITOGRAFIA TUCANO LTDA.

RUA MARECHAL AGUIAR, 116 – BENFICA
RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 20920-280
TEL.: (21) 860-7887 – FAX: (21) 890-4938
C.G.C. 33.035.858/0001-40

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS



Implantação do Curso de Especialização em Desenvolvimento de Empregos da Faculdade Paulista de Serviço Social em conjunto com a University Southwestern Louisiana, dos EUA. É profissional da equipe técnica do Centro de Vida Independente Araci Nallin, em São Paulo, e consultor técnico do Programa de Atendimento aos Portadores de Deficiência, da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, da Prefeitura do Município de São Paulo.

Neste livro, o assunto central é o atualíssimo tema da inclusão. O assistente social e consultor de reabilitação Romeu Kazumi Sassaki discute os conceitos inclusivistas, aborda a inclusão na escola, na saúde, no mercado de trabalho, nos esportes, nas artes e no turismo. O autor analisa o desenho universal para ambientes físicos e também as leis e políticas integracionistas e inclusivas.



ISBN 85-85644-11-7

